



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

Resolução nº BRA.002/2023, de 13 de setembro de 2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CAMPUS DO CAMPUS BRAGANÇA PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, considerando a Resolução Normativa 09/2022 IFSP, e considerando a decisão do Conselho de Campus na reunião extraordinária de 06 de setembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, na forma de anexo, o PPP – Projeto político-pedagógico, para a vigência de 2023 a 2027;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor nesta data.

**JOÃO ROBERTO MORO
PRESIDENTE DO CONSELHO DE CÂMPUS
IFSP CÂMPUS BRAGANÇA PAULISTA**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS BRAGANÇA PAULISTA



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

2023 - 2027

Bragança Paulista
2023

**Projeto Político-Pedagógico do *Campus Bragança Paulista*
(2023 - 2027)**

João Roberto Moro

Diretor(a)-Geral

André Marcelo Panhan

Presidente da Comissão PPP

O Projeto Político-Pedagógico (2023-2027) foi aprovado pelo Conselho de Campus (CONCAM), conforme Resolução nº 002/2023, de 13 de setembro de 2023.

COMISSÃO LOCAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Comissão de revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus Bragança Paulista constituída pela Portaria N° BRA.0099/2022, de 09 de setembro de 2022.

- André Marcelo Panhan - Diretor Adjunto Educacional
- Mirella Novais Oliveira - Representantes dos Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
- Luciene Angélica Cardoso Valle - Representantes Docente do Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação
- Cintia Macedo de Lima - Representante Docente do Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais
- Ricardo Alexandre Alves Pereira - Representante Docentes do Cursos de Licenciatura em Matemática
- Karla Cristiny Moraes da Silva - Pedagoga / Representante dos Técnicos Administrativos
- João Júnior Marques de Lima - Representante da Extensão
- Alexandre Fonseca Jorge - Representante da Pesquisa
- Sergio Francisco da Silva – Representante Discente do Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Mecatrônica
- Irineu Baptista Crivillari - Representante da Comunidade Externa
- Mateus Moraes Toledo - Representante Discente dos Cursos Superiores
- Júlio César Maniezzo Barboza - Representante Discente dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio

Sumário

Apresentação	6
Justificativa	7
Capítulo 1- Dos objetivos e princípios	8
1.1- Histórico do IFSP	8
1.2 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	11
1.3-Princípios norteadores	13
Capítulo 2 - Caracterização da unidade	18
2.1 - O campus na cidade	18
2.2-Estrutura Física	23
2.3-Equipe Escolar	30
Capítulo 3 - Pressupostos Pedagógicos do campus	39
3.1 - Ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social	39
3.2 - Gestão Democrática	41
3.3 - Ensino	44
3.4 - Pesquisa	48
3.5 - Extensão	49
Capítulo 4 - Estrutura e organização dos cursos	51
4.1 - Técnico	51
4.1.1 - Técnico Integrado ao Ensino Médio	52
Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio	52
Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio	53
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	55
4.1.2 - Técnico Concomitante e Subsequente	56
Técnico em Mecatrônica Concomitante ou Subsequente	56
4.2 - Proeja	58
4.2.1 - Proeja FIC Fundamental	58
Proeja FIC Fundamental em Operador de Computador	58
4.3 - Graduação	59
4.3.1 - Licenciatura	60
Licenciatura em Matemática	60
4.3.2 - Tecnologia	61
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	62
4.3.3 - Bacharelado	63
Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	63
4.4 - Pós-Graduação	64
4.4.1 - Especialização	64
Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação (GETI)	65
Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino da Matemática dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	65
4.5 - Formação Inicial e Continuada	65

Computação Criativa para o Ensino Fundamental – Módulo I - Fundamentos e Jogos Digitais	66
Eletrônica Básica	66
Arduíno Básico	66
Percussão e Ritmos Brasileiros	66
Arte em interação – Compartilhando experiências	67
Serviços de Nuvem da Huawei ICT Academy	67
Capítulo 5 - Políticas e Ações Institucionais	68
5.1 – Ações de apoio ao ensino e à aprendizagem	68
5.1.1 – Atuação da Coordenadoria Sociopedagógica	68
5.1.2 – Recuperação contínua e paralela	71
5.1.3 – Atendimento ao estudante	71
5.1.4 – Projetos de ensino	71
5.1.5 – Formação continuada de professores	72
5.1.6 – Biblioteca	72
5.1.7 – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-IFSP)	72
5.2 – Ações de apoio ao estudante	73
5.2.1 - Assistência Estudantil	73
5.2.2 – Alimentação Escolar	74
5.2.3 – Apoio à organização estudantil	74
5.3 – Atuação dos núcleos	74
5.3.1 – NAPNE	74
5.3.2 – NEABI	76
5.3.3 – NUGS	76
5.4 – Atuação dos órgãos colegiados	76
5.4.1 – Conselho de campus	76
5.4.2 – Colegiado de Curso	76
5.4.3 – CEIC	77
5.4.4 – Conselho de Classe	77
5.4.5 – Comissão Própria de Avaliação	78
5.5 – Ações de Extensão	78
5.6 – Ações de Pesquisa	79
5.7 – Ações de Comunicação	79
5.8 - Ações pós-pandemia	80
Capítulo 6 - Plano de ação: diagnóstico, objetivos e ações	85
6.1 - Dimensão: Ensino	86
6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	99
6.3 - Dimensão: Extensão	102
6.4 - Dimensão: Administrativa	107
Capítulo 7- Construção, acompanhamento e avaliação do PPP	126
7.1- Processo de construção do PPP	126
7.2- Acompanhamento e avaliação do PPP	127
Considerações Finais	130
REFERÊNCIAS	131

Apresentação

Os princípios que norteiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - campus Bragança Paulista (IFSP-BRA) foram discutidos com a comunidade acadêmica durante o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP 2023-2027), com a profundidade e oportunidade necessárias.

A construção deste documento contou com a ampla participação da comunidade, envolvendo discentes, docentes, técnico-administrativos e sociedade, que puderam contribuir por meio de diferentes instrumentos de consulta, como formulários, enquetes, audiências e reuniões. Essas estratégias proporcionaram um documento consistente e representativo, demonstrando senso de pertencimento e responsabilidade pública, inserção e atuação social.

Buscando contemplar temas como desenvolvimento local e regional, responsabilidade social, educação inovadora e transformadora, excelência acadêmica, inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia, foi projetada a Instituição que a comunidade quer para os próximos quatro anos. Na compreensão de que o campus Bragança Paulista não pode perder seu foco na ciência, na tecnologia e no conhecimento, ficou evidenciado que seu papel deve contemplar o diálogo permanente e o compromisso com a inclusão e com o resgate social.

Este PPP traça as políticas de ensino, pesquisa e extensão, a partir das indicações da comunidade, e foca na busca pela educação inclusiva, cidadã, autônoma e empreendedora, na inovação, na permanente qualificação das pessoas, na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade. Guarda, assim, a estreita relação do IFSP-BRA com sua história e suas origens de escola com forte inserção regional e compromisso com a transformação social.

Justificativa

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento teórico-metodológico que tem por finalidade subsidiar as ações, de forma sistematizada, pautado em princípios legais, filosóficos e pedagógicos. Sua elaboração está prevista no inciso I, do Art. 12, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o qual cita que: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ainda estabelece que a elaboração do PPP deve ser coletiva, democrática e participativa, os:

[...] Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

[...] Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; [...]

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico também se justifica pela necessidade de identificar junto à comunidade escolar as fragilidades e potencialidades, de modo a definir ações e estratégias para a práxis educativa, refletindo a função social da escola pública, garantindo uma educação pública de qualidade e que contribua para a melhoria da escolarização da população atendida. Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico do IFSP Bragança Paulista, segue a Pedagogia Histórico-Crítica:

[...] por apresentar uma prática pedagógica que propõe uma interação entre conteúdo e a realidade concreta, visando a transformação da sociedade através da ação-compreensão-ação do aluno, que enfoca nos conteúdos, como produção histórico-social de todos os homens [...]. (IBIPORÃ, 2009)

Entendendo o ser humano como ser histórico e social, buscando garantir o acesso, a permanência e a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade. Nessa perspectiva, este Projeto Político Pedagógico se constitui numa iniciativa e compromisso com a educação para emancipação do sujeito, por meio da garantia do cumprimento de sua função social: socializar os conhecimentos artísticos, filosóficos, técnicos e científicos. Busca-se não perder a criticidade, diante das diretrizes filosóficas, políticas e pedagógicas voltadas à educação escolar de qualidade e pretende-se que seja concretizado por meio da ação coletiva dos segmentos da comunidade escolar. Espera-se que as intencionalidades desse Projeto Político Pedagógico possibilitem um novo repensar e contribuam para a prática pedagógica da perspectiva adotada.

Capítulo 1- Dos objetivos e princípios

Neste capítulo será apresentado o histórico do IFSP, a indissociabilidade entre as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão e seus princípios norteadores.

1.1- Histórico do IFSP

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) que busca oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade apresenta mais de 100 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o Instituto teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de Escola de Aprendizes Artífices (Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909) presente em cada uma das capitais dos Estados da República. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, quando a instituição começou a ser chamada de Liceu Industrial de São Paulo (Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937). Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Nesse mesmo ano, através do Decreto-Lei n. 4.073, foi definida a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial.

Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade, aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Em 1942, diante das bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, surge a Escola Técnica de São Paulo (Decreto-Lei n. 4.127), com o objetivo de oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestria, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial”. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o curso de construção de máquinas e motores e o de pontes e estradas.

Em 20 de agosto de 1965, foi sancionada a Lei n. 4.759, que transformou a Escola Técnica de São Paulo em Escola Técnica Federal, abrangendo todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Ainda sobre a Escola Técnica Federal, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio

(técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (PDI-IFSP, 2014-2018, p.40).

Em 1994, a Lei n. 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que com o Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004, foram autorizados a “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

No ano de 2008, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais, implantados num total de 38 através desta lei, são definidos em seu Art. 2 como

(...) instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...).

Comprovando a abrangência de sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram o ensino fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para estudantes que concluíram o ensino fundamental e para aqueles que concluíram o ensino médio ou estejam cursando no mínimo o 2º. ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Função social, objetivos e metas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), historicamente, constituiu-se como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Neste sentido, busca construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento.

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que é preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se na concepção do trabalho como princípio educativo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e

sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configuram a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais (PACHECO, 2011), tem como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma Educação crítica e reflexiva.

Missão, Visão e Valores

O resgate do histórico da instituição bem como a observação da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, e todas as demandas que o Instituto recebe da sociedade, conduziram à proposição de uma tríade que servirá de guia no exercício das responsabilidades e busca de superação dos desafios institucionais, esta tríade é composta pela Missão, Visão e Valores do IFSP, apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.

Missão

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica orientada por uma práxis educativa que efetive a formação integral e contribua para a inclusão social, o desenvolvimento regional, a produção e a socialização do conhecimento.

Visão

Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, na formação de professores e na produção e socialização do conhecimento.

Valores

1. Democracia, pautada na ampla participação, igualdade e representatividade, na criação e desenvolvimento coletivos;
2. Direitos Humanos, pautado na dignidade a todas as pessoas, na liberdade de opinião e de expressão e no respeito mútuo;
3. Ética, pautada pela responsabilidade com o bem público e pela cooperação e justiça social;
4. Excelência, pautada na governança pública, no aperfeiçoamento das relações sociais e no desenvolvimento humano;
5. Gestão participativa e democrática, pautada pelos princípios de democracia, corresponsabilidade, coletividade e respeito à liberdade de expressão;
6. Identidade institucional, pautada nas finalidades e características institucionais, distintivas e duradouras (resistentes ao tempo);
7. Inclusão Social, pautada na igualdade, respeito, solidariedade, na participação igualitária de todos na escola e na sociedade;
8. Inovação, pautada no desenvolvimento do arranjo produtivo e para a qualidade de vida das pessoas;
9. Respeito à diversidade, pautado pelos princípios da igualdade nas relações sociais, étnicos-raciais e de gênero e o reconhecimento e respeito às diferenças;

10. Soberania Nacional, pautada na democracia, na igualdade dos Estados na comunidade internacional, associado a independência nacional;
11. Sustentabilidade, pautada pela responsabilidade ambiental e social;
12. Transparência, relacionado ao Estado Democrático e de Direito, pautado na publicidade e no acesso à informação.

1.2 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades (art. 207). Na sequência desse esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394, de 20/12/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade, existe o desafio de delinear algumas noções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando nortear a prática acadêmica no interior do IFSP. O primeiro passo é definir, claramente, os conceitos a serem adotados de ensino, pesquisa e extensão.

O Ensino, compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permite a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano, integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

A educação, como parte de um todo que forma a sociedade, sofre as influências do acentuado avanço científico e tecnológico e das mudanças advindas desse processo, que encaminha os princípios e a estruturação de novos modelos.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG, 1978, apud MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais sendo, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da Sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva no momento em que a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e consoantes à capacidade científica e tecnológica do IFSP. Portanto, a

Extensão pressupõe o contato entre a comunidade interna de determinada instituição e sua comunidade externa, mediada pelo conhecimento e pela reflexão crítica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de serem protagonistas da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto, portanto, se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que ele deve ser apropriado pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a pesquisa, a extensão e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida das pessoas, material, social e culturalmente. Nesse sentido, a Extensão potencializa o diálogo, a produção de novas relações e de novos saberes, a reflexão sobre as práticas educativas adotadas e as ações institucionais, bem como possibilita construir conhecimentos sobre novas bases metodológicas; além de favorecer o contato ampliado de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (art. 1º da Lei nº 11.892, 29/12/2008), que também os caracterizou como instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (art. 6, incisos VII e VIII). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2º do art. 207 da Constituição Federal também se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas instituições.

Tendo em vista que as Instituições de ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utilizá-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (ForGRAD, 2000), o que significa valorizar a “bagagem individual” visando incitar a aprendizagem. Nesse sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar. Aproxima, assim, os processos educativos da realidade à qual o estudante estará submetido fora da instituição. Para isso, tempos e espaços diferentes serão necessários (DOS REIS, 2013).

Os Institutos Federais constituem um passo importante rumo à democratização do ensino, guiando seu Projeto Político Pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, em que se permita ensinar e aprender, envolvendo servidores e estudantes. Essa perspectiva requer que o Projeto Pedagógico seja construído a partir desse novo paradigma. Sabe-se, contudo, que isso não acontecerá espontaneamente já que a alteração das práticas pedagógicas, partindo-se da concepção do estudante como ele próprio mediador da sua cognição (FREIRE, 2011), irá requerer esforço coordenado para que não fique apenas no papel (DOS REIS, 2013).

Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociados e bem articulados, deverão conduzir à mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

1.3-Princípios norteadores

A lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-IFSP 2014-2018) são importantes documentos que fundamentam as ações do Instituto Federal de São Paulo. Neste sentido, com base nestes documentos, destacamos abaixo algumas concepções e princípios norteadores do IFSP.

A instituição objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Compreende o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação.

O IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos, perpassa diretamente por uma ação educativa (PDI-IFSP 2014-2018). Neste sentido, tem em si a responsabilidade de promover o pleno desenvolvimento do estudante enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

Neste sentido, a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreende-se a educação como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus estudantes deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos

desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança (DELLORS, 1999).

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2010, p. 19)

O objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, isso só se torna possível na medida em que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado, é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos” (BRASIL, 2010, p. 10).

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004), na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Nessa esteira, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho:

Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias. (PDI 2009-2013, p. 41)

Neste sentido, a escola, como instituição educativa na sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das

pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

É como uma instituição educativa muito maior que uma escola “comum”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade que, por isso, precisa apropriar-se dela para poder transformá-la.

A transformação da Ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o conhecimento tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a Tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientificação da Técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de

pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social. (PDI-IFSP, 2014-2018, p. 147)

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido, o IFSP em seu PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (PDI-IFSP, 2014-2018, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A Educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Diante disso, a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado à formação plena do educando (PDI-IFSP, 2014).

Partindo do princípio da autonomia e da gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e à participação. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, diferenças de corporeidades, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Para tanto, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção no mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação do meio ambiente.

No processo de ensino, entendemos que é importante priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações problema que simulem a realidade, a fim de que os estudantes possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

O currículo busca contribuir para a construção do pensamento crítico e para a formação integral do indivíduo. Além disso, tem como alicerce as questões éticas, respeita a diversidade cultural e regional e proporciona uma formação para a cidadania.

Para garantir a formação plena do educando, o currículo possibilita construções intelectuais elevadas e a apropriação de conceitos, habilidades e atitudes necessários para a intervenção consciente na realidade.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho.

Em consonância com esse entendimento, o currículo do IFSP se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando-o a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Capítulo 2 - Caracterização da unidade

Neste capítulo será apresentado o histórico da cidade de Bragança Paulista e do campus, sua estrutura física e a equipe escolar.

2.1 - O campus na cidade

Antônio Pires Pimentel e sua esposa Ignácia da Silva Pimentel, moradores no então Distrito de Atibaia, em cumprimento de uma promessa, constroem uma capela em louvor a Nossa Senhora da Conceição, numa colina, à margem direita do Ribeirão Canivete (hoje, Lavapés, pequeno afluente do Rio Jaguary). Segundo se tem conhecimento, Antônio Pires Pimentel, estava doente e desenganado pelos médicos. Então, sua esposa fez uma promessa à Nossa Senhora da Conceição pela recuperação do marido, alcançando a graça.

Em agradecimento, o casal construiu a capela no alto da colina para venerar a santa, e aquele local, a partir de então, começou a servir de passagem e descanso para tropeiros, começando a surgir, ao redor da capela, ranchos e barracas. Assim teve início o pequeno povoado, fundado em 15 de dezembro de 1763, com o nome de Conceição do Jaguary. Por Alvará de 13 de fevereiro de 1765, foi tornado freguesia com a denominação de Bragança, subordinada ao município de São Paulo.

Em 17 de outubro de 1797, a freguesia foi elevada à categoria de vila com a denominação de Bragança, por ordem Régia, desmembrando-se de Atibaia, que seria a sede na vila. Pela Lei Provincial nº 21 ou 541, de 24 de abril de 1856, foi elevada à condição de cidade, mantendo a mesma denominação. Pela Lei Estadual nº 858, de 05 de dezembro de 1902, é criado o distrito de Tuiuti e anexado ao município de Bragança. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Bragança e Tuiuti. Também por força de Lei Estadual (n.º 2.369, de 30 de novembro de 1929), foram criados os distritos de Pedra Grande e Vargem e anexados ao município de Bragança. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de Bragança é constituído de 4 distritos: Bragança, Pedra Grande, Tuiuti e Vargem.

Em 23 de dezembro de 1936, pela Lei Estadual nº 2.784, é criado o distrito de Pinhal e também anexado ao município de Bragança. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município passa a ser constituído de 5 distritos: Bragança, Pedra Grande, Pinhal, Tuiuti e Vargem. Pelo Decreto Estadual nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Pinhal passou a denominar-se Pinhalzinho. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município de Bragança é constituído de 5 distritos: Bragança, Pedra Grande, Pinhalzinho (ex-Pinhal), Tuiuti e Vargem.

Pelo Decreto-lei Estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, o município de Bragança passou a denominar-se Bragança Paulista e o distrito de Pedra Grande a chamar-se Pedra Bela. Em divisão territorial datado de 01 de julho de 1950, o município já denominado Bragança Paulista continua constituído por 5 distritos: Bragança Paulista (ex-Bragança), Pedra Bela (ex-Pedra Grande), Pinhalzinho, Tuiuti e Vargem. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960.

Os distritos de Pedra Bela e Pinhalzinho são desmembrados de Bragança Paulista em 28 de fevereiro de 1964, pela Lei Estadual nº 8.092 e passam a constar na categoria de municípios. Em divisão territorial datada de 01 de janeiro de 1979, o município é constituído de 3 distritos: Bragança Paulista, Tuiuti e Vargem. Assim permanecendo em divisão

territorial datada de 1988. De igual forma, são elevados à municípios Tuiuti e Vargem, pela Lei Estadual nº 7644, de 30 de dezembro de 1991. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009. A Figura 1 apresenta a localização geográfica do município de Bragança Paulista no Estado de São Paulo e as cidades vizinhas.



Figura 1 - Localização geográfica do município de Bragança Paulista-SP

População

A população estimada pelo IBGE de Bragança Paulista é de 172.346 pessoas, sendo que a população no último censo foi 146.744 pessoas, apresentando uma densidade demográfica de 286,26 hab/km².

- População no último censo [2022] - 176.811 pessoas
- Densidade demográfica [2022] - 344,94 habitante por quilômetro quadrado

Trabalho e Rendimento

Em 2021, o salário médio mensal era de 2.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 30.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 129 de 645 e 125 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 414 de 5570 e 474 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 325 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4468 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE).

- Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021] - 2,6 salários mínimos
- Pessoal ocupado [2021] - 55.364 pessoas
- População ocupada [2020] - 30,9 %
- Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010] - 31,1 %

Educação

- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] - 97 %
- IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] - 6,3
- IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] - 5,5
- Matrículas no ensino fundamental [2021] - 21.113 matrículas
- Matrículas no ensino médio [2021] - 6.344 matrículas
- Docentes no ensino fundamental [2021] - 1.277 docentes
- Docentes no ensino médio [2021] - 544 docentes
- Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021] - 82 escolas
- Número de estabelecimentos de ensino médio [2021] - 29 escolas

Economia

O Comércio, escolas e faculdades compõem a maior parcela da economia local, seguidos por indústrias (papeleira, alimentícia e eletrônica) e agricultura, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,776.

- PIB per capita [2020] - 39.824,05 R\$
- Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015] - 61,7 %
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010] - 0,776
- Total de receitas realizadas [2017] - 474.355,07 R\$ (×1000)
- Total de despesas empenhadas [2017] - 419.569,19 R\$ (×1000)

Saúde

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 8.33 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 322 de 645 e 465 de 645, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3163 de 5570 e 4734 de 5570, respectivamente (IBGE).

- Mortalidade Infantil [2020] - 8,33 óbitos por mil nascidos vivos
- Internações por diarreia [2016] - 0,1 internações por mil habitantes
- Estabelecimentos de Saúde SUS [2009] - 37 estabelecimentos

Meio Ambiente

Apresenta 87.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 71.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 56.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 361 de 645, 543 de 645 e 52 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 601 de 5570, 3035 de 5570 e 280 de 5570, respectivamente (IBGE).

- Área urbanizada [2019] - 59,52 km²
- Esgotamento sanitário adequado [2010] - 87,1 %
- Arborização de vias públicas [2010] - 71,2 %
- Urbanização de vias públicas [2010] - 56,5 %
- População exposta ao risco [2010] - 3.934 pessoas
- Bioma [2019] - Mata Atlântica
- Sistema Costeiro-Marinheiro [2019] - Não pertence

Território

- Área da unidade territorial [2022] - 512,584 km²
- Hierarquia urbana [2018] - Centro Subregional A (3A)
- Região de Influência [2018] - Arranjo Populacional de São Paulo/SP - Grande Metrópole Nacional (1A)
- Região intermediária [2021] - Campinas
- Região imediata [2021] - Bragança Paulista
- Mesorregião [2021] - Macro Metropolitana Paulista
- Microrregião [2021] - Bragança Paulista

Campus Bragança Paulista

O município de Bragança Paulista apresenta forte consolidação de atividades relacionadas às indústrias de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Em Bragança Paulista, são realizados diversos eventos, promovidos por várias entidades, como: a Prefeitura Municipal, a Associação Comercial e Empresarial, o SEBRAE-SP, entre outras.

A Portaria Ministerial nº 1.712, de 20 de outubro de 2006, autorizou o funcionamento da então Unidade Descentralizada de Bragança Paulista (UNED-BRA) do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP) que iniciou as atividades em agosto de 2007, à Avenida Francisco Samuel Lucchesi Filho, 770 – Penha, Bragança Paulista-SP, a 89 km da Capital. Em dezembro de 2008, o CEFET-SP se transformou em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), e passou a ter relevância de universidade, destacando-se pela autonomia.

A Unidade Descentralizada de Bragança Paulista foi implantada oferecendo cursos técnicos concomitantes ou subsequentes nas áreas de Informática e Indústria, totalizando 80 vagas semestrais do curso Técnico em Programação e Desenvolvimento de Sistemas e 80 vagas semestrais do curso Técnico em Automação de Processos Industriais, com turmas em horários vespertino e noturno.

Em 2009, já na condição de campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, iniciou-se a oferta dos cursos de nível superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e de Tecnologia em Eletrônica Industrial, com 40 vagas cada, ambos no período noturno.

Em 2010, a oferta de vagas do curso Técnico em Programação e Desenvolvimento de Sistemas foi descontinuada, dando espaço à abertura do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. O mesmo ocorreu em 2011 com o curso Técnico em Automação de Processos Industriais, que foi descontinuado dando espaço à oferta do curso Técnico em Mecatrônica. Também em 2011, o campus passou a oferecer duas novas modalidades de ensino: a Licenciatura e o Técnico Integrado ao Ensino Médio. Nesse ano, foram oferecidas 80 vagas no curso de Licenciatura em Matemática, e 80 vagas para os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Eletroeletrônica e em Mecânica.

Em 2012 e 2013, além das 80 vagas para os cursos Técnicos Integrados em Eletroeletrônica e em Mecânica, uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE-SP) expandiu o número de vagas dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Foram oferecidas mais 80 vagas, divididas igualmente entre os cursos Técnico Integrado em Informática e o curso Técnico Integrado em Mecânica. No segundo semestre de 2012, o curso Superior de Tecnologia em Eletrônica Industrial foi descontinuado para dar espaço à oferta de um novo curso, o de Tecnologia em Mecatrônica Industrial.

Em 2014, o curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica foi ofertado concomitantemente à última turma do curso Técnico Integrado em Informática da parceria com a SEESP. A partir de 2015, o curso Técnico Integrado em Informática passou a ser oferecido integralmente no campus todos os anos, juntamente com uma turma do curso Técnico Integrado em Mecânica ou em Eletroeletrônica, que foram ofertados alternadamente até 2017.

A partir do primeiro semestre de 2017, o campus passou a oferecer semestralmente seu primeiro curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação. Também nesse semestre foi descontinuado o curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial, e se deu o início da primeira turma do curso de Engenharia de Controle e Automação, com oferta anual de 40 vagas no período noturno. No segundo semestre do mesmo ano, o curso Técnico Concomitante/Subsequente em Mecatrônica passou a ser ofertado com 80 vagas semestrais em dois períodos, vespertino e noturno.

Em janeiro de 2018, com a mudança para o novo prédio, construído à Avenida Major Fernando Valle, 2013, no bairro São Miguel, a infraestrutura do prédio se expandiu e, com isso, os três cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Informática, Eletroeletrônica e Mecânica passaram a ser ofertados anualmente com 40 vagas cada.

Portanto, são oferecidas atualmente as seguintes vagas para cursos regulares no campus do IFSP de Bragança Paulista: 40 vagas anuais para o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática; 40 vagas anuais para o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletroeletrônica; 40 vagas anuais para o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Mecânica; 80 vagas semestrais para o curso Técnico Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio em Mecatrônica; 40 vagas semestrais para o curso de Licenciatura em

Matemática; 40 vagas semestrais para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; 40 vagas anuais para o curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; e, 20 vagas semestrais para o curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação.

Atualmente, o quadro de servidores do campus Bragança Paulista é composto por 71 professores e 41 técnico-administrativos. O espaço físico passou de um terreno de 2.488,05 m² na Avenida Francisco Samuel Lucchesi Filho, 770 no bairro da Penha, Bragança Paulista-SP, para uma área construída de 8.140 m² em um terreno de 22.901 m² na Avenida Major Fernando Valle, 2013, no bairro São Miguel, Bragança Paulista-SP. As instalações de infraestrutura física do campus novo estão basicamente divididas em dois blocos, com 3 e 5 andares, com diversos laboratórios do eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais, do eixo de Informática e Comunicação, da área de Ensino de Matemática, para atividades multidisciplinares e de pesquisa, além de várias salas de aula, biblioteca, sala de eventos, cantina e copa e quadra esportiva.

Assim, o IFSP, no município de Bragança Paulista, fornece consolidadas oportunidades de educação para os jovens e adultos bragantinos e da região, a fim de habilitá-los para o ingresso nos setores educacional, de indústria, de informática, e afins, os quais demandam trabalhadores capacitados para contribuir com o progresso e desenvolvimento econômico.

2.2-Estrutura Física

Esta seção apresenta um resumo da infraestrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Bragança Paulista. As aulas ocorrem no prédio do bairro São Miguel, e no prédio do bairro Penha foi implantado o Centro Bragantino de Tecnologia e Inovação (CBTI), em parceria com a Prefeitura Municipal da cidade.

Prédio São Miguel

O espaço físico do bairro São Miguel compreende uma área de terreno de 22.901 m² e uma área total construída de 8.140 m², distribuídos em dois prédios Bloco A (com 3 pavimentos A300, A400 e A500) e Bloco B (com 5 pavimentos B100, B200, B300, B400 e B500).

Resumo dos espaços físicos disponíveis no prédio do bairro São Miguel

Local	Quantidade Atual	Área (M ²)
Área total do campus	--	22.901,49
Estacionamento e acessos	--	5.582,07
Área interna construída	--	6743,53
Pátio	1	446,55
Salas de Aula	8	524,42
Laboratórios de informática	8	488,39
Laboratórios de Eletroeletrônica, Automação e Controle	5	296,03

Laboratórios de Mecânica: Ensaios, Metrologia, Oficina, CNC, Hidráulica e Pneumática	6	686,14
Laboratório de Ensino de Matemática (LEM)	1	80,08
Laboratório de Ciências da Natureza	2	150,86
Laboratório de Artes e Línguas	1	61,85
Laboratório de Pesquisa	1	55,71
Quadra Poliesportiva	1	523,32
Organizações Estudantis (Centro Acadêmico, Grêmio e Clube Atlético)	1	12,09
Biblioteca	1	439,54
Auditório (Sala de Convenções)	1	154,85
Refeitório (em construção)	1	502,92

O prédio do IFSP-BRA no bairro São Miguel conta com laboratórios do eixo tecnológico Controle e Processos Industriais e do eixo Informática e Comunicação, Laboratório de Ensino de Matemática, laboratório multidisciplinar, salas de aula, biblioteca, quadra, sala de eventos, sala de pesquisa, cantina e copa com geladeira e micro-ondas para os estudantes.

B100: Primeiro andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (M ²)
Corredor B100	Área de Circulação	109,15
Sala B101	Laboratório de Mecânica	375,81
Sala B102	Laboratório de Metalografia	61,85
Sala B103	Almoxarifado da Mecânica	15,86
Banheiro B104	Sanitário Masculino	19,48
Banheiro B105	Sanitário Feminino	21,90
Sala B106	Laboratório de Ensaios Mecânicos não Destrutivos	62,78
Sala B107	Laboratório de Ensaios Mecânicos	61,88
Circulação	Área de Circulação	19,97
Salas B108, B109 e B110	Coordenadoria de Tecnologia da Informação	41,66
Sala B111	Oficina de Manutenção	24,59
Sala B112	Almoxarifado	43,90
Copa B113	Copa - Terceirizados	15,9

Copa B114-B118	Copa - Servidores	32,57
Sala B115	Depósito e Material de Limpeza	6,99
Banheiro B116	Sanitário Feminino	13,97
Banheiro B117	Sanitário Masculino	13,95
Sala B119	Depósito de Material de Limpeza	3,37
Corredor B113	Área de Circulação	25,86
Sala B120	Compressor	--
Sala B121	Desfazimento	45

B200: Segundo andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (m ²)
Sala B201	Laboratório de Eletrônica	47,49
Sala B202	Laboratório de Eletrotécnica	61,93
Corredor B202	Área de Circulação	12,54
Sala B203	Almoxarifado da Eletroeletrônica	15,86
Banheiro B204	Sanitário Masculino	19,44
Banheiro B205	Sanitário Feminino	21,92
Corredor B200	Área de Circulação	176,11
Sala B206	Laboratório de Eletrônica	62,83
Sala B207	Laboratório de Eletrônica	61,89
Sala B208	Laboratório de CNC	61,89
Sala B209	Laboratório de Controlador Lógico Programável (CLP)	61,89
Sala B210	Laboratório de Hidráulica e Pneumática	61,93

A300: Primeiro andar do Bloco A

Local	Descrição	Área (m ²)
Sala A301	Copa dos Estudantes	16,51
Sala A302	Coordenadoria de Registros Acadêmicos	51,59
Sala A303	Sala de Equipamentos	8,00

Cantina A304	Cantina	24,22
Copa A305	Copa Dos Estudante	39,61
Sala A306	Guarita	5,47
Banheiro A306	Sanitário Guarita	1,36
Rampa	Área de Circulação (Rampa)*	1.300,00
Circulação	Área de Circulação	73,31
Circulação	Área de Circulação	54,69

B300: Terceiro andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (M ²)
Salas B301, B302, B303, B304 E B305	Biblioteca	439,54
Banheiro B306	Sanitário Masculino	29,42
Banheiro B307	Sanitário Feminino	28,88
Sala B308	Sala de Reunião e Videoconferência	15
Banheiro B309	Sanitário Feminino	8,64
Banheiro B310	Sanitário Masculino	8,62
Sala B311	Coordenadoria de Apoio à Direção	18,94
Sala B312	Direção Geral	13,36
Sala B313	Sanitário Direção Geral	2,44
Sala B314	Sala de Atendimento da CSP	12,07
Sala B315	Coordenadoria Sociopedagógica	17,57
Sala B316	Diretoria Adjunta Educacional	8,28
Sala B317	Coordenadoria De Apoio Ao Ensino	45,3
Sala B318	Arquivo Permanente	9,03
Sala B319	Coordenadoria de Licitações e Contratos e Coordenadoria de Contabilidade e Finanças	27,92
Sala B320	Diretoria Adjunta de Administração	6,09
Sala B321	Coordenadoria de Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio	11,15

Sala B322	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	19,41
Sala B323	Sala de Reunião	24,77

A400: Segundo andar do Bloco A

Local	Descrição	Área (m ²)
Sala A401	Laboratório de Informática	79,98
Sala A402	Laboratório de Informática	54,85
Banheiro A403	Sanitário Masculino	22,97
Banheiro A404	Sanitário Feminino	29,52
Sala A405	Laboratório de Informática	55,72
Sala A406	Laboratório de Informática	54,08
Sala A407	Laboratório de Informática	54,85
Sala A408	Laboratório de Informática	79,98
Circulação	Área de Circulação	120,07
Circulação	Área de Circulação	73,35
Circulação	Área de Circulação	81,84

B400: Quarto andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (m ²)
Salas B401, B402 e B403	Laboratório de Química e Biologia	88,99
Sala B404	Laboratório de Física	61,87
Sala B405	Laboratório de Artes e Línguas	61,85
Banheiro B406	Sanitário Feminino	19,44
Banheiro B407	Sanitário Masculino	19,44
Sala B408	Sala dos Professores	44,5
Banheiro B409	Sanitário Masculino	6,76
Banheiro B410	Sanitário Feminino	6,76
Sala B411	Atendimento ao Estudante	7,35
Sala B412	Sala CIMNE	10,12
Sala B413	Gabinete de Professores	11,7

Sala B414	Gabinete de Professores	15,32
Sala B415	Gabinete de Professores	15,66
Sala B416	Gabinete de Professores	12,06
Sala B417	Gabinete de Professores	12,08
Sala B418	Gabinete de Professores	15,66
Sala B419	Gabinete de Professores	15,67
Sala B420	Gabinete Empresa Júnior	12,09
Sala B421	Organização Estudantil/Sinasefe	12,09
Sala B422	Sala Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	15,66
Sala B423	Sala Coordenadoria de Extensão	15,66
Sala B424	Comissão Própria de Avaliação - CPA	12,08
Sala B425	Sala de Coordenadores Cursos Técnicos	19,93
Sala B426	Atendimento Coordenadores	17,63
Sala B427	Sala de Coordenadores Cursos Superiores	16,83

A500: Terceiro andar do Bloco A

Local	Descrição	Área (m ²)
Sala A501	Sala de Eventos	154,85
Banheiro A502	Sanitário Masculino	22,87
Banheiro A503	Sanitário Feminino	29,53
Sala A504	Laboratório de Pesquisa	55,71
Sala A505	Laboratório de Informática	54,07
Sala A506	Laboratório de Informática	54,86
Sala A507	Laboratório de Ensino de Matemática	80,08

B500: Quinto andar do Bloco B

Local	Descrição	Área (M ²)
Sala B501	Sala de Aula	90,26

Sala B502 / B503	Sala de Aula (Porta 1 / Porta 2)	61,89
Sala B504 / B505	Sala de Aula (Porta 1 / Porta 2)	61,89
Banheiro B506	Sanitário Masculino	29,66
Banheiro B507	Sanitário Feminino	28,91
Sala B508/ B509	Sala de Aula (Porta 1 / Porta 2)	62,78
Sala B510 / B511	Sala de Aula (Porta 1 / Porta 2)	61,89
Sala B512 / B513	Sala de Aula (Porta 1 / Porta 2)	61,89
Sala B514 / B515	Sala de Aula (Porta 1 / Porta 2)	61,89
Sala B516	Sala de Aula	61,93

O Campus Bragança Paulista do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) tem desenvolvido iniciativas com o objetivo de reduzir as despesas com eletricidade e incentivar a utilização de energia limpa. Uma destas iniciativas foi a instalação de duas usinas solares fotovoltaicas. A usina entrou em operação no mês de setembro de 2022. Ela tem potência instalada de 60 kWp e é composta por 166 módulos fotovoltaicos, sendo 78 módulos de 380 Wp e 88 módulos de 340 Wp. A estimativa de produção de energia da usina é de, aproximadamente, 87,71 MWh/ano. A segunda usina, que começou a operar em março de 2023, tem potência instalada de 31,59 kWp e é composta por 62 módulos fotovoltaicos de 500Wp. A usina tem produção estimada de, aproximadamente, 46,78 MWh/ano. A produção das duas usinas deve suprir cerca de 50% do consumo de energia elétrica do campus.



Figura 2 - Imagem das usinas solares fotovoltaicas instaladas no IFSP-BRA

Centro Bragantino de Tecnologia e Inovação (CBTI)

O Núcleo Incubador Bragantino está localizado no campus Penha do IFSP Bragança Paulista, um prédio com 2700m² de área, e será parte do Centro Bragantino de Tecnologia e Inovação (CBTI), que está sendo implementado em parceria com a Prefeitura de Bragança Paulista.

O CBTI será um hub com diversos serviços destinado ao desenvolvimento de um ecossistema inovador, com serviços como: LabMaker, SEBRAE, Banco do Povo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Coworking, laboratório de pesquisas e o Núcleo Incubador Bragantino. O centro contará ainda com salas de treinamento, central de atendimento da prefeitura aos empreendedores e auditório.

Serão disponibilizados espaços individualizados de trabalho, divididos em salas, e espaços de uso coletivo. As regras de utilização desses espaços estarão definidas no Regimento Interno do Núcleo e nos Editais de seleção de empreendimentos, o espaço do Núcleo Incubador disponibilizará aos empreendedores:

- I. Uma sala de 116 m² destinada ao Coworking, tendo no espaço compartilhado postos de trabalho, computadores, mesa de reunião e recepção;
- II. Salas individuais nas seguintes quantidades: 2 salas com 12,9 m², 2 salas com 16,3 m², 2 salas com 19,2 m², 1 sala com 21,4 m² e 1 sala com 22,6 m², com condições para uso estabelecidas em Edital;
- III. Sala com 128 m² destinada a montagem de linhas de produção.

2.3-Equipe Escolar

Na direção do câmpus, além do Diretor-Geral, também atuam o Diretor Adjunto Educacional e a Diretora Adjunta de Administração. Além destes há o Conselho de Câmpus, que é um órgão colegiado no qual participam representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (ou seja, estudantes e servidores têm participação ativa nas decisões do câmpus) Como os setores e coordenações se organizam pode ser verificado na estrutura organizacional.

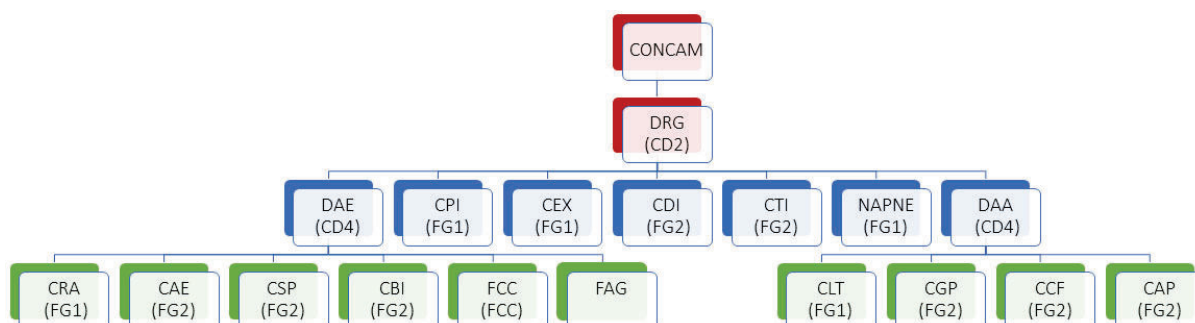


Figura 3 - Estrutura Organizacional do IFSP-BRA

No campus Bragança Paulista, atualmente o quadro de servidores é composto por 71 professores e 41 técnico-administrativos, alocados em diferentes setores para definir e executar localmente suas atribuições.

Relação de Professores

Nº	SIAPE	NOME	EIXO TECNOLÓGICO	DISCIPLINA
1	1816334	Adilson de Souza Candido	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
2	2147479	Adilson Vitor Rodrigues	Controle e Processos Industriais	Mecânica
3	2149588	Adriano Henriques Machado	Desenvolvimento Educacional e Social	História
4	2895765	Alexandre Fonseca Jorge	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
5	1808306	Alexandre Tomazati Oliveira	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
6	1847918	Ana Cristina Gobbo César	Desenvolvimento Educacional e Social	Biologia
7	1652019	Ana Paula Muller Giancoli	Informação e Comunicação	Informática
8	1861020	André Luis Maciel Leme	Informação e Comunicação	Informática
9	1914923	André Marcelo Panhan	Informação e Comunicação	Informática
10	2356212	Bruno Pavani Azevedo	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
11	1129723	Catarina Percinio Moreira da Silva	Desenvolvimento Educacional e Social	Artes
12	1610325	César Alexandre Silva Lima	Informação e Comunicação	Informática
13	1102224	Cíntia Macedo de Lima	Controle e Processos Industriais	Mecânica
14	1618967	Clayton Eduardo dos Santos	Informação e Comunicação	Informática
15	2685916	Cristian da Rocha Duarte	Controle e Processos Industriais	Eletrônica

16	2876352	Cristiano Santana Cunha de Oliveira	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
17	1813109	Cristina Correa de Oliveira	Informação e Comunicação	Informática
18	1644849	Damásio Sacrini	Controle e Processos Industriais	Mecânica
19	2222753	Daniel Tebaldi Santos	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
20	1932436	Denis Rafael Nacbar	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
21	1171002	Edilson Rosa Barbosa de Jesus	Controle e Processos Industriais	Mecânica
22	1610030	Elisandra Aparecida Alves da Silva	Informação e Comunicação	Informática
23	2319440	Enzo Gaudino Mendes	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
24	2163108	Fernando Rodrigues	Desenvolvimento Educacional e Social	Filosofia
25	2873851	Flávio Cezar Amate	Informação e Comunicação	Informática
26	1102167	Frederico de Oliveira Simões	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
27	2958116	Geraldo Creci Filho	Controle e Processos Industriais	Mecânica
28	2145453	Glauco Aparecido de Campos	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
29	2359535	Iara Leme Russo Cury	Desenvolvimento Educacional e Social	Geografia
30	2766654	Iracema Hiroko Iramina Arashiro	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
31	1822887	Jefferson de Souza Pinto	Informação e Comunicação	Gestão
32	1813550	João Roberto Moro	Desenvolvimento Educacional e Social	Física

33	1524886	José Erick de Souza Lima	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
34	1874077	José Galhardo Leite de Moraes	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
35	1644115	José Orlando Balastrero Jr.	Controle e Processos Industriais	Mecânica
36	1055653	Josias Falararo Pagotto	Desenvolvimento Educacional e Social	Química
37	2825072	Kauê Reis dos Santos	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
38	3069407	Kelly Cristina de Oliveira	Desenvolvimento Educacional e Social	Português/Inglês
39	2577687	Letícia Souza Netto Brandi	Informação e Comunicação	Informática
40	1487565	Lidiane Cristina da Silva (cedida para UNIFESP)	Informação e Comunicação	Informática
41	1228149	Lilian Karam Parente Cury Spiller	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
42	2315287	Luana Ferrarotto	Desenvolvimento Educacional e Social	Educação
43	1047539	Luciane de Castro Quintiliano	Desenvolvimento Educacional e Social	Educação
44	1878978	Luciano Bernardes de Paula	Informação e Comunicação	Informática
45	1644398	Luciano Guimarães Mendes	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
46	2891638	Luciene Angélica Cardoso Valle	Informação e Comunicação	Informática
47	2086408	Luis Vanderlei Torres	Controle e Processos Industriais	Mecânica
48	1867614	Luiz Fernando Tibaldi Kurahassi	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
49	2319983	Luiz Gustavo Diniz de Oliveira Veras	Informação e Comunicação	Informática

50	2068106	Marcos Alexandre Fernandes	Controle e Processos Industriais	Mecânica
51	2357830	Marcos Tarcisio Florindo	Desenvolvimento Educacional e Social	Sociologia
52	2167755	Maria Isabel D`Andrade de Sousa Moniz	Desenvolvimento Educacional e Social	Português
53	2145073	Marina Mitie Gishifu Osio	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
54	1578084	Maurício Costa Carreira	Controle e Processos Industriais	Física
55	3142103	Mirella Novais Oliveira	Desenvolvimento Educacional e Social	Português/ Espanhol
56	1889614	Orlando Leonardo Berenguel (em exercício na DPG-PRP)	Informação e Comunicação	Gestão
57		Pedro Henrique Ferreira Machado	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
58	1689144	Rafael da Silva Muniz	Informação e Comunicação	Informática
59	2157870	Rafael Prearo Lima	Desenvolvimento Educacional e Social	Português/Inglês
60	1847070	Ricardo Alexandre Alves Pereira	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
61	1676012	Ricardo Micaroni	Controle e Processos Industriais	Mecânica
62	1808085	Rodrigo Rafael Gomes	Desenvolvimento Educacional e Social	Matemática
63	1923383	Rosalvo Soares Cavalcante Filho	Informação e Comunicação	Informática
64	2163216	Rubens Pantano Filho	Desenvolvimento Educacional e Social	Física
65	1913814	Sergio Ricardo Pacheco	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
66	2731325	Sidney Domingues	Controle e Processos Industriais	Mecânica

67	1932941	Talita de Paula Cypriano de Souza	Informação e Comunicação	Informática
68	1585861	Valentina Piragibe	Desenvolvimento Educacional e Social	Educação Física
69	1809678	Vitor Garcia	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
70	2331915	Wagner Ideali	Controle e Processos Industriais	Eletrônica
71	1809622	Wilson Vendramel	Informação e Comunicação	Informática

Relação de Técnicos Administrativos

Nº	NOME	CARGO	SETOR
1	Alessandra Casimiro de Souza Matricaldi	Assistente Social	Coordenadoria Sociopedagógica
2	Ana Letícia Sucomine Carreira	Assistente em Administração	Coordenadoria de Extensão
3	Ana Mara Nogueira Monezzi	Assistente em Administração	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
4	Anderson Caldas Cailleaux	Assistente em Administração	Coordenadoria de Licitações e Contratos
5	Anteni de Sousa Belchior	TAE	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
6	Ariana Paula da Costa	Assistente de Alunos	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
7	Aysa Mara Roveri Arcanjo	Psicóloga	Coordenadoria Sociopedagógica
8	Camila Fátima dos Santos	Assistente em Administração	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
9	César Alexandre Bassi	Assistente de Alunos	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
10	Daniel Gandia	Assistente em	Coordenadoria de

		Administração	Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio
11	Eder José da Costa Sacconi (em exercício na PRO-PRP)	TAE	REITORIA
12	Enzo Basílio Roberto	Pedagogo	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
13	Eric Douglas Nakazawa	Assistente em Administração	Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
14	Evanilton Marques de Lima	Técnico de Laboratório - Área: Informática	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
15	Fabiana Natália Macedo de Camargo	Bibliotecária-documentalista	Coordenadoria de Biblioteca
16	Henrique José Dorigo	Administrador	Coordenadoria de Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio
17	Ines Alves Moreira Dorigo	Tecnólogo - formação	Coordenadoria de Licitações e Contratos
18	Ismael Marques Junior	Assistente de Alunos	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
19	Izandro Gimenez Marques	Auxiliar em administração	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
20	Jade Schevenin	Administrador	Diretoria Adjunta Administrativa
21	João Júnior Marques de Lima	Assistente em Administração	Coordenadoria de Extensão
22	Jonas Gonçalves Rossi	Assistente em Administração	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
23	Karin Rumiko Kagi	Programador Visual	Coordenadoria de Apoio à Direção
24	Karla Cristiny Moraes da Silva	Pedagogo	Coordenadoria Sociopedagógica

25	Lea da Silva Lima Assunção	Assistente em Administração	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
26	Leticia Leite Batista	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
27	Luiz Nelson Viana Filho	Técnico de Laboratório - Área: Informática	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
28	Márcio Follador	Assistente em Administração	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
29	Mateus Oliveira Leme	Assistente em Administração	Coordenadoria de Licitações e Contratos
30	Mayara Fernanda Oliveira Lima Rodrigues	Bibliotecária-documentalista	Coordenadoria de Biblioteca
31	Murilo José de Carvalho	Tecnólogo	Diretoria Adjunta Educacional
32	Pedro Luis Calheiros da Silva	Técnico de Laboratório - Área: Mecânica	Diretoria Adjunta Educacional
33	Rolien Jose Vieira Cirilo	Técnico em Assuntos Educacionais	Coordenadoria Sociopedagógica
34	Sandra Cristina Martins de Oliveira	Técnico em Tecnologia da Informação	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
35	Silvana Camargo de Castro	TAE	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
36	Thiago Aguiar Portela	Técnico de Laboratório - Ciências da Natureza	Diretoria Adjunta Educacional
37	Tiago Minoru Taguchi	Técnico de Laboratório Área: Informática	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
38	Túlio Ferneda	Auxiliar em Assuntos Educacionais	Coordenadoria de Registros Acadêmicos

39	Vanderlei Benedito da Silva Filho	Técnico em Tecnologia da Informação	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
40	Victor Hugo Fonseca Campos	Assistente de Alunos	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
41	Vinicius Sorroche da Silva	Técnico de Laboratório - Área: Eletroeletrônica	Diretoria Adjunta Educacional

Capítulo 3 - Pressupostos Pedagógicos do campus

Neste capítulo serão apresentados os pressupostos pedagógicos do campus Bragança Paulista, ou seja, princípios que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem, atrelados a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a gestão democrática de uma escola pública.

3.1 - Ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social

Comumente os indivíduos buscam pelos seus direitos, sejam eles políticos, civis ou sociais e da mesma forma, cobra-se de cada pessoa o cumprimento dos seus deveres. Quando tais atos acontecem, significa que ali exerceu-se a cidadania, concretizou-se o melhor, não apenas para um ser humano, mas sim para o grupo no qual ele está inserido.

Partindo dessa premissa, a prática da cidadania é imperativa no campus Bragança Paulista. Mais que isso, o incentivo, orientação, análise de casos e debates sobre o tema fomentam espaços nos quais os estudantes exercem com criticidade sua condição de cidadão, colaborando para uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e democrática. Para PINSKY ser cidadão é:

Ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2003, p.09)

Sendo assim, não há como desvincular a cidadania da ética, principalmente se a considerarmos como a constituição de valores, embasada nos conceitos de bem e virtude, responsáveis pelas relações consideradas justas e aceitáveis. Cabe, pois, lembrar que os valores cultivados no campus de Bragança Paulista estão norteados por expectativas de manter um equilíbrio social no que concerne às questões morais dentro de um espaço comum. Não obstante, Vinha e Assis afirmam sobre a construção de personalidades éticas: “Construir na instituição educativa um ambiente favorável ao desenvolvimento de personalidades autônomas é algo complexo, mas necessário se de fato queremos efetivamente formar cidadãos éticos (VINHA e ASSIS, 2015, p.8)”.

Alinhada com as ideias supracitadas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, já enfatizava, em diversas passagens, a relação indissociável entre educação e cidadania, evidenciando como finalidade precípua da educação o preparo do estudante para firmar-se como indivíduo capaz de exercer com criticidade o seu direito de fala, pautado em valores e princípios éticos. Coadunados às normativas brasileiras, os Institutos Federais traçam o mesmo caminho de conduta e orientação ética e cidadã, objetivando um alcance mais amplo dentro da esfera da inclusão social e ampliando oportunidades de êxito no mundo do trabalho.

Desde a Lei 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país, evidencia-se a questão da ética, cidadania, mundo do trabalho e

inclusão social como princípios que regem os Institutos Federais. Tal afirmação confirma-se concretamente em ao menos dois dos artigos da mencionada lei, sendo o primeiro deles o Artigo 6º, inciso I. Nele destaca-se como uma das finalidades:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (BRASIL, 2008)

De forma análoga, o capítulo que apresenta os objetivos dos (IFs) Institutos Federais ressalta os aspectos emancipatórios a serem desenvolvidos durante o processo de ensino-aprendizagem. É no Artigo 7º, inciso V que tal assertiva se manifesta, quando destaca a importância de “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”.

Para além dos instrumentos normativos, o campus Bragança Paulista empreende alguns eventos ao longo do semestre/ano letivo, os quais visam o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas ao protagonismo dos estudantes e colaborativas no processo de autonomia desses cidadãos, conforme preconizado nas normativas educacionais do país. Tais acontecimentos também estão ancorados nos conceitos e finalidades relacionados ao mundo do trabalho e inclusão social. Sob esse prisma, enquadram-se

- A. A SEMAT (Semana de Matemática e Educação Matemática), com objetivo de enriquecimento acadêmico do futuro professor e do professor atuante no ensino básico;
- B. A Semana da Diversidade, cujo fito é o de fomentar discussões acerca das temáticas culturais, relações étnico-raciais, relações de gênero e sexualidade, englobando ainda todos os conceitos e abordagens, que envolvem pluralidade, multiplicidade, diferentes modos de percepção e heterogeneidade no IFSP;
- C. A BRAGANTEC, Feira de Ciências e Tecnologia, que busca incentivar a criatividade e a inovação dos estudantes, despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas;
- D. A SEMTEC, Semana de Ciência e Tecnologia - que apresenta em sua programação ciclo de palestras, minicursos e mostra de trabalhos de Matemática, Ciência e Tecnologia realizados pelos estudantes e professores do campus em parceria com a indústria da região, com temas que permeiam todos os cursos e auxiliam a inserção e permanência no mercado de trabalho.
- E. SARAU: Ocasões que promovem troca entre estudantes de todos os cursos e níveis, estimulando a criatividade, a sensibilidade, o vínculo afetivo e o fortalecimento emocional do estudante, as habilidades artísticas, o aumento de repertório linguístico e artístico, o senso de pertencimento em comunidade e a fruição artística.
- F. JIF (Jogos dos Institutos Federais): Jogos que estimulam a interação entre os alunos, a troca de experiência e a saúde do corpo.
- G. Festa Junina: Festejo que busca incentivar a criatividade dos educandos, a valorização da cultura e da comunidade, a interação entre comunidade interna e

externa, a autonomia dos alunos pertencentes ao grêmio e a comissão organizadora, o oportunidade de vivências corporais na escola enquanto espaço de auto expressão e criação de laços de afeto.

3.2 - Gestão Democrática

A Gestão Democrática no ensino público é uma obrigação legal imposta pela LDB, porém, adveio para garantir a participação dos sujeitos concernidos no processo educacional em opinar, debater, discordar, propor e deliberar sobre os caminhos a serem trilhados, ou seja, na busca de uma qualidade social da educação. Por experiências relatadas, em diversas produções como livros, teses, dissertações e artigos, de profissionais e pesquisadores, que participaram da construção de processos democráticos participativos ou pesquisaram sobre esta temática, há conclusões de contribuições potentes de melhoria institucional por meio da inserção dos segmentos escolares¹ em instâncias de deliberações, inclusive com a diminuição da carga de processos burocráticos entre outras enumerações de melhorias, como evidência Ferrarotto apud Leite (2005), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, foram:

(...) reformas curriculares; melhoria de práticas e métodos de ensino; controle de fluxos; preocupação com cursos de especialização, atenção à disciplina crítica e a reprovação, retenção, diploma e evasão de alunos e atenção ao seu nível socioeconômico; iniciativas para oferecer cursos de extensão, cursos noturno, cursos novos e interdisciplinares; preocupação com RHs e melhorias administrativas e de infraestrutura (LEITE, 2005).

Conforme Ferrarotto (2014), a participação é entendida enquanto envolvimento ativo dos atores da comunidade educacional nos processos decisórios da instituição. Refere-se a ter voz ativa, mesmo que muitas vezes não seja a decisiva. Relaciona-se, portanto, a possibilidades deliberativas que, por sua vez, não se concentram apenas no gestor, mas são diluídas com os demais componentes da escola e sua comunidade. Neste aspecto a Gestão Democrática Participativa no ensino é variável indispensável para a formação integral² do estudante em um contexto de formação profissional-humana-cidadã. Segundo Ferrarotto apud Betini (2009):

(...) participação e democracia na escola buscam autonomia e independência de todos os seus integrantes, de todos os envolvidos no processo educacional. A direção democrática da escola extrapola o seu limite e forma a consciência crítica de participação do cidadão na sociedade, desenvolvendo a competência da cidadania, da política, atuando como um instrumento de formação.

Portanto, como instrumento de formação, a Gestão Democrática Participativa deve permear todos os processos e procedimentos institucionais irrestritamente. Para

¹ Servidores (gestores, corpo docente, funcionários), estudantes e responsáveis/famílias.

² A formação integral do estudante é entendida, além do aspecto cognitivo, pela obrigatoriedade que a instituição educacional tem de promover o desenvolvimento de outros aspectos, como o afetivo, o social, o físico e o político, bem como a criticidade, a criatividade e a sensibilidade, numa perspectiva emancipatória que permita a atuação solidariamente responsável nos coletivos aos quais pertença. Para além da dimensão individual, a formação alcança uma dimensão social.

construir-se uma cultura institucional de participação nos processos e procedimentos de gestão é necessária uma abordagem pedagógica que permita a apropriação teórico-metodológica que dê respaldo a este pressuposto, sendo assim, somente a pedagogia social pode fundamentar as ações em busca da real formação social dos sujeitos, como objetiva a política pública de criação da Rede Federal. Nesse sentido, segundo Pacheco (2011):

(...) ao eleger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais.

Para Leite (2005), alguns pressupostos característicos de processos democráticos que devem fundamentar os princípios de Gestão Democrática Participativa:

- A. democracia direta: auto legislação, autocrítica e cidadania ativa;
- B. práxis política: construção da democracia e da aprendizagem política antes e durante o processo com impacto nas reformas realizadas;
- C. participação dos sujeitos: protagonismo de diferentes atores, em que todos podem exercer funções de governo por períodos alternados;
- D. instituição como bem público: instituição pertencente ao cidadão e a sociedade, em prol do bem comum, sem vincular-se a interesses individuais associados a empresas ou partidos;
- E. avaliação como bem público: avaliação da ação pedagógica, de sua responsabilidade social e do bem comum.

Uma vez que tais procedimentos são concebidos como um processo social, envolve a participação deliberativa de todos os segmentos escolares e comunidade. A pedagogia social entra neste contexto como potencializadora da auto-organização dos coletivos e para isso, há necessidade de conhecer a realidade e dominar o conteúdo das ciências, para a proposição de reflexões, análises e ações, dentro dos ambientes da escola, como a sala de aula. Prática que, se executada, poderá conduzir os diversos coletivos ao comprometimento solidário, às negociações de qualidade e ao compartilhamento de responsabilidades.

Ao se falar em gestão democrática na escola, é preciso pensar em:

- Garantir espaços de debate e discussões;
- Construção coletiva e processual;
- Existe a possibilidade de escolha na sala de aula? Os servidores garantem escolhas na sala de aula?;
- A gestão democrática não é representada por uma pessoa apenas, seja ele o diretor ou o reitor;
- O princípio da gestão democrática está incorporado em todas as instâncias?;
- Há baixo movimento propositivo no campus, pouco envolvimento dos servidores? Por quê? Quando há propostas, há pouco incentivo?;
- Duração dos prazos e apropriação dos processos;
- Apesar da gestão local, há uma hierarquia;
- O que é democracia?;

- Qual é o papel do gestor?;
- Um dos princípios da democracia é pensar na coletividade;
- Só nos responsabilizamos por aquilo que nos apropriamos.

Conselho de campus - CONCAM

O Conselho de *campus* (CONCAM) é o órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito de cada *campus* do IFSP, sendo regido pela Resolução Normativa nº 09, de 06 de setembro de 2022, que aprova o novo Regimento dos Conselhos de *campus* da instituição.

Dentre outras questões, cabe ao CONCAM aprovar diretrizes para atuação do IFSP e zelar pela execução de sua política educacional; aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional e de ação; apreciar a Proposta Orçamentária Anual; aprovar o Projeto Político Pedagógico; aprovar regulamentos e normas internas nas matérias de sua competência deliberativa; aprovar a proposta de criação ou alteração curricular ou extinção de cursos no âmbito do *campus*; além de aprovar as normas e regulamentos internos, os projetos pedagógicos de cursos e suas alterações. Ou seja, as decisões do Conselho de campus afetam a vida de toda a comunidade acadêmica.

No campus Bragança Paulista, o CONCAM é composto por quatro titulares e quatro suplentes de cada segmento (discente, docente e técnicos administrativos em educação), escolhidos por seus pares, além de representantes da comunidade externa (egressos, sociedade civil organizada e poder público estadual ou municipal), com um mandato de dois anos. Em consonância com o novo regimento, também compõem o CONCAM a direção-geral, a direção adjunta educacional e a direção adjunta administrativa.

Embora nas reuniões do Conselho apenas os conselheiros tenham direito à voz e voto, todas as reuniões são abertas à comunidade que pode participar por meio de seus representantes. As reuniões são gravadas e ficam disponíveis pelo canal youtube.com/ifspbra.

Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE

O Napne é um órgão de natureza consultiva, de assessoramento e executiva, de composição multiprofissional, instituído pelo diretor-geral de cada *câmpus* por meio de Portaria. Tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e êxito, e na sua qualidade de vida com ética, respeito, cidadania e social. Para saber mais sobre o Napne, acesse bra.ifsp.edu.br/napne.

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI

O NEABI é composto por servidores e estudantes do IFSP e tem por objetivo a promoção de estudos e ações sobre a temática das relações étnico-raciais na instituição educacional, fundamentadas nas Leis Nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas. Para saber mais sobre o NEABI, acesse bra.ifsp.edu.br/neabi.

Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade - NUGS

O Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do IFSP (NUGS) visa ao combate à violência e à discriminação de gênero. Os principais objetivos do NUGS são: promover ações que garantam uma educação inclusiva; estimular a produção científica relativa à temática do núcleo, bem como a participação das mulheres e LGBTs no campo da ciência e na carreira acadêmica; acompanhar e propor ações para o cumprimento das legislações referentes às garantias de direito à vivência de identidades de gênero e sexualidade diversa.

3.3 - Ensino

Segundo o estatuto do IFSP, em seu inciso I, Artigo 4º do Capítulo III, é princípio norteador da sua prática: “o compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, a preservação do meio ambiente, a transparência e a gestão democrática”. Ora, esse princípio pontua claramente o caráter integrador da concepção de educação que deve ser realizada, não apenas porque busca integrar o processo educativo como um todo, mas sobretudo porque o relaciona à sociedade e o identifica com ela. Essa integração deve acontecer, assim, na forma de uma efetiva construção e de um fortalecimento da cidadania, da ética e da democracia, garantindo o comprometimento do IF com a justiça social, dadas as condições econômicas e materiais vivenciadas, sem perder de vista a preocupação com o equilíbrio ambiental e a sua preservação.

Cada Instituto Federal está inserido em um contexto socioeconômico e cultural diferente, que apresenta características e peculiaridades próprias. Dessa forma, os princípios norteadores e os pressupostos pedagógicos do IFSP precisam objetivar uma relação com a sociedade em que ele está instalado, de maneira a contribuir para o desenvolvimento cultural e socioeconômico local, regional e do próprio país, através da formação e qualificação de cidadãos para os diversos setores da sociedade, com o propósito de que, por meio da investigação e da pesquisa, possa gerar soluções técnicas e tecnológicas às demandas da sociedade e às peculiaridades da região onde está inserido.

Diante do exposto, o processo de avaliação, com o fito de contemplar o desenvolvimento da laboração do ensino-aprendizagem individual e coletivo, será norteado pela concepção formativa, processual e contínua. Tal perfil, indica ainda a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, realizada de forma diagnóstica, contínua, processual e cumulativa. Ainda sobre esse tema, as Organizações Didáticas do IFSP para a Educação Básica e para o Ensino Superior evidenciam que:

Art. 133. A avaliação deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

§ 1º. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos (avaliação quantitativa), o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos(as) estudantes. (IFSP, 2016, título V, capítulo III, p. 48)

Assim sendo, pode-se considerar diversos instrumentos, a fim de efetivar a avaliação da aprendizagem nos termos supracitados. Entre eles, vale elencar: exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, fichas de observações, relatórios, auto avaliação, provas escritas, práticas e/ou orais, seminários, ações interdisciplinares, Projetos Integradores, visitas técnicas, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Curricular Supervisionado e outros. Consoante às necessidades pedagógicas, o processo avaliativo poderá ocorrer de forma presencial, remoto ou considerando ambas modalidades de ensino.

Importante pontuar que a Organização Didática do IFSP para a Educação Básica prevê que em cada bimestre o docente deve registrar dois instrumentos avaliativos diferentes. Isso permite uma avaliação mais abrangente e justa, amplia as oportunidades de aprendizado, proporciona um feedback mais rico para o professor, estimula a criatividade e o pensamento crítico e reduz o viés avaliativo, ao ser possível considerar os diferentes estilos de aprendizagem e evitar que os estudantes sejam prejudicados por uma avaliação que não corresponda às suas habilidades e preferências individuais. Ao adotar essa abordagem, os docentes podem obter uma compreensão mais completa do desempenho dos estudantes e apoiar seu desenvolvimento de maneira mais efetiva.

Deve-se ainda evidenciar o caráter de transparência dentro do processo avaliativo, o qual será assegurado ao corpo discente o direito de conhecer os resultados, a partir de vistas dos referidos instrumentos. Sendo assim, é imperativo que haja um registro acadêmico, compreendendo desde a apuração de frequência das atividades didáticas até a síntese das ações pedagógicas desenvolvidas, “incluindo estudos de recuperação da aprendizagem, e a avaliação do aproveitamento acadêmico em todos os componentes curriculares” (IFSP, 2016, título V, capítulo III, p. 49). Deve-se considerar também, concretizando o IFSP como espaço de inclusão, que para o estudante com deficiência haverá adoção de instrumentos e critérios de avaliação que considerem sua singularidade. Por fim, quanto aos critérios de aprovação e reprovação dos discentes da Educação Básica do IFSP, vale o exposto na Resolução Normativa IFSP n.º 02/2021, de 29 de junho de 2021.

Para que seja possível esse tipo de processo avaliativo, os métodos educativos empregados devem estar de acordo aos preceitos também indicados nas Organizações Didáticas. É importante enfatizar que esses princípios necessitam ser compreendidos tanto no processo de organização pedagógica, como em sua relação com a sociedade, assegurando um ensino de qualidade, nos diversos níveis em que se oferta a educação profissional e tecnológica. Seu objetivo, afinal, é integrar a preparação para o mundo do trabalho a uma formação acadêmica crítica e cidadã, derrubando assim as barreiras entre o ensino técnico e o científico e projetando uma educação que articule em seus pressupostos as bases do trabalho, da ciência e da cultura em geral, visando tornar os IFs centros de excelência, em especial no ensino de ciências e ciências aplicadas.

Dessa forma, é importante priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, que promova a participação efetiva dele na construção de seu conhecimento. Nessa esfera, uma das possibilidades metodológicas é trazer para a sala de aula os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, com a finalidade de que os envolvidos possam sugerir propostas de resolução ou possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, fazendo uso de Metodologias Ativas, tais como:

- a) Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): nessa metodologia, os estudantes são apresentados a um problema ou desafio complexo que precisa ser resolvido. Eles trabalham em grupos para investigar, pesquisar e propor soluções para o problema, utilizando conhecimentos prévios e construindo novos conhecimentos no processo. O professor é um facilitador nessa dinâmica, orientando e apoiando os estudantes durante o processo de aprendizagem;
- b) Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP): envolve a realização de projetos ou tarefas práticas que são significativas e relevantes para os estudantes. Eles trabalham de forma colaborativa para planejar, executar e apresentar projetos, aplicando conhecimentos e habilidades construídas. Incentiva-se, assim, a investigação, a autonomia dos estudantes e a aplicação prática do aprendizado;
- c) Aprendizagem Cooperativa: nessa metodologia, os estudantes trabalham em grupos pequenos para alcançar objetivos comuns. Eles colaboram entre si, discutem ideias, compartilham conhecimentos e se ajudam mutuamente no processo de aprendizagem. Promove-se, dessa forma, habilidades de trabalho em equipe, comunicação, resolução de problemas e empatia;
- d) Sala de Aula Invertida: nela os discentes estudam o conteúdo fora da sala de aula, por meio de materiais como vídeos, textos ou atividades online, antes da aula. O tempo em sala fica então dedicado a atividades práticas, discussões e esclarecimento de dúvidas. Essa abordagem permite que os estudantes construam conhecimento individualmente e aproveitem o tempo em sala de aula para interações mais diretas e aplicação do aprendizado;
- e) Aprendizagem por Investigação: nessa metodologia, os discentes são incentivados a explorar e investigar um tópico específico por meio de perguntas, experimentos e descobertas. Eles são encorajados a formular hipóteses, coletar dados, analisar resultados e tirar conclusões. A aprendizagem por investigação promove a curiosidade, o pensamento crítico e a resolução de problemas;
- f) Gamificação: consiste em aplicar elementos de jogos, como recompensas, desafios e competições, no contexto educacional. Os estudantes são engajados por meio de atividades lúdicas e interativas, que tornam o processo de aprendizagem mais envolvente e motivador.

No que tange à Formação Continuada de Professores do IFSP, constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Iniciando-se no ano de 2014, a Formação Continuada busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o campus como local privilegiado de construção e produção coletiva de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

Em 29 de setembro de 2014, de acordo com o Memorando Circular 001/DAP/PRE, da Pró-Reitoria de Ensino (PRE), criou-se a Diretoria de Ações Pedagógicas (DAP), hoje denominado Departamento de Articulação Pedagógica, Ações Inclusivas e Formação Continuada (DAPE), que tem por finalidade, dentre outras, identificar e desenvolver projetos voltados para a formação continuada em parceria com os demais Departamentos e

Diretorias da PRE. Assim, o DAPE incentivou e orientou a criação de Equipes de Formação Continuada nos diferentes *campus*.

A Resolução nº138, de 08 de dezembro de 2015, que aprova a Política de Formação Continuada de Professores do IFSP, estabelece que as ações de Formação Continuada de Professores do IFSP têm por objetivo:

1. Promover a valorização do profissional da educação, por meio de sua constante formação para as atividades educacionais, culturais, técnicas, científicas e extensionistas;
2. Propiciar a reflexão crítica sobre o fazer pedagógico;
3. Realizar a formação continuada de professores, por meio de encontros e/ou reuniões pedagógicas, abordando questões ligadas à prática docente, também em busca de alternativas frente aos desafios do contexto educativo;
4. Propiciar estudos de referenciais teóricos e da legislação educacional para subsidiar as ações pedagógicas;
5. Contribuir com a prática docente no que tange ao processo de ensino e aprendizagem;
6. Incentivar e apoiar as iniciativas de formação continuada promovidas pelos servidores;
7. Promover discussões e divulgar materiais pertinentes aos temas abordados na formação continuada;
8. Oferecer suporte pedagógico às demandas identificadas;
9. Promover ações para o desenvolvimento e aprofundamento dos saberes docentes, em suas dimensões técnicas, científicas e pedagógicas. (IFSP, 2015)

Atualmente, a Equipe de formação continuada é formada por dois representantes da Coordenadoria Sociopedagógica e docentes representantes das seguintes áreas: Componentes Curriculares da Base Nacional Comum, Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais, Eixo Informática e Comunicação e Licenciatura em Matemática. Tal representação de cada área ou curso é importante, na medida que contempla as demandas específicas de cada área, diversificando o grupo de trabalho.

A equipe participa de formações e reuniões com o DAPE, realiza reuniões periódicas entre os membros para tratar de temas específicos à formação continuada (organização, planejamento, execução e avaliação) e discutir sobre as demandas docentes. Os encontros de formação continuada são realizados mensalmente, em dias que já constam no calendário acadêmico-administrativo e em horários estabelecidos previamente. São abordados temas diversos que dizem respeito à prática docente e atuação profissional, interação professor-aluno, diversidade e inclusão, avaliação, uso de tecnologias, metodologias de ensino, práticas inclusivas na perspectiva da educação especial, dentre outros.

Para que tais pressupostos sejam colocados em prática, é preciso, além de uma educação integradora e crítica, a compreensão da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Esse tripé torna-se a base para que os conhecimentos, as habilidades e os valores formulados dentro do processo educativo possam ser constantemente debatidos e refletidos. Por meio da criticidade, da criatividade e do contato com a realidade, almeja-se a geração e a produção de inovações que conduzam a novos fatos, novos dados, e mesmo a projetos de intervenção e de transformação, produzindo

uma interlocução entre os saberes e as experiências apreendidos nos Institutos com a comunidade e a sociedade em geral.

3.4 - Pesquisa

A lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, prevê a realização e o estímulo da pesquisa aplicada, da produção cultural, do empreendedorismo, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito das atividades dos Institutos Federais, em seu artigo 6º, inciso VIII.

Dessa forma, a pesquisa é compreendida como princípio educativo, ou seja, como processo de produção de conhecimentos, como atividade essencial para promoção da aprendizagem, por meio da qual ocorre a formação dos conceitos científicos e o desenvolvimento das atividades mentais superiores (VIGOTSKI, 2001).

Como elemento do processo pedagógico, a pesquisa aplicada contribui diretamente no processo de ensino e aprendizagem, permitindo formação para o exercício da cidadania e para o desempenho de atividades profissionais. A pesquisa é, portanto, uma ação intelectual que dialoga com as questões postas pelo mundo que cerca o educando, estimulando sua criatividade, propiciando novas descobertas, aprendizagens e estímulo ao pensamento crítico e criativo.

A articulação das atividades de ensino, pesquisa e de extensão sustenta as principais metas do IFSP, em consonância com o princípio constitucional de indissociabilidade dessas atividades educacionais (Art. 207 da Constituição Federal). Assim, como pressuposto político-educativo tem-se a pesquisa contribuindo diretamente para efetivação do Direito à Educação, conforme assevera Libâneo (2003), dentro de uma perspectiva social, constituída de significação e promotora de transformações.

Nesse âmbito, o campus Bragança Paulista, em consonância com as diretrizes do IFSP, desenvolve ações e programas de iniciação científica. As principais modalidades de iniciação científica do IFSP são: o Programa de Iniciação Científica Institucional (PIBIFSP), regulamentado pela Portaria do IFSP nº 3.904 de 04 de dezembro de 2018; o Programa Iniciação Científica Voluntária (PIVICT), regulamentado pela Portaria do IFSP nº 3.903, de 04 de dezembro de 2018 e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIFSP-AF (Ações Afirmativas). Além disso, são estimulados a participação em programas de iniciação científica de agências de fomento (PIBIT/PIBIC/PIBIC-EM).

Os projetos de pesquisa submetidos são avaliados pelo Comitê de Pesquisa (Compesq), que é formado por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, sendo responsável por fomentar, acompanhar e analisar as atividades de pesquisa, inovação e pós-graduação do campus bem como estimular a associação destas atividades com as de extensão e ensino.

Todos os estudantes regularmente matriculados nos diferentes cursos do campus são estimulados a participar dos projetos de pesquisa.

Adicionalmente, as ações de pesquisa também apoiam e incentivam a implementação e consolidação de grupos de pesquisa, a integração de pesquisadores em torno de temáticas de interesse comum e a difusão do conhecimento produzido no âmbito do campus. Essa política está regulamentada pela Portaria do IFSP nº 3.815, de 27 de novembro de 2018, que estabelece as condições e diretrizes para a criação, certificação, manutenção e acompanhamento das atividades dos grupos de pesquisa no âmbito do IFSP.

Como estratégia de divulgação científica e tecnológica são realizados no campus eventos como: Congresso Científico da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no IFSP (CONCISTEC), Semana da Ciência e Tecnologia do campus Bragança Paulista (Semtec), Semana de Matemática e Educação Matemática campus Bragança Paulista (Semat) e a Feira de Ciência e Tecnologia da região bragantina (Bragantec), esta última voltada para estudantes da educação básica. A Bragantec, em particular, tem por objetivo incentivar a criatividade e a inovação dos estudantes; despertar vocações científicas e/ou tecnológicas; e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas.

O IFSP também conta com o Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para servidores do IFSP (PIPECT), aprovado pela Resolução nº 41, de 6 de maio de 2014; e com o Programa institucional de incentivo à participação estudante em eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (PIPDE).

Atualmente, o grande desafio da pesquisa no campus Bragança Paulista é consolidar-se como elemento do processo pedagógico, por meio do qual o estudante e o docente sejam capazes de fazer da pesquisa uma atividade indissociável das atividades de ensino e extensão, tendo em vista a consolidação dos conceitos científicos, entendendo-a como primordial para o desenvolvimento da autonomia intelectual e, portanto, potencializadora de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática dialógica com a realidade.

3.5 - Extensão

As atividades de extensão do campus Bragança Paulista, em todos os níveis de ensino, pautadas na Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, visam articular as atividades de ensino e pesquisa, desenvolvidas no IFSP, com as demandas sociais, promovendo diálogo permanente e amplo com a sociedade.

As ações de extensão caracterizam-se pela articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades e demandas da comunidade onde o IFSP se insere, interagindo e transformando a realidade social, possibilitando a formação de consciência crítica tanto da comunidade interna do IFSP (docentes, discentes e técnicos-administrativos), quanto dos diversos atores sociais envolvidos.

Assim, por meio da Extensão, os Institutos Federais garantem a articulação com os diferentes segmentos sociais e com o mundo do trabalho; propiciam espaço privilegiado de vivências e de trocas de experiências e saberes; promovem a reflexão crítica dos envolvidos; e impulsionam o desenvolvimento socioeconômico, equitativo e sustentável.

A Política Nacional de Extensão Universitária define as cinco diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão, pactuadas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), a saber: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

O FORPROEX (2012) entende que “a extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade”.

As ações de extensão desenvolvidas no âmbito do IFSP são regulamentadas pela Portaria 2.968 de 24 de agosto de 2015. Essas ações podem ser caracterizadas como

programa, projeto, curso de extensão, evento e prestação de serviço. Todas devem ser desenvolvidas com a comunidade externa e participação, com protagonismo, de estudantes.

Os projetos e programas promovem a interação da comunidade com os docentes, estudantes e técnicos administrativos envolvidos, enriquecendo o processo educativo, a prática da cidadania e o exercício profissional. Mantido pelo IFSP, destinado a seus estudantes, o Programa de Bolsas de Extensão tem base na Resolução do Conselho Superior do IFSP Nº 568, de 5 de abril de 2012, sendo regulamentado pela Portaria Nº 3639, de 25 de julho de 2013.

Os cursos de extensão caracterizam-se por serem uma ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático para atender às necessidades da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos.

A extensão também se materializa por meio de atividades articuladas com o mundo do trabalho, como o estágio supervisionado, o programa jovem aprendiz, a empresa júnior e o acompanhamento de egressos. A articulação com os arranjos produtivos locais e regionais pode se dar por meio de celebração de convênios e acordos de cooperação com instituições locais, regionais, nacionais e internacionais.

As atividades de extensão reafirmam o princípio constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, expresso no art. 207 da Constituição Federal que atesta a extensão como processo educativo que adquire maior efetividade quando aliada ao ensino (formação de pessoas) e à pesquisa (geração de conhecimento).

Capítulo 4 - Estrutura e organização dos cursos

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as políticas do IFSP dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pautado no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste sentido, o campus Bragança Paulista oferece os seguintes cursos:

4.1 - Técnico

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Temos como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos integrados. Também podem ser organizados de modo concomitante e subsequente ao Ensino Médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do

campus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os IFs. Os cursos podem ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

4.1.1 - Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico Integrado ao Ensino Médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração mínima de 3 anos e máxima de 4 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio

Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais

Modalidade: Presencial

Duração: 3 anos

Turno: Integral

Número de vagas ofertadas: 40 vagas

Periodicidade da oferta: anual

Histórico do Curso: O curso Técnico em Eletroeletrônica teve seu início no campus Bragança Paulista no ano de 2012, buscando formar ao mesmo tempo cidadãos e profissionais técnicos de nível médio para atender as demandas do setor produtivo local, proporcionando ao mesmo tempo oportunidade de capacitação e ensino médio de qualidade para a comunidade. Desde a sua implementação, o Projeto Pedagógico do Curso não apresentou nenhuma reformulação. Durante esse período, houve grandes mudanças nas técnicas e tecnologias empregadas na área de atuação do técnico em eletroeletrônica. Além disso, foram implementadas diversas reformas no Ensino Técnico e Ensino Médio nesse período. Dessa forma, identificou-se a necessidade de revisão e reformulação do PPC para adequação à uma nova indústria e novos parâmetros do ensino técnico e médio. Além disso, a participação dos estudantes na CEIC e em espaços de discussão foi essencial para o apontamento de algumas mudanças necessárias no PPC. A reformulação foi uma oportunidade para aprimorar o projeto pedagógico anterior, o qual possuía uma grade curricular de disciplinas técnicas bastante fragmentada, com um elevado número de componentes, que era, inclusive, motivo de reclamação por parte dos alunos. Também foi o momento de repensar as práticas pedagógicas, buscando-se uma maior articulação da teoria com a prática profissional, dos conteúdos abordados nas disciplinas de formação geral com as disciplinas da formação técnica, com o objetivo de motivar a permanência do aluno no curso e contribuir para a redução da evasão. A proposta do Projeto Pedagógico está de acordo com o Currículo de Referência do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletroeletrônica, por meio da Resolução CONSUP nº 59/2021, de 02 de março de 2021, com o PDI 2019-2023, aprovado pela Resolução CONSUP 01/2019 e com a Revisão do PDI 2019-2023, aprovada pela Resolução nº 11/2022, de 08 de março de 2022.

Perfil do Egresso: O egresso compreende o mundo e os processos produtivos que o transformam a partir de uma formação integral que articula conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos e atua criticamente em face às transformações do mundo do trabalho, ao impacto das novas tecnologias e às flutuações da

economia globalizada. Em sua formação integral, relaciona conhecimentos das áreas do Ensino Médio aos conteúdos do Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, mais especificamente na área de Eletroeletrônica, permitindo-lhe prosseguir seus estudos e responder aos desafios de sua carreira. No exercício profissional, o técnico em Eletroeletrônica planeja, controla e executa a instalação e manutenção de equipamentos e instalações eletroeletrônicas industriais, considerando as normas, os padrões e os requisitos técnicos de qualidade, saúde e segurança e de meio ambiente. Projeta e instala sistemas de acionamento, controle eletroeletrônicos e sistemas automáticos em instalações industriais. Aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes de energias alternativas. Elabora, desenvolve e executa projetos de instalações elétricas em edificações em baixa tensão. Realiza medições, testes e calibrações de equipamentos eletroeletrônicos e inspecionar componentes, produtos, serviços e atividades de profissionais da área de eletroeletrônica. Reconhece tecnologias inovadoras presentes no segmento visando ao atendimento das transformações digitais implementadas na sociedade. Em sua atuação cidadã, compreende as demandas e expectativas da comunidade regional e local, e intervém de forma responsável e ética, respeitando as diferenças, reconhecendo a diversidade sexual, de gênero e étnico-racial e contribuindo para a inclusão social e para o desenvolvimento sustentável.

Perfil dos Estudantes: Metade dos estudantes do Curso Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio são provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa e metade para estudantes de escolas públicas independente de renda. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos, indígenas e PcD no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio

Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais

Modalidade: Presencial

Duração: 3 anos

Turno: Integral

Número de vagas ofertadas: 40 vagas

Periodicidade da oferta: anual

Histórico do Curso: O curso Técnico em Mecânica teve seu início no campus Bragança Paulista no ano de 2012, através da Resolução CONSUP nº 722, de 10 de setembro de 2012, tendo sempre forte apoio de diversos setores da sociedade local e regional, incluindo representantes do comércio, da indústria, de instituições de ensino, prestadores de serviços e autônomos. A região bragantina e seu entorno apresentam um consolidado polo industrial e tecnológico que demanda trabalhadores cada vez mais qualificados e preparados para contribuir com o desenvolvimento econômico e produtivo. Além disso, a região bragantina e seu entorno estão cada vez mais preparados para receber grandes investimentos e empresas, de modo a fortalecer cada vez mais o setor produtivo, a geração de renda e a oferta de oportunidades de trabalho. Somente na região bragantina, existem

mais de 500 indústrias que abrangem diversos segmentos, tais como, o alimentício, farmacêutico, metalúrgico, eletroeletrônico, têxtil, químico, cerâmico, entre outros. Desde a sua implementação, o Projeto Pedagógico do Curso não apresentou nenhuma reformulação. Durante esse período, houve grandes mudanças nas técnicas e tecnologias empregadas na área de atuação do técnico em diversas áreas e também no que diz respeito à área da Mecânica. Além disso, foram implementadas diversas reformas no Ensino Técnico e Ensino Médio nesse período. Dessa forma, identificou-se a necessidade de revisão e reformulação do PPC para adequação a uma nova indústria e novos parâmetros do ensino técnico e médio. Justifica-se também a reformulação, pois a participação dos estudantes na CEIC e em espaços de discussão indicaram e apontaram para mudanças necessárias no PPC. A proposta do Projeto Pedagógico está de acordo com o Currículo de Referência do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Mecânica, por meio da Resolução CONSUP nº 59/2021, de 02 de março de 2021, com o PDI 2019-2023, aprovado pela Resolução CONSUP 01/2019 e com a Revisão do PDI 2019-2023, aprovada pela Resolução nº 11/2022, de 08 de março de 2022.

Perfil do Egresso: O técnico em Mecânica é habilitado com bases científicas, tecnológicas e humanísticas, capaz de atuar profissionalmente no mundo do trabalho de forma proativa, crítica, empreendedora e ética, considerando o contexto sócio-político e econômico, orientando suas ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Identifica as oportunidades, expectativas e demandas existentes na comunidade local e regional e está apto a realizar escolhas que impliquem uma participação cidadã, com vista à inclusão social, aos direitos humanos e respeito e reconhecimento da diversidade sexual, de gênero e étnico-racial. Faz uso de diferentes formas de linguagem para comunicar ideias, valores e percepções em diversos contextos. Programa, controla e executa processos de fabricação mecânica para máquinas e equipamentos mecânicos atendendo às normas e aos padrões técnicos de qualidade, saúde e segurança e de meio ambiente. Planeja, aplica e controla procedimentos de instalação, de manutenção e inspeção mecânica de máquinas e equipamentos. Elabora projetos de produtos relacionados a máquinas e equipamentos mecânicos especificando materiais para construção mecânica por meio de técnicas de usinagem, soldagem e conformação mecânica. Realiza inspeção visual, dimensional e testes em sistemas, instrumentos e equipamentos mecânicos, pneumáticos, hidráulicos e eletromecânicos de máquinas. Reconhece tecnologias inovadoras presentes no segmento visando a atender às transformações digitais na sociedade. Articula, aprofunda e consolida conhecimentos, competências e habilidades referentes aos conteúdos fundamentais das Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Humanas e Linguagens com o Eixo Tecnológico, permitindo o prosseguimento dos estudos em qualquer área do conhecimento e a atuação profissional.

Perfil dos Estudantes: Metade dos estudantes do Curso Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio são provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa e metade para estudantes de escolas públicas independente de renda. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos, indígenas e PcD no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio

Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação

Modalidade: Presencial

Duração: 3 anos

Turno: Integral

Número de vagas ofertadas: 40 vagas

Periodicidade da oferta: anual

Histórico do Curso: O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do campus Bragança Paulista foi criado pela Resolução CONSUP N.º 901, de 02 de julho de 2013, com início no ano de 2014, buscando formar ao mesmo tempo cidadãos e profissionais técnicos de nível médio para atender as demandas locais e regionais na área de informática, proporcionando ao mesmo tempo oportunidade de capacitação e ensino médio de qualidade para a comunidade. Desde a sua implementação, o Projeto Pedagógico do Curso sofreu uma primeira reformulação, aprovada pela Resolução N.º 78/2025 de 01 de setembro de 2015. Durante esse período, houve grandes mudanças nas tecnologias no âmbito da informática, área de atuação do técnico egresso do curso. Além disso, foram implementadas diversas reformas no Ensino Técnico e Ensino Médio nesse período. Dessa forma, identificou-se a necessidade de revisão e reformulação do PPC para adequação à essa nova realidade tecnológica e aos novos parâmetros do ensino técnico e médio. A reformulação consistiu numa oportunidade para o aprimoramento do projeto pedagógico do curso, bem como propiciou momentos para o repensar das práticas pedagógicas, buscando-se uma maior articulação da teoria com a prática profissional, dos conteúdos abordados nas disciplinas de formação geral com as disciplinas da formação técnica, com o objetivo de motivar a permanência do aluno no curso e contribuir para a redução da evasão. Nesse processo, a participação dos estudantes na CEIC e em outros espaços de discussão com os docentes foi essencial para o levantamento de algumas mudanças necessárias no PPC do curso. A proposta do Projeto Pedagógico está de acordo com o Currículo de Referência do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, por meio da Resolução CONSUP n.º 67/2021, de 02 de março de 2021, com o PDI 2019-2023, aprovado pela Resolução CONSUP 01/2019 e com a Revisão do PDI 2019-2023, aprovada pela Resolução n.º 11/2022, de 08 de março de 2022.

Perfil do Egresso: O egresso do Curso Técnico em Informática atua na sociedade (da qual integra o mundo do trabalho) de forma crítica, ética e transformadora, valorizando aspectos da cidadania, colaborando com ações de inclusão social, respeitando os direitos humanos, reconhecendo as diversidades existentes nas relações sociais e as demandas ambientais. Compreende que o desenvolvimento tecnológico modifica as relações profissionais e interpessoais. Atua em diferentes modalidades do mundo do trabalho, entendendo seu caráter, sua essência e a indissociabilidade entre os saberes práticos e teóricos. Reconhece a diversidade sexual, de gênero e as relações étnico-raciais atuando na desconstrução do machismo e racismo estruturais, do preconceito de qualquer tipo e das mais diversas formas de discriminação e desigualdade sociais, raciais e de gênero, dentro e fora das relações de trabalho. Desenvolve sistemas computacionais utilizando ambiente de desenvolvimento. Realiza modelagem, desenvolvimento, testes,

implementação e manutenção de sistemas computacionais. Modela, constrói e realiza manutenção de banco de dados. Desenvolve sistemas computacionais com base em metodologias, linguagens de programação, ambientes de desenvolvimento e tecnologias da engenharia de software. Executa montagem, instalação e configuração de equipamentos de informática. Instala e configura sistemas operacionais e aplicativos em equipamentos computacionais. Realiza manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática. Instala e configura dispositivos de acesso à rede e realiza testes de conectividade. Realiza atendimento help-desk. Opera, instala, configura e realiza manutenção em redes de computadores. Aplica técnicas de instalação e configuração da rede física e lógica. Instala, configura e administra sistemas operacionais em redes de computadores. Executa as rotinas de monitoramento do ambiente operacional. Identifica e registra os desvios e adota os procedimentos de correção. Executa procedimentos de segurança, pré-definidos, para ambiente de rede. Apresenta formação científica e tecnológica, que lhe permite atuar profissionalmente de forma a integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, buscando a inovação, considerando o contexto sócio-político, econômico e o desenvolvimento sustentável, estando apto a prosseguir os estudos com autonomia intelectual e criatividade. Articula os conhecimentos em Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática ao eixo tecnológico de Informação e Comunicação.

Perfil dos Estudantes: Metade dos estudantes do Curso Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio são provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa e metade para estudantes de escolas públicas independente de renda. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos, indígenas e PcD no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.1.2 - Técnico Concomitante e Subsequente

O curso técnico de nível médio concomitante e subsequente é oferecido a quem tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do Ensino Médio. Tem duração mínima de 3 semestres e máxima de 4 semestres e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

Técnico em Mecatrônica Concomitante ou Subsequente

Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais

Modalidade: Presencial

Duração: 4 semestres

Turno: Vespertino e Noturno

Número de vagas ofertadas: 40 vagas (vespertino) e 40 vagas (noturno)

Periodicidade da oferta: semestral

Histórico do Curso: O curso Técnico em Mecatrônica teve seu início no campus Bragança Paulista no ano de 2012, buscando formar profissionais técnicos de nível médio para atender demandas do setor produtivo local, proporcionando, ao mesmo tempo, oportunidades de capacitação para a comunidade. No ano de 2018, o envolvimento do campus em um projeto-piloto, fruto de uma parceria do IFSP com a

Embaixada Australiana, motivou uma reformulação no projeto pedagógico do curso Técnico em Mecatrônica. O projeto baseava-se na elaboração de um curso que tinha como referência o modelo de ensino adotado na Austrália para formação profissional. Um dos principais pilares do modelo australiano constitui-se na criação de padrões ocupacionais nacionais, para cada profissão, que servem como balizadores para a oferta de cursos técnicos. Na Austrália, o estabelecimento desses padrões conta com uma grande participação do setor produtivo. Para este Projeto Pedagógico, não foi possível chegar ao ponto de estabelecer padrões ocupacionais para o Técnico em Mecatrônica. Entretanto, foram realizadas consultas com o setor produtivo local, através de reuniões com as empresas e de aplicação de formulário padronizado, com o objetivo de se obter informações relevantes para construir o perfil de formação desejado para o profissional. A reformulação também foi uma oportunidade para aprimorar o projeto pedagógico anterior, o qual possuía uma estrutura bastante fragmentada, com um elevado número de disciplinas, que era, inclusive, motivo de reclamação por parte dos alunos. Também foi o momento de repensar as práticas pedagógicas, buscando-se uma maior articulação da teoria com a prática profissional, com o objetivo de motivar a permanência do aluno no curso e contribuir para a redução da evasão. Outro ponto considerado foi a inclusão das habilidades comportamentais e sociais, também conhecidas como soft skills, tão valorizadas no mundo do trabalho quanto às habilidades técnicas. No ano de 2022, a proposta do Projeto Pedagógico passou por uma revisão com o intuito de ser adaptado ao Currículo de Referência do Curso Técnico em Mecatrônica, de acordo com a Resolução nº75 de 2 de março de 2021 do IFSP, com o PDI 2019-2023, aprovado pela Resolução de reformulação do curso no IFSP: 145/2022, de 6 de dezembro de 2022.

Perfil do Egresso: O egresso do Curso Técnico em Mecatrônica projeta, instala e opera equipamentos automatizados e/ou robotizados empregados em processos de manufatura, considerando as normas, os padrões e os requisitos técnicos de qualidade, saúde e segurança e de meio ambiente. Realiza a programação, parametrização, medições e testes de equipamentos automatizados e robotizados em processos de manufatura. Realiza a integração de equipamentos mecânicos e eletrônicos utilizados em processos de manufatura e executa procedimentos de controle de qualidade e gestão. Reconhece tecnologias inovadoras presentes no segmento visando a atender às transformações digitais na sociedade. Possui formação científica e tecnológica, que lhe permite atuar profissionalmente de forma a integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, considerando o contexto sociopolítico, econômico e o desenvolvimento sustentável. Atua no mundo do trabalho de forma crítica, ética e transformadora, valorando aspectos da cidadania, colaborando com ações de inclusão social, respeitando os direitos humanos e reconhecendo as diversidades (culturais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade) nas relações sociais e demandas ambientais.

Perfil dos Estudantes: Metade dos estudantes do Curso Técnico em Mecatrônica Concomitante ou Subsequente são provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa e metade para estudantes de escolas públicas independente de renda. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos, indígenas e PcD no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.2 - Proeja

Legitimando o compromisso com segmentos apartados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do Proeja consideram as características dos jovens e adultos atendidos e podem ser articulados ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

4.2.1 - Proeja FIC Fundamental

Está em andamento um projeto para o oferecimento de curso Proeja FIC Fundamental no campus, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

A proposta compreende um curso oferecido a quem tem 15 anos ou mais, concluiu os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) ou demonstrar, por meio de processo avaliativo, ter a base de conhecimentos necessária para continuidade de estudos no 6º ano. O curso será oferecido de forma interinstitucional, por meio de convênios estabelecidos com escolas da rede pública de ensino estadual. A qualificação profissional será de responsabilidade do IFSP, enquanto a formação geral do ensino fundamental será de responsabilidade da escola parceira. O curso terá a duração mínima de 2 anos e a forma de ingresso será por meio de Processo Seletivo Simplificado.

Proeja FIC Fundamental em Operador de Computador

Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação

Modalidade: Presencial

Duração: 2 anos

Turno: Noturno

Número de vagas ofertadas: 40 vagas

Periodicidade da oferta: anual (sem previsão de início)

Histórico do Curso: Em 2015, por meio de comissão designada pela portaria nº 0081/2015 de 23 de novembro de 2015, realizou-se estudos para a implantação do curso PROEJA no âmbito do campus Bragança Paulista. Os trabalhos da comissão se desenvolveram ao longo do ano de 2016 e culminaram com a elaboração de um relatório, cujos resultados apontaram para a possibilidade de oferta de um curso PROEJA-FIC Fundamental (modalidade articulada aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)) na área de informática, com base na preferência da comunidade externa consultada e também na disponibilidade de infraestrutura física e de mão de obra do campus. Em 2017, por meio da Portaria BRA nº 020/2017 de 20 de fevereiro de 2017 criou-se uma comissão para realizar a Implantação de curso PROEJA-FIC Fundamental na modalidade articulada aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) na área de informática no campus do IFSP-BRA. Os trabalhos desta comissão se concentraram na elaboração do Plano Pedagógico do Curso (PPC). Para viabilizar a oferta deste curso PROEJA, ela deverá ser

desenvolvida na forma interinstitucional através de convênios estabelecidos com escolas da rede pública de ensino por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), a ser firmado com a Secretaria Estadual de Educação e a elaboração de um Plano de Trabalho Anual. Desta forma, em 13 de março de 2017, a comissão enviou carta ao dirigente da Diretoria de Ensino de Bragança Paulista (DE-BRA), propondo uma parceria técnica entre o IFSP-BRA e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo- SEESP. Durante as tratativas com a DE-BRA para viabilizar o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) foi necessário a renovação da comissão que se deu por meio da portaria BRA nº 030/2018 de 15 de março de 2018. Durante o período de vigência desta portaria os trabalhos se concentraram em finalizar o PPC e nos contatos com a DE-BRA. Em novembro de 2018, a comissão teve um parecer favorável da SEE-SP quanto à celebração de parceria técnica. Em dezembro de 2018, para atender aos trâmites de implantação do curso, foi emitida portaria nº BRA 0155, de 18 de dezembro de 2018, designando dois servidores do IFSP-BRA para as tratativas de estabelecimento, fiscalização e acompanhamento do ACT junto à DE-BRA/SEE-SP. Em 2019, para a continuidade dos trabalhos, foi emitida a Portaria BRA.0017, de 18 de fevereiro de 2019, renovando a comissão para a implantação do curso Proeja FIC em parceria com a DE-BRA/SEE-SP. O foco da comissão foi nas negociações para a formalização do ACT. No início de 2020, entretanto, foi necessária a suspensão do calendário acadêmico em decorrência da crise da COVID-19. Considerando o longo período de pandemia devido ao COVID-19, por qual todos foram afetados, de diversas formas, faz-se necessário restabelecer as negociações com a DE-BRA/SEE-SP.

Perfil do Egresso: O egresso do Curso FIC em Operador de Computador demonstra avanços na aquisição de conhecimentos básicos, estando preparado para dar continuidade aos estudos. O egresso atua nas atividades relativas à área do curso, com possibilidades de inserção positiva no mundo do trabalho. Demonstra um perfil empreendedor. Estando preparado para editar textos, elaborar planilhas eletrônicas e apresentações de slides, criar sites, editar material audiovisual, pesquisar e navegar na internet e utilizar o correio eletrônico, instalar e configurar aplicativos de escritório e periféricos, organizar a entrada e saída de dados em sistemas de informação e selecionar programas de aplicação. O egresso poderá analisar e se apropriar das informações, a fim de desenvolver senso crítico, criatividade e atitudes éticas, integrando os conhecimentos gerais, aos da cidadania e da qualificação, na busca da elevação da escolaridade integrada à educação profissional.

Perfil dos Estudantes: Os estudantes do Curso Proeja FIC Fundamental Operador de Computador serão provenientes de escolas públicas estaduais, indicadas pela Secretaria Estadual de Educação, através do Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

4.3 - Graduação

No contexto dos cursos de Licenciatura, sua oferta visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se também, nos cursos de Licenciatura, a importância da integração entre teoria e

prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência.

Já os cursos superiores de Tecnologia têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia contemple o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreende as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de Bacharelado se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

4.3.1 - Licenciatura

O curso destina-se a preparar professores para atuarem na Educação Básica. A licenciatura tem duração de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

Licenciatura em Matemática

Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

Modalidade: Presencial

Duração: 8 semestres

Turno: Matutino

Número de vagas ofertadas: 40 vagas

Periodicidade da oferta: anual

Histórico do Curso: O curso começou em 2011, oferecendo, até o ano de 2018, 40 vagas semestrais (80 vagas anuais) no período da manhã. O reconhecimento junto ao MEC ocorreu em 2016, quando o curso passou por avaliação in loco. No ano seguinte, visando adequar-se à Resolução do CNE nº 2, de 1º de julho de 2015, o curso passou pelo seu primeiro processo de reformulação, com a ampliação da carga horária. Em 2019 os ingressos no curso foram alternados entre turnos. No primeiro semestre letivo o ingresso foi no período matutino e no segundo semestre letivo, no noturno. Em 2020, não houve ingresso no período noturno devido a Pandemia por Covid 19. Em 2021 e 2022 houve o segundo e terceiro ingressos no período noturno, enquanto os ingressos no período matutino se mantiveram regulares. Em 2022, o curso passa por uma segunda reformulação, que incorpora ao PPC não apenas as práticas exitosas desenvolvidas desde a reformulação de 2017, mas também: (i) a curricularização da extensão (Resolução CNE/CES nº 7/2018, de 18 de dezembro de 2018), (ii) os conhecimentos essenciais do Currículo de Referência para os cursos de Licenciatura em Matemática do IFSP (Resolução CONSUP nº 93/2021, de Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática Presencial 30 6 de abril de 2021) e (iii) os saberes estabelecidos pelas

últimas Diretrizes Nacionais para a formação de professores da educação básica (Resolução CNE/CES nº 2/2019, de 20 de dezembro de 2019). Aprovada a reformulação de curso, por meio da Resolução N.º 264/2023, de 7 de março de 2023 e a atualização de curso, por meio do Parecer CONEN nº 191/2023, de 14 de fevereiro de 2023.

Perfil do Egresso: O egresso do curso de Licenciatura em Matemática do IFSP-BRA é um educador apto a exercer a docência em matemática em diferentes etapas e modalidades da educação básica, assim como participar da organização e gestão de sistemas de educação e suas instituições de ensino, com ética e compromisso, com vistas à construção de uma sociedade justa. É um professor que está familiarizado com o conteúdo matemático e com as práticas pedagógicas e avaliativas desde os primeiros anos da educação básica e que reconhece a escola como um espaço de produção de conhecimento. Ele conduz propostas que abordam temas transversais no processo educacional, promovendo o respeito às diferenças em suas múltiplas dimensões, e que contribuem para a interlocução entre a escola e a comunidade. Desse modo, planeja e desenvolve atividades antirracistas, de inclusão social e de gênero, bem como para pessoas com deficiência. Seleciona, desenvolve e avalia situações e materiais didáticos, considerando os conteúdos específicos, pedagógicos, as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, as possibilidades interdisciplinares e as diretrizes curriculares nacionais e outras determinações legais. Ao analisar documentos normativos e materiais didáticos, problematiza-os e, assim, é o autor da construção de sua prática pedagógica. Posiciona-se diante do cenário político educacional em busca da qualidade socialmente referenciada da educação. Promove a integração das tecnologias educacionais e de informação e comunicação em sala de aula, favorecendo a aprendizagem, a criatividade, a autonomia, a criticidade e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos. Possui uma postura investigativa que contribui para a elaboração de reflexões sobre a própria prática, considerando a conjuntura educacional, e para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, colaborando para a construção de conhecimento sobre questões de seu campo de atuação em um processo contínuo de formação.

Perfil dos Estudantes: Metade dos estudantes do curso de Licenciatura em Matemática são provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa e metade para estudantes de escolas públicas independente de renda. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos, indígenas e PcD no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.3.2 - Tecnologia

O curso promove a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. O curso tem duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação

Modalidade: Presencial

Duração: 6 semestres

Turno: Noturno

Número de vagas ofertadas: 40 vagas

Periodicidade da oferta: semestral

Histórico do Curso: O curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFSP campus Bragança Paulista começou a ser oferecido no 1º semestre de 2009. Em 2013 foi reformulado o Projeto Pedagógico de Curso, o qual vigorou até 2019. Tendo em vista o dinamismo da área de Computação e Informática na qual o curso se insere e a necessidade de atualização do novo local de funcionamento do campus, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), assim como os professores atuantes, identificaram a necessidade de revisão e reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Portanto, no 2º semestre de 2019, o Projeto Pedagógico de Curso passou pelo processo de atualização, sendo considerados os seguintes itens: I – atualização de ementa, conteúdo programático e bibliografia de planos de ensino de componentes curriculares; II – retirada ou inclusão de pré-requisitos; III - regulamentação da forma de desenvolvimento do estágio, do trabalho de conclusão de curso e IV – atualização do histórico do campus, infraestrutura (campus/curso) e legislação de referência. Diante disso, o processo de atualização do Projeto Pedagógico de Curso foi analisado e aprovado conforme Parecer CONEN nº 16/2020, vigente até o momento. Ainda em regime paralelo ao processo de atualização, partir de 2019, a Pró-Reitora de Ensino e os campus iniciaram a construção do Currículo Referência visando a padronização dos cursos de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas para o Instituto Federal de São Paulo. Além disso, a Resolução Normativa IFSP nº 05/2021 de 05 de outubro de 2021 estabeleceu as diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação. Ainda conforme o Artigo 27 da referida Resolução, a Curricularização deve ser implementada em todos os Projetos Pedagógicos de Curso até dezembro de 2022. Portanto, a partir do 2º semestre de 2021, tomando como base as reuniões de NDE, as reuniões entre docentes do curso, as reuniões do Colegiado de Curso e as orientações da Pró-Reitoria de Ensino, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas foi iniciado o processo de reformulação. Por fim, para os trabalhos de reformulação deste curso foram considerados: (1) o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) versão 2020; (2) a Resolução nº 21/2021 de 02 de março de 2021, que aprovou o Currículo Referência do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFSP; (3) a Resolução Normativa IFSP nº 05/2021 que estabeleceu as diretrizes para a Curricularização da Extensão, (4) os anseios da comunidade discente e docente do curso e (5) o alinhamento às necessidades do mundo do trabalho.

Perfil do Egresso: O Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas formado pelo IFSP elabora e analisa projetos e coordena equipes de produção de software. Documenta, desenvolve, testa, implanta e mantém sistemas de informação, a partir da escolha das tecnologias mais apropriadas para cada

situação. Avalia, seleciona, especifica e utiliza metodologias, tecnologias e ferramentas da engenharia de software, linguagens de programação e bancos de dados considerando a necessidade de garantir uma formação profissional tecnológica e assim contribuindo para o fortalecimento e crescimento dos arranjos produtivos, sejam eles locais, regionais e ou nacionais. Aplica conceitos e princípios de desenvolvimento de software que incluam atributos de qualidade relacionados à funcionalidade, manutenibilidade, portabilidade, usabilidade, confiabilidade, eficiência, segurança e compatibilidade. Conhece componentes de hardware e sistemas operacionais e identifica o modo como esses componentes afetam o desenvolvimento de software. Conhece e utiliza infraestrutura tecnológica de rede a fim de projetar, implementar e implantar sistemas de software e está apto a reconhecer novas técnicas e equipamentos em sua área de atuação. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação. Conhece aspectos éticos, morais e legais de sua área de atuação. Atua como empreendedor de modo crítico e proativo para desenvolver e propor soluções informatizadas, com responsabilidade social e ambiental

Perfil dos Estudantes: Metade dos estudantes do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema são provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa e metade para estudantes de escolas públicas independente de renda. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos, indígenas e PcD no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.3.3 - Bacharelado

Promove a formação de bacharéis na área de ciências experimentais e tecnológicas para trabalhar tanto no setor produtivo, quanto no setor de pesquisa e desenvolvimento. O curso tem duração mínima de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação

Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais

Modalidade: Presencial

Duração: 12 semestres

Turno: Noturno

Número de vagas ofertadas: 40 vagas

Periodicidade da oferta: anual

Histórico do Curso: O Curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação foi criado pela Resolução 103/2016 de 4 de outubro de 2016. Aprovação da atualização de curso enviada em AGO/2020 conforme Parecer Favorável 69/2021 – CONEN-GAB/GAB-RET/RET/IFSP. Segue o Conselho Nacional de Educação (CNE) com a Diretriz Curricular Nacional (DCN) para os cursos de Engenharia de Controle e Automação conforme Resolução nº 1, de 26 de março de 2021. Em conformidade com o Currículo de Referência do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, por meio da Resolução CONSUP Resolução n.º 27/2021, de 02 de março de 2021. Aprovada a atualização

de curso, por meio do Parecer CONEN nº 216/2022, de 22 de dezembro de 2022 e a resolução de reformulação do curso no IFSP – nº 242/2023, de 07 de março de 2023.

Perfil do Egresso: O Curso Superior em Engenharia de Controle e Automação visa à formação omnilateral (trabalho-ciência-cultura) dos graduandos, de forma que seu egresso seja um profissional com formação técnica, tecnológica, humana, cidadã, com qualificação para o mundo do trabalho e capacidade de manter-se em desenvolvimento e atualização. Além de sólida formação técnica e tecnológica, o egresso tem um perfil com visão holística e humanista, sendo também generalista, crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético. É comprometido com uma sociedade democrática e socialmente justa e ser capaz de compreender processos produtivos e o seu papel dentro deles, incluindo as relações sociais. O profissional formado aplica, desenvolve, adapta e utiliza novas tecnologias com atuação inovadora e empreendedora, reconhece as necessidades dos usuários e formula, analisa e cria soluções aos problemas a partir delas, resolvendo com senso crítico e de forma criativa os problemas da Engenharia, no desenvolvimento de projetos e soluções, aplicando em sua prática profissional perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares, considerando aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho. O egresso do curso de Engenharia do Instituto Federal de São Paulo atua nas novas demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e se adapta a elas, com postura isenta de qualquer tipo de discriminação, comprometida com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

Perfil dos Estudantes: Metade dos estudantes do curso de Engenharia de Controle e Automação são provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa e metade para estudantes de escolas públicas independente de renda. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos, indígenas e PcD no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.4 - Pós-Graduação

Os cursos de pós-graduação estão voltados para o aprimoramento acadêmico e profissional, com caráter de educação continuada.

4.4.1 - Especialização

Os cursos de pós-graduação Lato Sensu, em nível de especialização, têm um formato semelhante aos cursos tradicionais, com aulas, seminários e a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso, fruto das atividades de pesquisa dos estudantes. As especializações possuem duração mínima de 360 horas.

Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação (GETI)

Modalidade: Presencial

Duração: 3 semestres

Turno: Noturno

Número de vagas ofertadas: 20 vagas

Periodicidade da oferta: semestral

Requisitos: Poderão se candidatar às vagas os graduados em curso de nível superior devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) nas áreas de: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Controle e Processos Industriais.

Forma de ingresso: edital específico

Perfil dos Estudantes: No curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação (GETI) no mínimo de 20% das vagas são destinadas para negros (pretos e pardos) e indígenas, e 5% para estudantes com deficiência

Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino da Matemática dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Modalidade: Presencial

Duração: 3 semestres

Turno: Noturno

Número de vagas ofertadas: 25 vagas

Periodicidade da oferta: semestral

Requisitos: Poderão se candidatar os graduados em curso de nível superior devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), preferencialmente nas áreas de Licenciatura em Pedagogia ou Licenciatura em Matemática

Forma de ingresso: edital específico

Perfil dos Estudantes: No curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino da Matemática dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no mínimo de 20% das vagas são destinadas para negros (pretos e pardos) e indígenas, e 5% para estudantes com deficiência

4.5 - Formação Inicial e Continuada

A Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional envolve cursos de capacitação, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Pode se apresentar de duas formas: curso de formação inicial e curso de formação continuada.

O curso de formação inicial é oferecido a quem busca qualificação profissional. Tem duração mínima de 160 horas e garante a profissionalização em uma determinada área.

O curso de formação continuada é oferecido a quem já possui conhecimento e atuação na área. Tem duração mínima de 40 horas e possibilita a atualização, aprofundamento e ampliação de conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento.

Computação Criativa para o Ensino Fundamental – Módulo I - Fundamentos e Jogos Digitais

Áreas: Informática

Periodicidade da oferta: Semestral

Modalidade: Presencial / Remota

Turno: Matutino / Vespertino

Requisitos e forma de ingresso: Ordem cronológica de inscrição - formulário online

Perfil do público atendido: Estudantes do ensino fundamental das escolas públicas e privadas e Bragança Paulista e região

Eletrônica Básica

Áreas: Eletrônica

Periodicidade da oferta: Semestral

Modalidade: Presencial / Remota

Turno: Vespertino / Noturno

Requisitos e forma de ingresso: Ordem cronológica de inscrição - formulário online

Perfil do público atendido: Estudantes e comunidade em geral interessados no tema

Arduíno Básico

Áreas: Eletrônica

Periodicidade da oferta: Semestral

Modalidade: Presencial / Remota

Turno: Vespertino / Noturno

Requisitos e forma de ingresso: Ordem cronológica de inscrição - formulário online

Perfil do público atendido: Alunos do ensino médio e ensino superior da área técnica de eletroeletrônica, informática, mecânica, mecatrônica e automação e comunidade em geral

Percussão e Ritmos Brasileiros

Áreas: Música

Periodicidade da oferta: Semestral

Modalidade: Presencial

Turno: Vespertino / Noturno

Requisitos e forma de ingresso: Ordem cronológica de inscrição - formulário online

Perfil do público atendido: Estudantes e comunidade em geral interessados no tema

Arte em interação – Compartilhando experiências

Áreas: Arte

Periodicidade da oferta: Semestral

Modalidade: Presencial

Turno: Vespertino / Noturno

Requisitos e forma de ingresso: Ordem cronológica de inscrição - formulário online

Perfil do público atendido: Estudantes e comunidade em geral interessados no tema

Serviços de Nuvem da Huawei ICT Academy

Áreas: Informática

Periodicidade da oferta: Semestral

Modalidade: Remota

Turno: Noturno

Requisitos e forma de ingresso: Ordem cronológica de inscrição - formulário online

Perfil do público atendido: Profissionais, estudantes e entusiastas da área de Tecnologia da Informação com interesse no paradigma de computação em nuvem. Trata-se de um curso oficial, preparatório para o exame de certificação HCIA - Cloud Services.

Capítulo 5 - Políticas e Ações Institucionais

O campus Bragança Paulista realiza ações em diferentes áreas, conforme as políticas institucionalmente estabelecidas. A escola busca promover iniciativas relacionadas à permanência e ao êxito dos estudantes, com a construção de uma cultura de convivência, do respeito à diversidade e da eliminação de barreiras educacionais e atitudinais para a inclusão social e educacional dos discentes. Além disso, também têm por finalidade articular, discutir e contribuir com ações pedagógicas, assim como identificar e desenvolver projetos voltados para a formação continuada e para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

5.1 – Ações de apoio ao ensino e à aprendizagem

5.1.1 – Atuação da Coordenadoria Sociopedagógica

A Coordenadoria Sociopedagógica é composta por uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, que conta com Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais, entre outros profissionais, e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visam promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais e Assistente em Administração (incluído pela Resolução nº 41/2015), podendo ter atuação de outros servidores. Tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

Atuando de forma integrada, articulando saberes, a equipe assessora o desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando e propondo ações que visem a promoção da qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência dos estudantes no *campus*.

Atendendo ao que propõe a resolução n. 138, de 4 de novembro de 2014, a Coordenadoria Sociopedagógica do campus Bragança Paulista:

- I. Acompanha e implementa políticas em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino do IFSP. Dentre as políticas que a Coordenadoria Sociopedagógica do *campus* acompanhou e implementou neste último ano, destacam-se a própria elaboração o Projeto Político Pedagógico do campus, a contribuição ao processo de formação continuada com docentes, o acompanhamento aos Projetos Pedagógicos de Curso, a participação no NAPNE do *campus*, a recepção dos alunos, entre outros.

- II. Acompanha as deliberações dos conselhos consultivos e deliberativos e promove suas implementações.
- III. Apresenta à comunidade escolar as ações vinculadas à Coordenadoria Sociopedagógica. O setor dispõe de um espaço no mural do campus e também perfil no Facebook (@cspbra) e Instagram (@socioifspbra), nos quais divulga suas ações, além de disponibilizar informações na página do *campus* na internet.
- IV. Propõe e promove ações de recepção dos estudantes ingressantes. O planejamento dessas ações considera a necessidade de integrar os novos alunos com os docentes, coordenadores e demais alunos, bem como estimular o pertencimento e o estreitamento do vínculo dos estudantes ao IF, de maneira a apresentar as informações mais relevantes sobre a organização do *campus*, dentre elas:
 - Breve histórico do campus e cursos oferecidos;
 - Estrutura física e administrativa do IFSP-BRA;
 - Visita guiada no campus;
 - Apresentação das coordenadorias, projetos e núcleos;
 - Estrutura física e administrativa do IFSP-BRA;
 - Bate-papo com o coordenador do curso veteranos e egressos;
 - Oficina sobre organização dos estudos;
 - Outras oficinas com os docentes.
- V. Acompanha os estudantes no processo de ensino e aprendizagem. O acompanhamento individualizado é realizado ao longo do ano letivo. A demanda é repassada ao setor pelos professores de forma individual ou nas reuniões de área. Outro mecanismo utilizado para o levantamento das demandas é o conselho de classe pedagógico, momento em que são identificados os alunos com necessidade de acompanhamento individualizado. O acompanhamento é realizado pela pedagoga e pela psicóloga em diálogo com os docentes, de acordo com a demanda de cada aluno. Além disso, o setor organiza palestras, oficinas e rodas de conversa com os alunos a fim de auxiliá-los no processo de aprendizado, organização com os estudos e assuntos diversos.
- VI. Atende, orienta, encaminha e acompanha os estudantes e familiares no âmbito sociopsicoeducacional. Os alunos com demandas específicas, identificadas pelos docentes e coordenadores de área, são atendidos pela profissional mais relacionada a essa demanda. Em muitos casos, além das orientações ao aluno, é constatada a necessidade de contatar a família. Pode ser realizado ainda o encaminhamento para o serviço adequado, como, por exemplo, a rede municipal de saúde quando constatada a necessidade de acompanhamento especializado e contínuo, ou para o Conselho Tutelar, quando pertinente. O atendimento é feito principalmente por meio de entrevistas/conversas com o estudante e familiares, oportunidade em que estes recebem orientação, aconselhamento e/ou encaminhamento. Eventualmente são utilizados também telefonemas, mensagens de texto e e-mails. Cabe ressaltar que durante o período de Ensino Remoto Emergencial, devido à pandemia de Covid-19, exclusivamente estão sendo utilizados estes meios virtuais para contato com a comunidade escolar. Nos meses em que não há inscrição para o Programa de Auxílios, a quantidade de atendimentos no Sociopedagógico varia muito, numa média de 5 a 20 por dia, considerando todos os tipos de atendimento acima mencionados. Em época de inscrição/renovação para auxílios, geralmente fevereiro,

- março, junho e novembro, a quantidade de atendimentos aumenta consideravelmente devido às dúvidas dos estudantes sobre o processo e à realização de entrevistas, numa média de 15 a 30 por dia.
- VII. Orienta os estudantes sobre seus direitos e deveres como cidadãos. Essa orientação é feita especialmente no momento da acolhida, no início de cada período letivo e sempre que se faz necessário.
 - VIII. Reúne subsídios para a construção, elaboração, atualização e reformulação do Projeto Político-Pedagógico do *campus*. A partir do processo de construção do PPP desencadeado pela reitoria do IFSP, a Coordenadoria Sociopedagógica do *campus* vem acompanhando a elaboração do documento.
 - IX. Desenvolve, implanta e acompanha ações de apoio pedagógico, psicológico e social junto aos estudantes, de acordo com as demandas identificadas.
 - X. Identifica demandas, promove propostas de ações de formação continuada de docentes e de servidores. Duas servidoras da Coordenadoria Sociopedagógica participam da equipe de formação continuada atualmente.
 - XI. Orienta o corpo docente no que se refere às necessidades dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.
 - XII. Contribui na ação docente quanto aos procedimentos pedagógicos.
 - XIII. Elabora instrumentos de pesquisas para compreender e analisar os motivos que levam à retenção e à evasão dos estudantes em parceria com outras instâncias do IFSP. Uma das formas de atuação da Coordenadoria Sociopedagógica é o contato com os alunos que não efetivaram matrícula no período previsto e a elaboração de registros dos motivos que levaram os alunos a não efetivarem a matrícula. Outra ação é uma entrevista que o aluno deve obrigatoriamente passar no caso de trancamento de matrícula ou desligamento formal da instituição.
 - XIV. Propõe, implanta, acompanha e avalia propostas de prevenção e intervenção ao baixo rendimento, retenção e evasão escolar.
 - XV. Propõe e colabora com ações inclusivas e adaptativas de acordo com as demandas identificadas do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).
 - XVI. Propõe ações afirmativas de acordo com as demandas identificadas.
 - XVII. Estabelece parcerias para promoção de ações culturais e educativas na perspectiva da inclusão e do enfrentamento a preconceitos e valorização às diversidades. Cabe salientar que duas servidoras do setor integram a Comissão da Diversidade do *campus*, que realiza, dentre outras ações, as Semanas da Diversidade e da Consciência Negra no *campus*, em junho e novembro, respectivamente.
 - XVIII. Articula parcerias nas ações de promoção à saúde dos estudantes.
 - XIX. Participa na elaboração e execução de projetos, em parceria com outras instâncias do IFSP, com o intuito de proporcionar formação integral aos estudantes.
 - XX. Acompanha a implantação e o desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil. A Coordenadoria Sociopedagógica elaborou o “Projeto de Assistência Estudantil do IFSP - campus Bragança Paulista”, que norteou as ações nessa área para o ano de 2021. Um maior detalhamento deste Programa será apresentado no item “Assistência estudantil”, deste Projeto.
 - XXI. Participa e contribui nas instâncias de planejamento pedagógico.
 - XXII. Participa das reuniões de pais. Seguindo o calendário acadêmico, as reuniões são conduzidas com o objetivo de informar aos pais as ações realizadas pela instituição, tanto no que se refere ao processo de ensino dos alunos como também questão

gerais da escola. É também momento em que os docentes e a pedagoga ficam à disposição dos pais para conversas individuais sobre os alunos, a fim de acompanhar o desempenho dos filhos, identificar limites e potencialidades, bem como construir estratégias de superação.

- XXIII. Elabora documentos e relatórios conforme instruções do *campus* e da Pró-Reitoria de Ensino.
- XXIV. Dialoga com as instâncias de representação estudantil.
- XXV. Promove e/ou participa da organização de encontros, palestras e seminários destinados à comunidade escolar.
- XXVI. Realiza supervisão pedagógica.
- XXVII. Participa dos conselhos de classe consultivos e deliberativos.

5.1.2 – Recuperação contínua e paralela

A recuperação é oferecida aos estudantes da educação básica, proporcionando oportunidades diversificadas que assegurem condições favoráveis à superação das dificuldades encontradas no seu percurso escolar. A recuperação contínua está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula, constituindo-se por intervenções imediatas, dirigidas às dificuldades específicas assim que estas forem constatadas. Já a recuperação paralela é oferecida aos estudantes que não apresentarem os progressos previstos em relação aos objetivos e metas definidas para cada componente curricular, em horário que privilegie o atendimento ao estudante e que não coincida com as aulas regulares do seu curso.

5.1.3 – Atendimento ao estudante

O atendimento ao estudante compreende horário semanal disponibilizado pelos docentes a todos os estudantes para sanar dúvidas, revisar conteúdos, orientar projetos e trabalhos acadêmicos, bem como acompanhar os estudos relacionados aos componentes curriculares ministrados pelo docente.

5.1.4 – Projetos de ensino

Os projetos de ensino são desenvolvidos por meio do Programa de Bolsa de Ensino, que tem por objetivo apoiar a participação dos estudantes em atividades acadêmicas e estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional. Os projetos são apresentados por meio de editais promovidos pelos *campus* do IFSP, que indicam os critérios de seleção do bolsista e atividades a serem desenvolvidas sob a supervisão do docente orientador.

Bolsas de Ensino

O programa de Bolsa de Ensino visa apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na sua área de formação.

Na relação compromisso entre o IFSP e o estudante, o bolsista não terá sua função caracterizada como cargo ou emprego, não sendo gerado vínculo empregatício de qualquer natureza e, conseqüentemente, não tendo validade para contagem de tempo de serviço.

O bolsista não poderá ter vínculo empregatício ou realizar estágio durante o período de vigência da bolsa em outra empresa e/ou instituição.

Os procedimentos para o estudante regularmente matriculado no IFSP participar do processo seletivo às Bolsas de Ensino são:

- Inscrever-se no Programa de Bolsas de Ensino do IFSP nos períodos pré-estabelecidos;
- Estar matriculado ou se enquadrar dentro dos requisitos básicos que o projeto solicita;
- Comprovar compatibilidade entre os horários de suas atividades acadêmicas e os propostos para o desenvolvimento daquelas próprias do projeto ao qual está vinculado;
- Participar de entrevista agendada com o professor responsável, após análise da documentação exigida no ato da inscrição.

O Programa de Bolsas de Ensino, mantido pelo IFSP, é destinado aos seus discentes e tem base na Resolução do Conselho Superior do IFSP n° 568, de 5 de abril de 2012, e na portaria n° 1254, de 27 de março de 2013, que estabelece condições para implementação deste programa.

5.1.5 – Formação continuada de professores

A formação continuada de professores do IFSP consiste em uma política que se baseia em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de constante desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes da instituição. A formação continuada in loco busca a valorização do profissional e a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o campus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

5.1.6 – Biblioteca

As Bibliotecas do Instituto Federal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) têm, por finalidade, apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição, proporcionando ao corpo discente, aos servidores e à comunidade externa o acesso à informação e aos recursos informacionais.

5.1.7 – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-IFSP)

O Pibid possui como meta o incentivo a capacitação docente dos alunos dos cursos de licenciatura no IFSP para a Educação Básica. Como ações deste programa podemos destacar: a valorização do magistério (incentivando os estudantes que optam pela carreira docente), promover a integração entre educação superior e educação básica a partir da

inserção do aluno de licenciatura no dia a dia da Escola, utilização de novas metodologias de ensino de caráter inovador e interdisciplinar.

5.2 – Ações de apoio ao estudante

5.2.1 - Assistência Estudantil

A assistência estudantil é uma política institucional baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes para custear, parcial ou integralmente, seus gastos, visando ampliar as condições de permanência e êxito nos cursos do IFSP.

A assistência estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência, Programa de apoio ao estudante Proeja e Programa de Ações Universais.

O **Programa de Auxílio Permanência** é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social e tem como principal objetivo apoiar a permanência na instituição, por meio dos seguintes auxílios financeiros mensais: alimentação, moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico e saúde.

Em 2022, foram realizados 2 processos seletivos ao longo do ano, com 364 inscritos no total. Mensalmente foram atendidos em média 192 estudantes. Este ano, 2023, também já foram realizados 2 processos seletivos até o mês de junho, com 318 inscritos no total, sendo atendidos mensalmente, em média, 173 estudantes.

A atribuição dos auxílios é norteada pela análise socioeconômica realizada pelo profissional do Serviço Social, que busca identificar os estudantes mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, a fim de que os auxílios alcancem aqueles que mais necessitam, e que por falta de recursos financeiros teriam maiores chances de abandonar os estudos ou ter um aproveitamento insatisfatório.

O **Programa de apoio ao estudante Proeja** tem como objetivo contribuir para a permanência e êxito dos estudantes dos cursos do Proeja, por meio de apoio financeiro para complementação de despesas voltadas, prioritariamente, à alimentação e ao transporte.

O **Programa de Ações Universais** é destinado a toda a comunidade discente do IFSP, independente de situação socioeconômica. As ações do programa são desenvolvidas por meio de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes e contam com a participação de professores, técnicos administrativos e estudantes.

Respeitando o que consta na resolução 41/2015 - IFSP, pode ser utilizado recurso financeiro da Assistência Estudantil (PNAES) para execução de projetos de Ações Universais, desde que não prejudique a execução do Programa Auxílio Permanência. Tendo isso em conta e o fato do orçamento da Assistência Estudantil disponível para o *campus* Bragança Paulista não ter sido suficiente para atender aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos últimos 4 anos não foi possível executar projetos de Ações Universais com verba do PNAES.

No período de 2020-2021, considerando o cenário de pandemia do Covid-19, que gerou profundos impactos sociais e econômicos, bem como a necessidade do isolamento social, que, por consequência, acarretou a demanda por ensino não presencial e a garantia do direito à educação nas condições atuais, as ações universais foram executadas com orçamento do próprio campus e versaram exclusivamente sobre a dimensão da inclusão

digital, prestada via Auxílio Emergencial para Conectividade (Acesso à internet e/ou aquisição de equipamentos). Foram atendidos 156 estudantes no total, dentro do período acima citado.

Por conta da pandemia foram realizadas outras ações com a colaboração do Setor Sociopedagógico e da Coordenadoria de Apoio ao Ensino, tais como: entrega de kits de alimentação (157 estudantes atendidos entre 2020/2021) e entrega de chips de dados, estes últimos fornecidos pelo MEC (49 estudantes atendidos entre 2020/2021).

O **Acompanhamento Discente** é o acompanhamento ao longo do tempo, realizado por meio de atendimento, orientação e encaminhamento dos estudantes à rede de atendimento municipal, no âmbito social, pedagógico ou de atendimento psicológicos e, se necessário, dos pais e responsáveis. Podem ser realizadas ainda reuniões socioeducativas, entrevistas, acompanhamento da frequência escolar, visitas domiciliares, palestras, oficinas, dentre outros.

5.2.2 – Alimentação Escolar

A alimentação escolar é um direito de todos os estudantes da educação básica pública brasileira, conforme a Constituição Federal e uma série de leis que regulamentam esse direito. Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são oferecidas alimentação escolar e ações de Educação Alimentar e Nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. No IFSP são atendidos estudantes dos cursos técnicos integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio e do Proeja.

5.2.3 – Apoio à organização estudantil

O protagonismo estudantil é um componente fundamental dentro da instituição. Nesse contexto, busca-se incentivar e fortalecer os espaços de decisão coletivos, que garantem a participação estudantil nas decisões no âmbito do IFSP, e apoiar a organização dos estudantes.

No que diz respeito à representação dos alunos no campus Bragança Paulista houve recentemente a formação do **Centro Acadêmico Joaquim Gomes de Souza – CAJGS**, dos estudantes do curso de Licenciatura em Matemática, e do **Grêmio Estudantil Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho**, dos estudantes dos cursos técnicos.

As organizações estudantis representam os estudantes da escola. Tendo como objetivo unir e movimentar os estudantes para a discussão de seus direitos e deveres, debatendo assuntos diversos sobre escola, comunidade e sociedade.

Além disso, em cada classe há um representante e um suplente que têm levado à direção as demandas dos alunos no que se refere à didática dos professores, à estrutura física e às necessidades gerais dos estudantes.

5.3 – Atuação dos núcleos

5.3.1 – NAPNE

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) tem o propósito de contribuir para a implementação da cultura da educação para a

convivência, o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade arquitetônica, a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, bem como prestar apoio educacional aos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). O NAPNE está presente em todos os campus do IFSP.

De acordo com a Portaria Normativa RET IFSP N. 8, DE 28 DE JUNHO DE 2021, o NAPNE tem, por objetivos:

- I. Contribuir para criação de espaços que viabilizem a discussão para a implementação da cultura da educação para a convivência, para o respeito à diversidade, para a promoção da acessibilidade arquitetônica, bem como para a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação;
- II. Prestar apoio educacional aos estudantes;
- III. Difundir e programar as diretrizes de inclusão dos estudantes;
- IV. Envolver os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar no sentido de estabelecer políticas e diretrizes para inclusão no IFSP enquanto um compromisso coletivo (de todos);
- V. Instigar a prática democrática e as ações inclusivas para os estudantes.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20/12/1996, com o Decreto nº 6.949, de 25/08/2009, com o Decreto nº 7.611, de 17/11/2011, com a Lei Brasileira da Inclusão (LBI, de 2015, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e demais documentos pertinentes, o NAPNE presta apoio educacional aos estudantes que constituem o público-alvo da educação especial, ou seja, pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

A identificação de estudantes com necessidades específicas é realizada no ato da matrícula ou no decorrer do curso, e as ações posteriores à identificação envolvem atendimentos com o estudante, pais ou responsáveis, reuniões com docentes, contatos com outros profissionais e/ou instituições envolvidas na situação do estudante e levantamento de dados pedagógicos. É fornecido também ao estudante público-alvo da educação especial, caso necessite, recursos de tecnologia assistiva disponíveis no campus como: materiais e jogos em braille e em áudio, recursos de informática acessíveis, material didático digital acessível, dentre outros.

Do mesmo modo, quando identificada a necessidade, é elaborado, em conjunto com o estudante, família, docente e demais profissionais envolvidos no caso, um Plano de Ensino Individualizado (PEI), para cada estudante com necessidades específicas, que conterá informações pregressas sobre o (a) estudante e sua trajetória escolar, bem como direcionamentos a serem implementados no processo de ensino e aprendizagem. São indicadas dificuldades e potencialidades do educando, e encaminhamentos e adaptações que serão realizadas em cada disciplina do curso, por semestre ou por ano.

Além do apoio aos estudantes, ao longo do ano, o NAPNE promove ações com o objetivo de estimular a cultura da educação para a convivência, respeito à diversidade e eliminação das barreiras educacionais e atitudinais na comunidade escolar. São realizadas palestras, oficinas, rodas de conversa no intuito de se discutir a temática da inclusão, do capacitismo e preconceito em relação a pessoas com deficiência, de maneira a promover a reflexão e uma efetiva mudança de atitude de toda comunidade. Ressalta-se que o NAPNE também participa, em parceria com os demais setores e comissões do *campus*, da

identificação da necessidade de mudanças físicas no prédio do campus, a fim de garantir acessibilidade arquitetônica a toda a comunidade escolar.

5.3.2 – NEABI

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) tem por objetivo a promoção de estudos e ações sobre a temática das relações étnico-raciais na instituição. O núcleo foi criado para que as questões étnico-raciais, como o racismo e a xenofobia, não fiquem à margem e sejam tratadas com a devida seriedade nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do IFSP ou que estejam a ele vinculadas. O NEABI possui coordenação centralizada e é composto por servidores e estudantes de diversos campus da instituição, representantes das pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e membros da comunidade externa do IFSP. No Câmpus Bragança Paulista, o representante local do NEABI é o professor Marcos Tarcisio Florindo.

5.3.3 – NUGS

O Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do IFSP (NUGS) tem a finalidade de promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não-sexista que propiciem a equidade e a igualdade entre os gêneros, o combate à violência e à discriminação contra as pessoas LGBTQIAPN+, de modo a promover a valorização da diversidade, o respeito pela diferença e a preservação e ampliação dos direitos dessas pessoas. O NUGS está vinculado ao Gabinete da Reitoria e é composto por servidores e estudantes de diversos campus da instituição, representantes das pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e membros da comunidade externa do IFSP. O Câmpus Bragança Paulista não possui representante no NUGS.

5.4 – Atuação dos órgãos colegiados

Os órgãos colegiados atuam nas questões técnicas, pedagógicas, administrativas e financeiras da unidade escolar.

5.4.1 – Conselho de campus

O Conselho de campus (CONCAM) é um órgão descentralizado e superior do campus com as mesmas competências do Conselho Superior do IFSP, de maneira delegada, para que sejam exercidas na unidade. O CONCAM possui competências deliberativas e consultivas e é composto pelo diretor-geral, representantes discentes, docentes, técnico-administrativos e da comunidade externa. Compete a ele apreciar a proposta orçamentária anual, aprovar o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de ação, a proposta de criação, alteração curricular ou extinção de cursos, assim como regulamentos e normas internas.

5.4.2 – Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão de função propositiva, consultiva e deliberativa no âmbito de cada curso de graduação para assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as políticas e diretrizes da instituição. Composto pelo coordenador do curso, representantes docentes, técnico-administrativos e discentes, tem

entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, emitir pareceres, estabelecer critérios e procedimentos de acompanhamento e avaliação do curso, avaliar as propostas de projetos e convênios, etc.

5.4.3 – CEIC

A Comissão para Elaboração e Implementação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Educação Básica (CEIC) tem como objetivo a elaboração e o desenvolvimento dos processos de implantação, reformulação, atualização, interrupção temporária da oferta de vagas e extinção dos cursos da educação básica. A CEIC é composta por representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e da comunidade externa e tem entre suas atribuições elaborar e revisar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e acompanhar o curso de forma a assegurar o alinhamento e coerência das ações previstas.

5.4.4 – Conselho de Classe

Os Conselhos de Classe são organizados nos cursos da educação básica como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação de todos os docentes da respectiva turma, do Coordenador do Curso, do Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais da Coordenadoria Sociopedagógica. O Conselho de Classe Pedagógico acontece com periodicidade bimestral com o objetivo de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, identificar progressos e dificuldades e propor encaminhamentos pertinentes. O representante de turma e o representante dos pais ou responsáveis também são chamados para participar desse conselho. O Conselho de Classe Deliberativo é realizado ao final do período letivo e tem como objetivo analisar o processo de ensino e aprendizagem do estudante, prevalecendo o aspecto qualitativo dos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do período letivo.

Conselho de Classe (Pedagógico e de Curso): os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso/Área e do Pedagogo da CAE/CSP. São realizados de acordo com a proposta de cada curso e calendário escolar. A proposta de consolidação de espaços de discussão nos conselhos consultivos, favorecida pela Organização Didática, trouxe ao *campus* uma nova realidade ao acompanhamento contínuo dos alunos dos cursos técnicos. A abertura ao diálogo e o constante relacionamento entre os professores e a CAE/CSP possibilitam o compartilhamento dos processos de ensino aprendizagem, das dificuldades em lidar com os alunos, buscando juntos soluções e caminhos para a melhoria do ensino.

Conselho de Classe Consultivo: também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo ou pelo Coordenador de Curso. Ocorre de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pela CSP de cada campus, com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a CSP apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama

traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Conselho de Classe Deliberativo: são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, se fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, o coordenador do curso encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada por seus membros.

5.4.5 – Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional do IFSP. A CPA é responsável por articular e coordenar a avaliação interna da instituição, observando as diferentes dimensões do universo acadêmico. A comissão é formada por diferentes membros, representantes dos vários segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Os resultados das atividades avaliativas são apresentados aos órgãos colegiados superiores e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) por meio de relatórios.

5.5 – Ações de Extensão

A Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. A Extensão compreende todas as ações formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que promovem a relação dialógica entre o IFSP e a comunidade externa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada campus está inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnicos administrativos e discentes envolvidos.

As ações de extensão podem ser caracterizadas como programa, projeto, curso de extensão, evento e prestação de serviço. Todas devem ser desenvolvidas com a comunidade externa e a participação, com protagonismo, de estudantes. Além das ações, a Extensão é responsável por atividades que dialogam com o mundo do trabalho como o estágio e o acompanhamento de egressos.

Bolsas de Extensão

Mantido pelo IFSP, destinado a seus estudantes, o Programa de Bolsas de Extensão tem base na Resolução do Conselho Superior do IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, sendo regulamentado pela Portaria nº 3639, de 25 de julho de 2013.

Os projetos que contemplam as bolsas são apresentados por servidores do campus, atendendo a um edital específico divulgado no portal do campus Bragança Paulista.

Para participar do Programa, na condição de bolsista, o estudante do IFSP - campus Bragança Paulista deverá:

- Estar regularmente matriculado no IFSP;
- Preencher os requisitos estabelecidos no Projeto de Extensão.
- Ter cursado pelo menos um semestre do curso em que está matriculado;
- Comprovar compatibilidade entre os horários de suas atividades acadêmicas e as atividades propostas para o desenvolvimento do projeto ao qual se candidata;

O bolsista é selecionado pelo orientador do projeto por meio de entrevista.

5.6 – Ações de Pesquisa

As ações de pesquisa estão voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (estudantes de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço social.

As atividades de pesquisa são conduzidas, em sua maior parte, por meio de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos quais pesquisadores e estudantes se organizam em torno de inúmeras linhas de investigação. O IFSP mantém continuamente a oferta de bolsas de iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação, o fomento para participação em eventos científicos e ações de incentivo para a captação de recursos em agências ou órgãos de fomento, com a finalidade de estimular o engajamento estudantil em atividades dessa natureza.

Bolsas de Pesquisa Iniciação Científica

O IFSP oferece três modalidades de iniciação científica: o Programa de Iniciação Científica Institucional (PIBIFSP), o Programa de Iniciação Científica de agências de fomento (PIBIT/PIBIC/PIBIC-EM) e a Iniciação Científica Voluntária (PIVICT).

É importante lembrar que no caso da iniciação científica voluntária (PIVICT), não há pagamento de bolsa e o fluxo de submissão de projetos é contínuo, havendo períodos específicos de avaliação. Nas outras modalidades há pagamento de bolsa (com regras e detalhes definidos em cada edital) o que implica que o aluno não exerça outra atividade remunerada.

5.7 – Ações de Comunicação

A comunicação do Campus Bragança Paulista é realizada por uma equipe multidisciplinar de servidores da Coordenadoria de Apoio à Direção, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e da Coordenadoria de Registros Acadêmicos.

Como não existem profissionais da comunicação em todas as unidades do IFSP, no campus as atividades desenvolvidas por esta equipe são realizadas em paralelo às atribuições dos servidores em seus respectivos setores, seguindo o previsto no Manual de Comunicação do Instituto Federal e as orientações da Diretoria de Comunicação.

A equipe é responsável pelas informações divulgadas no site do campus, pelo contato com a imprensa local, pela comunicação interna, pelo protocolo de cerimoniais, pela

gestão da marca e da identidade visual, pela elaboração de artes e publicação em redes sociais e pela divulgação de ações, atividades, eventos, processos seletivos etc.

5.8 - Ações pós-pandemia

No ano de 2020, a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) assolou o mundo, trazendo enormes desafios à sociedade.

Considerando aquele cenário mundial e os protocolos de biossegurança, o IFSP, por meio da Portaria nº 1200 de 23 de março de 2020, suspendeu os calendários acadêmicos dos cursos da instituição por tempo indeterminado, mantendo somente as atividades de pesquisa e extensão de forma totalmente remota.

Nesse momento, a prioridade estabelecida pelo campus Bragança Paulista foi o acolhimento e a manutenção do vínculo entre os membros da comunidade do IFSP, ainda que mediados por tecnologia. Assim, fomentou-se o diálogo com os estudantes e seus familiares, buscando estabelecer uma rede de informação e solidariedade. Com a suspensão das aulas por tempo indeterminado todos os setores do campus realizaram atendimento online, com informações de contato disponibilizadas no site institucional.

Até o retorno das atividades acadêmicas, foram ofertadas pelos docentes e pela Coordenadoria Sociopedagógica (CSP) aos estudantes conteúdos e materiais que buscavam contribuir para a saúde física e emocional deles, porém sendo a participação opcional. Tais medidas objetivaram informar, reduzir a ansiedade, amenizar os impactos negativos durante o período de quarentena, propiciando o envolvimento daqueles que tinham na época nossa escola como referência para sua vida pessoal e social.

Chamadas de Atividades de Apoio e Acolhimento, foram propostas pelos professores abordando o momento vivido, com temáticas relativas à pandemia que perpassam as ciências, questões geopolíticas, culturais, sociais etc, além de assuntos diversos. Todas as atividades foram divulgadas no site institucional, proporcionando fácil acesso aos estudantes.

Em iniciativa da CSP, a pedagoga do setor desenvolveu uma campanha de desafios (14 edições, ainda disponíveis no site do campus) com jogos educativos, intitulada “Desafio quarentena: É brincadeira, mas é estudo”. Entre os principais objetivos da atividade, estiveram: incentivar uma rotina de estudos durante a quarentena de forma divertida, contribuir para o bem-estar dos estudantes, incentivar uma interação prazerosa entre eles e a família e também entre eles e os colegas da escola, por meio de recursos virtuais, manter o vínculo escola-estudante, além de estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas.

Além dessas atividades, a Coordenadoria Sociopedagógica também desenvolveu informativos com orientações aos estudantes sobre a quarentena³. Ao todo foram três documentos elaborados pelas profissionais do setor na época, considerando os enfoques de seus cargos, a saber: a assistente social, a psicóloga e a pedagoga. O primeiro informativo “Podemos contar com você”, abordou questões atitudinais: como se proteger, “fique em casa” e a responsabilidade social de cada um, o que fazer caso ficassem doentes e alertas sobre fake news. Já o segundo informativo teve como foco “Orientações aos estudantes: como lidar com o distanciamento e manter o bem-estar físico e emocional?”. Por fim, no terceiro, buscou-se estimular os estudantes a manter uma rotina de estudos,

3

Disponíveis

em:

<https://bra.ifsp.edu.br/recados/2007-26-03-2020-csp-sociopedagogico-divulga-informativo-com-orientacoes-aos-estudantes-sobre-a-quarentena>

mesmo com o distanciamento físico da escola, abordando-se as seguintes questões: como organizar a rotina de estudos durante a quarentena, como estudar e o que estudar (dada a suspensão das aulas).

Baseando-se na Portaria IFSP nº 2337, de 26 de junho de 2020, o campus Bragança Paulista realizou discussões e levantamentos de informações com a comunidade e reorganizou seu calendário acadêmico determinando a retomada das atividades letivas em formato virtual a partir do dia 10 de agosto de 2020. O ensino remoto se estendeu até o início do ano letivo de 2022.

Antes da retomada das atividades letivas remotas de fato, houve uma mobilização dos servidores, a pedido da direção geral, para contatar todos os estudantes, de todos os cursos. Foram realizadas entrevistas por telefone, levantando dados da situação dos discentes referente ao acesso a recursos digitais, acesso à internet e situação de vulnerabilidade social e, com base nestes dados, foram analisadas quais medidas seriam necessárias para o retorno remoto das aulas.

As entrevistas foram realizadas com mais de 75% dos estudantes⁴ e permitiram ao campus criar mecanismos visando garantir que todos os estudantes matriculados na instituição pudessem acompanhar as aulas de forma remota. Pode-se destacar 4 mecanismos principais, executados sob responsabilidade da Coordenadoria Sociopedagógica do campus⁵:

1. **Auxílio Emergencial Conectividade:** uma iniciativa do campus, que contemplava auxílio financeiro para apoiar os estudantes na contratação de pacotes de internet, compreendendo a instalação e a mensalidade e auxílio financeiro para subsidiar a compra de equipamentos eletrônicos como desktops, notebooks ou tablets (Android 5 ou superior). O objetivo principal foi oportunizar o desenvolvimento e o acesso às atividades educacionais, à integração pedagógica e a outras atividades acadêmicas por meio da inclusão digital, ampliando as vivências, o conhecimento e a rede de relações dos discentes envolvidos por meio remoto⁶;
2. **Programa de Auxílio Permanência:** mesmo com as aulas presenciais suspensas, os auxílios PAP não deixaram de ser pagos aos estudantes em vulnerabilidade social inscritos no programa, sendo reorganizados como Auxílio Emergencial;
3. **Projeto “Alunos Conectados”:** foi organizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), por orientação do Ministério da Educação (MEC) e sob a coordenação da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). O projeto consistiu na cessão de chip de telefonia celular com pacote entre 5 e 20 GB por mês, para acesso à internet aos estudantes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). O chip fornecido não possui franquia de voz ou SMS, sendo de uso exclusivo para dados. A contratação

⁴ Conforme relatório elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA): <https://drive.ifsp.edu.br/s/Hha5cPOqPaCJUNR#pdfviewer>

⁵ As ações 2, 3 e 4, estenderam-se até o final de 2021.

⁶ Foi também lançada uma chamada pública para captação de doação de microcomputadores para uso discente, porém não foram recebidas doações.

emergencial de pacote de dados móveis, do Serviço Móvel Pessoal (SMP) foi destinada aos discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, para desenvolvimento e continuidade de suas atividades acadêmicas remotas, fora de sua instituição de ensino, de forma emergencial, em adaptação e inclusão segura, no contexto da pandemia da COVID-19. A inscrição era de fluxo contínuo, por meio do preenchimento do formulário eletrônico. A Coordenadoria Sociopedagógica ficou responsável pela seleção dos estudantes contemplados e a Coordenadoria de Apoio ao Ensino realizava as entregas dos chips aos estudantes;

4. **Kits alimentação:** primeiramente por meio de iniciativa da reitoria (Edital nº 166/2020, de 28 de março de 2020), com uso de recurso advindo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para distribuição de kits de alimentos aos estudantes da educação básica que necessitavam. Posteriormente, o campus lançou dois editais de fluxo contínuo (EDITAL Nº 18, DE 17 DE JUNHO DE 2020 e EDITAL Nº 19, DE 17 DE JUNHO DE 2020) dando continuidade à ação, porém contemplando também os estudantes do ensino superior. Nesta ação, a CSP ficou responsável pela identificação e controle dos estudantes contemplados, por meio de inscrição, e a Coordenadoria de Apoio ao Ensino pela distribuição dos kits. Os discentes eram convocados mensalmente para a retirada dos insumos, considerando todas as regras sanitárias necessárias. Em alguns casos, quando os estudantes não podiam se locomover até o campus, servidores se voluntariaram para levar os kits até suas residências.

Inegavelmente, esses mecanismos contribuíram sobremaneira para a permanência e o êxito dos estudantes do campus Bragança Paulista durante o período de isolamento social necessário devido à pandemia de Covid-19.

Nesse sentido, é significativo ressaltar também as ações de acolhimento e o acompanhamento discente realizado pela Coordenadoria Sociopedagógica em parceria com as coordenações dos cursos integrados, especialmente. Foram realizadas diversas intervenções considerando as demandas discentes, os relatórios de frequência escolar e os relatos dos professores, na busca por solucionar problemas de acompanhamento das aulas, faltas e baixo desempenho. Os recursos utilizados também foram diversos, dentre eles: ligações telefônicas, comunicação por meio do whatsapp, mensagens de texto (SMS), chamadas de vídeo e videoconferências.

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do campus também acompanhou de perto os estudantes pessoas com deficiência, buscando identificar as necessidades e possibilidades de adaptação para cada caso.

Com o prolongamento do ensino remoto, devido a necessidade de manutenção do isolamento social, e buscando-se facilitar a comunicação com os estudantes, muitos setores do campus criaram contas no Whatsapp Business que foram mantidas até os dias atuais.

Quanto à organização das aulas remotas, em particular para os cursos técnicos integrados, foi executado um cronograma dividido entre aulas síncronas (todos estarão conectados à internet, on-line ao mesmo tempo) e assíncronas (com atividades e tarefas off-line), considerando a densa carga horária diária desses cursos. Para todos os cursos, os

docentes também definiram horários destinados à plantões de dúvidas e realização de recuperações (contínuas e paralelas).

No campus Bragança Paulista foi constituída uma equipe multidisciplinar de Educação à Distância, por meio da Portaria nº BRA.0064/2020. Em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação do campus, essa comissão proveu o acolhimento digital, oferecendo aos docentes e discentes treinamentos sobre a nova versão do Moodle, recursos do Microsoft Teams e RNP-plataformas oficiais disponíveis para a utilização das atividades de ensino remotas. Essa atividade tornou-se a Oficina de Inclusão Digital que é repetida até o presente em todas as Semanas de Recepção de novos estudantes organizada pela Coordenadoria Sociopedagógica, mesmo após o retorno das atividades acadêmicas de forma presencial.

A Equipe de Formação Continuada, em parceria com a CSP e demais coordenações, também promoveu eventos de formação de professores, especialmente, considerando os desafios de uma transição repentina para o ensino remoto e depois o retorno ao presencial. Os educadores tiveram que adaptar rapidamente seus métodos de ensino e aprender a usar novas ferramentas tecnológicas para ministrar aulas online. Isso exigiu um esforço adicional para desenvolver habilidades digitais e encontrar maneiras eficazes de envolver os estudantes à distância. Com o retorno das aulas presenciais também foi preciso lidar com outras dificuldades, como a formação deficitária dos estudantes nos anos anteriores e questões emocionais latentes devido ao grande período de isolamento social.

Entre os diversos encontros de formação realizados, é possível destacar, dentre aqueles que contribuíram com reflexões nesse sentido, os seguintes: “Uso das mídias digitais para agregar valor no processo ensino aprendizagem” (abril/2020), “Uso das TIC, Mídias e Linguagens no Processo Educativo” (maio/2020), “Reflexões em tempo de pandemia: a reorganização do trabalho pedagógico em debate” (julho/2020), “Introdução ao H5P – Mão na massa no Moodle” (agosto/2020), “Metas para formação, eixos temáticos, recuperação excepcional e avaliação” (março/2021), “Metodologias ativas para os novos tempos educacionais” (abril/2021), “O retorno das aulas presenciais: desafios, planejamento pedagógico, avaliações diagnósticas e troca de ideias” (fevereiro/2023), “Retorno Presencial: Orientações e Esclarecimentos referentes à Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE)” (março/2022), “Primeiros Socorros Emocionais: como ajudar alguém em um momento de crise?” (maio/2022) e “Regras de convivência da escola: questões pedagógicas e operacionais” (outubro/2022).

Importante pontuar que os eventos do campus de pesquisa, ensino e extensão não deixaram de ser realizados. Foram organizados de forma totalmente online, por meio de salas de webconferência e transmissões ao vivo no Youtube. Destacam-se aqui as Semanas da Diversidade e da Consciência Negra que proporcionaram aos estudantes momentos não só de reflexão, mas também de acolhimento e manutenção de laços, além dos eventos científicos como a Bragantec, a SEMTEC, a SEMAT e a CONSISTEC e também a realização das refeições de grau dos estudantes formados nesse período.

Em 2021, a CPA-BRA promoveu uma avaliação do ensino remoto voltada aos docentes e a todos os estudantes matriculados no campus, inclusive os dos cursos técnicos, o que forneceu dados para reflexões quanto ao andamento do Ensino Remoto Emergencial na escola e as adequações necessárias.

Foi constituída a Comissão de Planejamento do Retorno Seguro das Atividades Presenciais do campus Bragança Paulista por meio da [Portaria nº BRA.0097/2021, de 18 de agosto de 2021](#). Tal comissão ficou responsável pela elaboração e acompanhamento da

execução do Plano de Retorno das Atividades Presenciais da instituição durante a pandemia da COVID-19, seguindo as etapas previstas na [Portaria IFSP nº 620/2022](#), a saber:

- **Etapa 1:** realização de atividades acadêmicas totalmente remotas (até outubro de 2021);
- **Etapa 2/3:** realização de atividades acadêmicas parcialmente presenciais e/ou em regime de alternância;
- **Etapa 4:** realização de atividades acadêmicas totalmente presenciais (21/02/2022).

Assim, o retorno presencial das atividades escolares no campus começou a ser delineado a partir de outubro de 2021, com a reabertura física da escola. Os setores passaram a realizar atendimento presencial ao público em horário reduzido (das 10h às 20h), com os servidores trabalhando em escola, respeitando-se os protocolos de biossegurança.

O ano letivo 2022 iniciou-se no campus no dia 07 de fevereiro, ainda na Etapa 1 do planejamento da retomada de atividades acadêmicas totalmente remotas e a partir do dia 21/02/2022, avançou para a Etapa 4 do planejamento da retomada de atividades acadêmicas totalmente presenciais, considerando-se a melhora do cenário pandêmico local. Respeitando-se os protocolos de biossegurança, algumas turmas foram colocadas em ensino remoto em determinados períodos por apresentarem casos de Covid-19, mas a transição foi, na medida do possível, tranquila em relação a intercorrências, até que a situação sanitária se normalizou.

Atualmente, a Coordenadoria Sociopedagógica continua realizando o acolhimento e acompanhamento dos estudantes nos aspectos socioeconômicos, emocional e pedagógico. Com a retomada das atividades presenciais têm sido possível a realização de dinâmicas de grupo envolvendo temas latentes e influenciados pelo longo período de isolamento social, tais como: conflitos interpessoais, bullying, atitudes preconceituosas, de um modo geral, e organização dos estudos. O NAPNE, em parceria com a CSP, também continua acompanhando os estudantes público-alvo de suas ações.

A Coordenadoria de Apoio ao Ensino tem protagonizado iniciativas bem sucedidas buscando melhorar a convivência dos estudantes no campus, com orientações aos discentes, individual e em grupo, reuniões com pais e campanhas educativas (cartazes afixados pela escola e informativos disponibilizados no site e redes sociais institucionais).

Nesse sentido, esses três setores, em particular, continuam atuando em colaboração com os docentes na busca por atender as demandas dos estudantes e proporcionar um ambiente educativo saudável e promotor do desenvolvimento deles neste momento pós-pandêmico.

Capítulo 6 - Plano de ação: diagnóstico, objetivos e ações

A aquisição de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade requer a identificação dos desafios que se apresentam no percurso educativo. Tais desafios se vinculam a organização do trabalho pedagógico da escola em todos os campos, colocando a necessidade de diagnosticar os principais problemas da escola encontrados pela comunidade. A partir dos diagnósticos pode se, então, estabelecer propostas de ações para a superação destes problemas.

Os dados e informações referentes à realidade do campus foram coletados nos relatórios institucionais, sistemas e plataformas de informação ou ainda por meio da construção de instrumentos como questionários e entrevistas. As análises e discussões que estão sendo realizadas para a revisão do PDI também trouxeram elementos importantes para se conhecer a realidade do campus.

A construção deste capítulo considera a avaliação do PPP anterior. A análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permite reconhecer as ações que devem ser mantidas, fortalecidas ou redirecionadas e planejar novas ações alinhadas à realidade atual do campus.

As necessidades e os problemas a serem enfrentados coletivamente foram organizadas em quatro dimensões, definidas com base nas atividades da instituição: ensino, pesquisa, extensão e administrativas.

Os eixos organizam as análises da dimensão, agregando as ações priorizadas pela comunidade. As necessidades e os problemas identificados foram definidos da seguinte forma::

- **Diagnóstico:** foram identificadas as necessidades do campus a partir da análise da realidade, ou seja, os problemas relevantes da realidade atual.
- **Objetivos e metas:** foram definidos os objetivos e/ou metas a serem atingidos em curto, médio e longo prazo, que expressam os resultados esperados com as ações propostas.
- **Ações:** descrevem as estratégias que serão utilizadas para alcançar os objetivos e superar as necessidades identificadas.
- **Prazos:** foram indicados os prazos para realização de cada ação, considerando o tempo de vigência do projeto.
- **Responsáveis:** identifica os setores responsáveis pela realização das ações.

Sendo assim, seguem os desafios institucionais que necessitam ser enfrentados pelo campus, bem como propostas coletivas de superação:

6.1 - Dimensão: Ensino

Eixos	Diagnóstico	Objetivos e metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Permanência e êxito	Alto índice de evasão no curso técnico concomitantes e subsequentes e nos cursos superiores	Reduzir a taxa de evasão do curso técnico concomitante e subsequente e nos cursos superiores	<p>Ação 1 - Realizar levantamento sobre os motivos de desistência dos estudantes</p> <p>Ação 2 - Fortalecer as ações de acolhimento aos estudantes</p> <p>Ação 3 - Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes</p>	<p>2º semestre de 2023</p> <p>A partir do 2º semestre de 2023</p> <p>2º semestre de 2023</p>	<p>CPA Grêmio Estudantil</p> <p>DAE CSP Coordenações de Curso</p> <p>DAE Coordenações de Curso CSP</p>

	<p>Baixo índice de conclusão dentro do prazo mínimo de integralização no curso técnico e concomitante e nos subsequentes e nos cursos superiores</p>	<p>Ampliar a taxa de conclusão dos cursos para 85% até 2027</p>	<p>Ação 1 - Elaboração de diagnóstico quantitativo.</p>	<p>2º semestre de 2023</p>	<p>DAE Coordenações de Curso CSP CRA</p>
			<p>Ação 2 - Elaboração de diagnóstico qualitativo.</p>	<p>2º semestre de 2023</p>	<p>DAE Coordenações de Curso CSP</p>
			<p>Ação 3 - Elaboração do Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção</p>	<p>2º semestre de 2023</p>	<p>DAE Coordenações de Curso CSP</p>
			<p>Ação 4 - Acompanhamento da execução e análise dos resultados alcançados</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>DAE Coordenações de Curso</p>

						CSP
					Ação Contínua	Coordenadores de Cursos Docentes CSP
Aumento nos casos de baixa frequência e desistências nos cursos técnicos integrados.	Reduzir a taxa de evasão dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio .	Ação 1 - Acompanhar a frequência dos estudantes			Ação Contínua	Coordenadores de Cursos Docentes CSP
Orientação vocacional	Promover eventos anual para auxiliar os alunos do terceiro ano na decisão profissional, escolha de área de atuação, habilidades e gostos próprios, escolha da universidade.	Ação 1 - Constituir comissão específica			Ação Contínua	Coordenadores de Cursos Docentes CSP
Necessidade de aprimorar a construção dos saberes a partir da integração do conhecimento.	Aprimorar a aprendizagem a partir de projetos integradores.	Ação 1 - Articular ações de capacitação sobre o tema com os docentes.			Ação Contínua	Equipe de Formação Continuada CGP DAE
Formação Continuada Professores						

	<p>Necessidade que a interdisciplinaridade não ocorra de maneira esporádica.</p>	<p>Estabelecer a interdisciplinaridade na rotina dos docentes.</p>	<p>Ação 1 - Contemplar o tema nos Encontros de Formação Continuada.</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>Equipe de Formação Continuada</p>
			<p>Ação 2 - Estabelecer calendário para reuniões dos docentes, com o objetivo de planejar e propor atividades interdisciplinares;</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>Coordenações de Curso</p>
<p>Identificar a necessidade de capacitação técnica de docentes.</p>	<p>Capacitar os docentes</p>	<p>Ação 1 - Levantar as demandas de capacitação</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>EFC</p>	
<p>Falta de motivação dos estudantes</p>	<p>Capacitar todos os docentes</p>	<p>Ação 2 - Elaborar Projetos de Capacitação.</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>EFC</p>	
		<p>Ação 1 - Promover a capacitação de docentes em metodologias ativas e alternativas para desenvolver</p>	<p>Ação Contínua.</p>	<p>EFC</p>	

			<p>abordagens didáticas mais atraentes objetivando a motivação dos estudantes.</p>		
<p>Integração com a pesquisa e a extensão</p>	<p>Necessidade de formação dos professores sobre assuntos na área de inclusão e educação especial.</p>	<p>Oferecer as formações primeiramente com os perfis e necessidades dos estudantes que já ingressaram e o núcleo tem acompanhado e posteriormente abranger outras necessidades específicas dos estudantes.</p>	<p>Ação 1 - Propor temas e convidados para abordar os assuntos que verificamos como mais urgentes a serem tratados e ações contínuas de aprendizado e sensibilização da comunidade escolar acerca do assunto.</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>NAPNE EFC</p>
			<p>Ação 1 - Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino e Pesquisa e com os setores produtivos econômicos dos APLs.</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>CEX CPI</p>

<p>Processo de ensino e aprendizagem</p>	<p>Necessidade de organização das visitas técnicas a empresas, trabalhos de campo, atividades culturais em teatros, museus, exposições, passeios etc. acontecem de forma pontual</p>	<p>Aprimorar a aprendizagem, articulando saberes com a prática profissional e social.</p>	<p>Ação 1 - Definir comissões específicas para a organização dessas atividades;</p> <p>Ação 2 - Organizar visitas técnicas em empresas e instituições de ensino;</p> <p>Ação 3 - Organizar visitas em espaços culturais e artísticos, museus, bibliotecas, teatros.</p> <p>Ação 4 - Elaborar procedimentos específicos (resolução);, definindo responsabilidades para a elaboração da Visita Técnica.</p>	<p>Ação Contínua</p> <p>Ação Contínua</p> <p>Ação Contínua</p> <p>1º Semestre 2024</p>	<p>Coordenadores de Cursos Docentes</p> <p>Comissão Específica Docentes</p> <p>Comissão Específica Docentes</p> <p>DAE CEX Coordenadores de Cursos Docentes</p>
--	--	---	---	--	---

			Ação 5 - Criar um banco de dados com contatos de empresas potenciais para realização de visitas técnicas.	Ação Contínua	CEX
Dificuldades em adaptação ao curso dos estudantes ingressantes	Ampliar as ações existentes e desenvolver novas ações.	Ação 1 - Identificar e discutir as principais dificuldades para superá-las.	Ação Contínua.	Coordenadores de Cursos CSP Docentes	
Defasagem de aprendizado do conteúdo básico em Matemática e Leitura e Interpretação de Textos.	Diminuir o tempo de integralização no curso, a retenção e a evasão.	Ação 1 - Desenvolver projetos de adaptação de nívelamento de conteúdo para os alunos que precisarem. A participação no projeto é por adesão.	Ação Contínua.	Coordenadores de Cursos CSP Docentes	
Necessidade de formação contínua dos estudantes sobre a inclusão no ambiente escolar.	Com vistas a trabalhar um ambiente mais inclusivo na instituição e bom relacionamento com os estudantes, é importante uma formação contínua	Ação 1 - Atuar em parcerias com eventos já programados no calendário acadêmico, como a semana da diversidade	Ação Contínua	Coordenadores de Cursos Comissões Específicas	

			<p>sobre os assuntos relacionados à inclusão escolar.</p>	<p>Ação 2 - Propor também outros dias e eventos para promover a aprendizagem do tema.</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>NAPNE</p>	<p>NAPNE</p>
	<p>Necessidade de fomentar a participação do Campus nas diversas Olimpíadas do Conhecimento</p>	<p>Participação de um número maior de alunos do Campus nas Olimpíadas do Conhecimento.</p>	<p>Ação 1 - Propor formas de incentivo e apoio a participação do Campus nas diversas Olimpíadas do Conhecimento.</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>DAE Coordenadores de Curso, Docentes</p>	<p>DAE Coordenadores de Curso, Docentes</p>	<p>de</p>
<p>Temas Transversais</p>	<p>Necessidade de fomentar o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Articular o tema sustentabilidade nos cursos.</p>	<p>Ação 1 - Organização de grupos de trabalho temático;</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>Comissão de Sustentabilidade Docentes</p>	<p>Comissão de Sustentabilidade Docentes</p>	<p>de</p>
			<p>Ação 2 - Promover ações de sustentabilidade no campus;.</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>Comissão de Sustentabilidade CAE Docentes</p>	<p>Comissão de Sustentabilidade CAE Docentes</p>	<p>de</p>

			Ação 3 - Articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão com a Comissão de Sustentabilidade	Ação Contínua	Comissão de Sustentabilidade DAE CEX CPI
		Realizar ações que fomentem o respeito à diversidade.	Ação 1 - Executar ações como sessões de cinema na escola e rodas de leitura com livros e filmes que contêm mensagens de respeito e tolerância à diversidade.	Ação Contínua	CSP Coordenadores de Cursos Docentes
	Necessidade de mais ações que fomentam o respeito à diversidade	Promover a participação das mulheres nos cursos da área de Exatas.	Ação 1 - Fortalecer as ações do Projeto de Extensão IF Meninas;.	Ação Contínua	CEX Coordenador do Projeto
Ações Afirmativas	Baixo percentual das mulheres nos cursos da área de Exatas.	Promover a participação das mulheres nos cursos da área de Exatas.	Ação 2 - Articular ações do Projeto com os PPCs;	Ação Contínua	CEX Coordenadores de Cursos

						Coordenador do Projeto
				Ação 3 - Promover a divulgação das ações na comunidade;	Ação Contínua	Coordenador do Projeto
				Ação 4 - Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa.	Ação Contínua	CEX CPI Coordenador do Projeto
Acompanhamento da implementação dos novos PPCs	Implantar os novos PPCs	Realizar de forma exitosa a implementação dos novos PPCs	Ação 1 - Realizar reuniões periódicas com as CEICs, NDEs e Colegiados de avaliação da implantação dos novos PPCs	Ação Contínua	Ação Contínua	Coordenadores de Cursos Colegiados / NDEs / CEICs CSP
Biblioteca	Os Planos de Ensino são atualizados no mínimo uma vez a cada dois anos, ou conforme a necessidade identificada no curso.	Adequar, completar e atualizar o acervo em conformidade com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e seus Planos de Ensino.	Ação 1 - Atualização dos Planos de Ensino no sistema Pergamum após o Processo orientado pela Instrução Normativa PRE/IFSP n° 001, de 11/02/2019.	Ação Contínua	Ação Contínua	CBI

			Ação 2 - Inclusão das planilhas de cotação para Aquisição de Acervo Bibliográfico	Ação Contínua	CBI
Identificação das necessidades informacionais e de lazer dos usuários.	Enriquecimento do acervo com aquisição de obras das diversas áreas do conhecimento, pautada na Política de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFSP, bem como aquisição de outros materiais educativos e de lazer.		Ação 1 - Verificação, através de relatórios estatísticos, obras/temas mais emprestados, coleta de sugestões de aquisição.	Ação Contínua	CBI
Pouca familiarização e uso da Biblioteca Virtual e bases de dados e outras fontes de informação.	Incentivo ao uso da biblioteca virtual e bases de dados e demais fontes disponíveis.		Ação 1 - Ofertar treinamentos sobre as mesmas.	Ação Contínua	CBI
Dificuldades no uso de normas.	Desenvolvimento de palestras e treinamentos específicos em conjunto com docentes.		Ação 1 - Colaborar com as disciplinas relacionadas com metodologia de pesquisa e estágio para desenvolvimento de palestras sobre normas e afins.	Ação Contínua	CBI

	Divulgar mais obras literárias, auxiliando no desenvolvimento do hábito da leitura.	Implementação de novas estratégias de incentivo à leitura.	Ação 1 - Implantação do Clube da Leitura, com rodas de conversa sobre obras e outras atividades relacionadas.	2025	CBI
	Usuários não possuem habilidades para identificar suas necessidades informacionais, avaliar, buscar e usar eficientemente a informação desejada.	Desenvolvimento de ações voltadas à competência em informação com os usuários.	Ação 1 - Ensinar sobre o sistema de classificação e organização da informação na biblioteca, no uso do acervo, na identificação de tipos de obras, uso do catálogo online e demais fontes de pesquisa, atuando em conjunto com outras metas supracitadas.	Ação contínua.	CBI
Ações Inclusivas	Necessidade de profissional para Atendimento Educacional Especializado (AEE), Tradutores-Intérpretes de Libras (TIL) e de profissionais de apoio aos estudantes com	Aprimorar o atendimento aos estudantes com necessidades específicas.	Ação 1 - Contratação de mão-de-obra por meio de licitação.	2º semestre 2023	NAPNE DAA CLT

	NEE.						
Movimento Estudantil.	Necessidade de fortalecer movimentos estudantis no campus	Aumentar a participação dos estudantes	Ação 1 - Incentivar a organização dos CAs e a criação de atlélicas.	Ação Contínua	DAE CAE Organizações Estudantis		
			Ação 2 - Apoiar o Grêmio Estudantil nas ações desenvolvidas.	Ação Contínua	DRG DAE DAA		
Avaliação	Sobrecarga dos alunos em fim de bimestre	Organização entre os professores para que as datas de provas e trabalhos não se sobreponham	Ação 1 - Criar um calendário compartilhado online com data de entrega de provas	Ação Contínua	Coordenadores de Cursos Docentes		
Relacionamento com as famílias	Distância entre as famílias e o IFSP	Aproximar os familiares e possibilitar que os familiares conheçam melhor a equipe e o espaço.	Ação 1 - Criar para o Dia da festividade do Dia da família, para confraternizar e compartilhar algum produto/registo das vivências dos alunos.	Ação Contínua	Coordenadores de Cursos Docentes CAE		

Oferta de cursos (implantação e extinção)	Necessidade de acompanhar as solicitações de oferta de novos cursos no PDI.	Garantir que o IFSP-BRA atenda a Lei nº 11.892, onde o IFSP deve destinar 50% das vagas para os cursos técnicos e, no mínimo, 20% das vagas para os cursos de formação de professores..	Ação 1 - Constituir Comissões de Estudos para propor Projetos Pedagógicos de Cursos	Ação Contínua	DAE Coordenadores de Cursos Docentes
			Ação 2 - Realizar estudos visando a proposição de novos cursos no PDI 2024-2028, considerando o impacto no corpo docente, infraestrutura e cursos atualmente ofertados.	2024	Comissão Específica Comissão PDI CONCAM

6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação					
Eixos	Diagnóstico	Objetivos e metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Projetos	Baixa participação dos docentes em atividades de	Definir e executar ações de incentivo de participação dos	Ação 1 - Levantar as áreas de pesquisas dos docentes do	Ação Contínua	CPI

			campus.			
			Ação 2 - Definir Políticas de Incentivo		Ação Contínua	DRG CPI
			Ação 1 - Estimular a divulgação das atividades dos pesquisadores e grupos de pesquisa do campus.		Ação Contínua	CPI Coordenadores de Cursos
			Ação 2 - Levantar as possíveis áreas temáticas para orientadores.		Ação Contínua	CPI
			Ação 3 - Promover um encontro dos orientadores com as turmas de ensino médio.		Ação Contínua	CPI Coordenadores de Cursos
			Ação 1 - Levantar as áreas de pesquisas dos docentes do campus.		Ação Contínua	CPI
pesquisa	docentes ou grupos de pesquisas.	maior dos ensino dos alunos do médio em atividades de pesquisa				
		Baixa adesão e envolvimento dos alunos do ensino médio em atividades de pesquisa.				
		Baixa quantidade de submissão de projetos de pesquisa para editais de fomento externos.	Definir e executar ações de incentivo de participação dos docentes ou grupos de pesquisas nesses editais.			

			Aumentar o número de submissões de projetos em editais de fomento externo de qualquer área de conhecimento	Ação 2 - Definir políticas de incentivo	Ação Contínua	DRG CPI
Publicações Científicas	Baixa produção científica.	Aumentar a produção científica por parte da comunidade acadêmica do campus	Ação 1 - Definir políticas de incentivo.	Ação Contínua	Ação Contínua	DRG CPI
Acordos de Cooperação Técnica e Científica	Necessidade de ampliação dos convênios.	Promover novas parcerias e Intensificar as ações de prospecção.	Ação 1 - Estabelecer Acordos de Cooperação Técnica entre duas ou mais instituições públicas ou privadas, visando a realização de um trabalho conjunto, de interesse comum.	Ação Contínua.	Ação Contínua.	CPI CEX API
Grupos de Pesquisa	Pouco conhecimento da comunidade interna sobre os grupos de pesquisa do campus.	Melhorar a divulgação das atividades dos grupos de pesquisa no site institucional.	Ação 1 - Fomentar e estimular junto aos grupos de pesquisa, a divulgação de suas reuniões, atividades e	Ação Contínua	Ação Contínua	CPI Grupos de Pesquisa

	Ausência de um encontro periódico dos grupos de pesquisa do campus.		trabalhos publicados. Ação 2 - Articular reunião/encontro periódico entre os grupos de pesquisa do campus, podendo incluir pesquisa e extensão.	Ação Contínua	CPI Grupos de Pesquisa
Eventos Científicos	Pouco conhecimento da comunidade interna sobre os editais de apoio à participação em evento	Possibilidade de obtenção de auxílio para participação em eventos internos e externos, tais como congressos, seminários e palestras.	Ação 1 - Divulgar constantemente os editais de apoio à participação em evento	Ação Contínua	CPI Equipe de Comunicação

6.3 - Dimensão: Extensão

Eixos	Diagnóstico	Objetivos e metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Cursos FIC	Necessidade de fomentar a oferta de	Ofertar cursos de extensão voltados	Ação 1 - Formar comissão específica	Ação contínua	CEX

	Cursos de Formação Inicial/Continuada	para demandas do APLs	Ação 2 - Reunião com docentes para identificação das demandas	Ação Contínua	CEX
			Ação 3 - Elaboração de projetos	Ação Contínua	CEX
	Baixa efetivação das matrículas no cursos FIC	Efetivar matrículas da primeira chamada dos editais	Ação 1 - Adedir ao sistema de matrículas do gov.br	Ação Contínua	CEX
			Ação 2 - Revisar os PPCs dos cursos; Levantar as demandas da região; Realizar pesquisas com alunos evadidos	Ação Contínua	CEX
	Evasão em cursos FIC	Analisar os cursos e o conteúdo ofertado; Entender os motivos das evasões	Ação 3 -Levantar as demandas da região;	Ação Contínua	CEX
			Ação 4 - Realizar pesquisas com alunos evadido	Ação Contínua	CEX
			Ação 1 - Revisar os PPCs dos cursos;	Ação Contínua	CEX
					Coordenadores de Cursos

			Ação 2 - Levantar as demandas da região; Realizar pesquisas com alunos evadidos	Ação Contínua	CEX Coordenadores de Cursos
Curricularização da Extensão	Necessidade de implementação da Curricularização da Extensão	Promover debates e ações que propiciem a oferta de ação de extensão como atividade curricular	Ações 1 - Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.	Ação Contínua	CEX Coordenadores de Cursos
Eventos	Diminuta participação da Comunidade Externa em eventos	Ampliar a divulgação das ações desenvolvidas no campus; Analisar o conteúdo ofertado e o público alvo desejado	Ação 1 - Aprimorar a propaganda do Instituto realizada na cidade e na região através da imprensa local e redes sociais;	Ação contínua	CEX Equipe Comunicação
			Ação 2 - Praticar ações específicas de divulgação para cada público alvo	Ação Contínua	CEX Equipe Comunicação

	Faltam Ações afirmativas em forma de eventos no calendário do campus	A comunidade esteja em constante processo de conscientização em relação a temas de direitos humanos	Ação 1 - Eventos anuais de Consciência Negra, Dia da mulher negra latino-americana, Dia internacional dos povos indígenas, Dia da deficiência, Dia do orgulho LGBTQI	Ação Contínua	CEX NAPNE NUGS NEABI
Integração com a pesquisa e o ensino	Apoiar Programas e Projetos de Extensão	Consolidar as ações de Extensão como processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa no cotidiano acadêmico e no mundo do trabalho.	Ação 1 - Promover a integração entre as Coordenadorias de Ensino, Pesquisa e Extensão	Ação Contínua	CEX CPI DAE
	Desenvolver programas de extensão e divulgação científica e tecnológica	Impulsionar o desenvolvimento da extensão e da divulgação científica.	Ação 2 - Incentivar a participação dos docentes, técnicos administrativos e estudantes em ações de extensão.	Ação Contínua	CEX DAE
			Ação 1 - Ampliar o acesso à educação profissional e à qualificação; socializar e divulgar experiências extensionistas	Ação Contínua	CEX

Estágio	Falta conhecimento e dificuldade de interpretação de normas, obrigações e procedimentos pelos alunos estagiários	Orientar os alunos sobre as obrigações referentes aos estágio desde o início do curso	Ação 1 - Apresentar as atribuições do setor aos alunos nos cursos;	Ação Contínua	CEX Coordenadores de Cursos
			Ação 2 - Divulgar material necessário aos alunos e professores;	Ação Contínua	CEX
			Ação 3 - Ofertar cursos de interpretação de texto;	Ação Contínua	CEX
			Ação 4 - Ampliar a atuação dos coordenadores de estágio.	Ação Contínua	CEX Coordenadores de Estágio
Falta de uma participação maior dos orientadores de estágio na vivência com o estagiário.	Criar uma relação mais próxima entre estagiário, orientador e CEX	Ação 1 - Promover encontros entre orientador e estagiário; Realizar reuniões entre orientador e CEX;	Ação 2 - Realizar reuniões entre orientador e CEX;	Ação Contínua	CEX Orientadores de Estágio

Acompanhamento de egressos	Necessidade de dados dos egressos e sua inserção no mundo do trabalho.	Acompanhamento dos egressos e sua inserção no mundo do trabalho.	<p>Ação 3 - Seguir de forma mais efetiva todo os itens previstos no regulamento de estágio aprovado pela portaria 1204/2021</p> <p>Ação 1 - Intensificar a divulgação do trabalho da comissão de egressos.</p> <p>Ação 2 - Fortalecer a comissão de egressos.</p>	Ação Contínua	CEX Orientadores Estágio de
				Ação Contínua	Comissão egressos. de
				Ação Contínua	DRG DAE Coordenadores de Cursos

6.4 - Dimensão: Administrativa					
Eixos	Diagnóstico	Objetivos e metas	Ações	Prazos	Responsáveis

Infraestrutura	Necessidade de otimização dos laboratórios (indústria/informática).	Promover a atualização permanente dos laboratórios.	Ação 1 - Identificar necessidades de aprimoramento e atualização dos laboratórios	Ação Contínua	Docentes Técnicos Laboratório de
			Ação 2 - Elaborar projetos de aquisição de equipamentos	Ação Contínua	Docentes Técnicos Laboratório de
			Ação 3 - Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino e Pesquisa e com os setores produtivos econômicos dos APLs.	Ação Contínua	CEX CPI
	Climatização das salas, laboratórios, biblioteca e demais espaços do campus	Instalação de sistema de ar condicionado central, com controle de níveis de temperatura e umidade, visando o	Ação 1 - Prever no orçamento do campus recursos.	2026	DRG DAA

		conforto térmico dos usuário	Ação 2 - Realizar o Processo licitatório (DFD, ETP e Termo de Referência)	2027	DAA CLT
	Implementar mais itens de acessibilidade como: piso tátil, placas em braille, mapa tátil, anel abs, placas em braille para corrimão e outros itens.	Identificado as necessidades de melhoria na acessibilidade arquitetônica, propor adequação.	Ação 1 - Prever no orçamento do campus recursos.	2024	DRG DAA
			Ação 2 - Realizar o Processo licitatório (DFD, ETP e Termo de Referência)	2025	DAA CLT NAPNE
	Balcão de atendimento Biblioteca improvisado, ergonômico	Trocar o mobiliário atual por mobiliário ergonomicamente correto	Ação 1 - Prever no orçamento do campus recursos.	2024	DRG DAA
			Ação 2 - Realizar o Processo licitatório (DFD, ETP e Termo de Referência)	2025	DAA CLT CBI

	<p>Necessidade de adequação e ampliação dos ambientes para práticas corporais, lazer e descanso dos Estudantes.</p>	<p>Adequar e ampliar os ambientes para práticas corporais, lazer e culturais, descanso.</p>	<p>Ação 1 - Criar espaços de convivência discente para a prática de atividades diversas.</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA DAE CAE</p>
	<p>Construção do Refeitório Estudantil</p>	<p>Concluir a construção do Refeitório Estudantil</p>	<p>Ação 1 - Concluir a construção do Refeitório Estudantil</p>	<p>2º semestre 2023</p>	<p>DRG</p>
			<p>Ação 2 - Construir a passarela de acesso com cobertura</p>	<p>2º semestre 2023</p>	<p>DRG</p>
			<p>Ação 3 - Planejar a mudança da cozinha e marmitaria para o Refeitório Estudantil</p>	<p>2º semestre 2023</p>	<p>DAE CAE Empresa Terceirizada DAA CAP</p>
			<p>Ação 4 - Elaborar novo contrato de alimentação escolar, incluindo os lanches nos intervalos da</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA</p>

			manhã e tarde para os estudantes dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio e a oferta remunerada de refeições para os estudantes dos cursos, demais servidores e visitantes.		DAE
Construção do Auditório	Construir um Auditório para aproximadamente 450 pessoas	Ação 1 - Buscar recursos junto a Reitoria	2024		DRG
Não há coberturas nas passarelas e rampas de acesso da escola	Instalação de Coberturas nas passarelas e rampas de acesso da escola	Ação 1 - Prever no orçamento do campus recursos.	2024		DRG DAA
		Ação 2 - Realizar o Processo licitatório (DFD, ETP e Termo de Referência)	2025		DAA CLT

	Pintura da Escola	Realizar a Pintura da Escola	<p>Ação 1 - Prever no orçamento do campus recursos.</p> <p>Ação 2 - Realizar o Processo licitatório (DFD, ETP e Termo de Referência)</p> <p>Ação 3 - Sobre a pintura do campus. Incluir uma etapa e local do campus que possa haver intervenção artística nas paredes.</p>	<p>2024</p> <p>2025</p> <p>2024</p> <p>Ação Contínua</p>	<p>DRG DAA</p> <p>DAA CLT</p> <p>DRG DAA DAE Docentes / Estudantes</p> <p>DRG</p>
Baixa quantidade de vagas estacionamento interno e nos arredores do campus	Aumentar a quantidade de vagas nos arredores do campus	Ação 1 - Verificar com os órgãos municipais responsáveis pelo trânsito melhoria nas placas de estacionamento			

			<p>verificando a demanda a partir de uma pesquisa de "origem e destino".</p> <p>Ação 2 - Verificar com os órgãos municipais responsáveis pelo transporte público melhoria no transporte em torno do campus.</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>DRG</p>
	<p>Infraestrutura para disciplina Arte</p>	<p>Aquisição de materiais para equipar o "Laboratório de Arte" (onde hoje é a cozinha) e proporcionar vivências mais elaboradas nas disciplinas</p>	<p>Ação 1 - Elaborar projeto de aquisição de equipamentos</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA</p>
	<p>Necessidade de novos espaços no campus</p>	<p>Utilizar os banheiros do bloco A em espaços para outros fins. Desde a mudança para o novo campus os banheiros do bloco A estão fechados, e já deve ser tempo mais do</p>	<p>Ação 1 - Estudar a utilização dos banheiros do bloco A em espaços para outros fins (mais úteis como por exemplo copa para eventos, sala de coordenações, etc...).</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA DAE</p>

		que suficiente para comprovar que em principio somente os banheiros do bloco B atendem satisfatoriamente as demandas de servidores e alunos da escola em todos os períodos.			
T.I.(recursos de tecnologia e informação e comunicação)	Recursos audiovisuais nos ambientes das salas de aulas	Implantação e otimização dos recursos audiovisuais nas salas de aula (projektor, sistema de som e microfone)	Ação 1 - Prever no orçamento do campus recursos.	2º semestre 2023	DRG DAA
	Necessidade de um canal de comunicação com Técnicos de Laboratório de Informática para atendimento das demandas urgentes.	Criação de um canal de comunicação com a CTI para solicitação de suporte emergencial	Ação 2 - Realizar o Processo licitatório (DFD, ETP e Termo de Referência)	2º semestre 2023	DAA CLT CTI
			Ação 1 - Criar um whatsapp para facilitar a comunicação com a CTI	2º semestre 2023	CTI

	Falta de estrutura tecnológica na CEX	Informatizar rotinas e adquirir equipamentos	Ação 1 - Utilizar o gov.br para matrícula nos cursos de Extensão; Ação 2 - Realizar a digitalização de todos os documentos	2024	CEX
	Problemas com a Rede Wi-Fi do campus	Aumentar os pontos de acesso da Rede Wi-Fi do campus, melhorando a conexão.	Ação 1 - Adicionar mais capacidade na rede wifi do campus, adquirindo mais pontos de acesso empresariais para esse fim.	2024	CTI
	Necessidade de computadores com melhor desempenho nos laboratórios do campus.	Melhorar o desempenho dos computadores dos laboratórios.	Ação 1 - Adicionar discos SSD nos computadores dos laboratórios, para melhorar o desempenho destes.	2024	CTI
Gestão democrática	Ausência de acompanhamento contínuo da efetividade das ações previstas no Projeto Político-pedagógico (PPP)	Definição de calendário público contendo o planejamento da execução das ações previstas no PPP	Ação 1 - Realizar reuniões com os gestores do campus para a definição de prazos, responsabilidades e ações previstas no PPP	Ação contínua	DAE

	Visibilidade das ações e dados administrativos e acadêmicos	Gerar uma maior transparência das ações e dados administrativos e acadêmicos	Ação 1 - Disponibilizar e dar publicidade no site do campus de todas as ações e dados administrativos e acadêmicos	Ação Contínua	DRG DAA DAE
Comunicação	Dificuldade na divulgação dos processos seletivos	Melhorar a divulgação dos processos seletivos na Região Bragantina	Ação 1 - Criar procedimentos	Ação contínua	DRG Equipe de Comunicação
			Ação 2 - Captar recursos financeiros para divulgação dos cursos;	Ação Contínua	DRG
			Ação 3 - Elaborar um termo de referência para aquisição de serviços de divulgação em outdoor nos períodos de inscrições dos técnicos e superiores.	Ação Contínua	DAA CLT
	Necessidade de fortalecimento da identidade institucional do campus na cidade e na região.	Ampliar e fortalecer a identidade do campus na cidade e na região.	Ação 1 - Realizar ações que contribuam para o fortalecimento da identidade do campus junto à imprensa, empresas,	Ação Contínua	Equipe de Comunicação

		escolas, clubes de serviço e outras instituições;			
Falta identificação do prédio do campus	Instalação de Letreiro de identificação para promover uma identificação visual satisfatório para quem esteja nas áreas externas próximas, contribuindo para a promoção do campus	Ação 1 - Prever no orçamento do campus recursos.	2024	DRG DAA	
		Ação 2 - Realizar o Processo licitatório (DFD, ETP e Termo de Referência)	2025	DAA CLT Equipe Comunicação	de
Necessidade de divulgar procedimentos de utilização da Quadra poliesportiva para os estudantes dos Cursos Superiores	Divulgar as formas e os procedimentos de utilização dos espaços de ensino, pesquisa e extensão	Ação 1 - Realizar ações de divulgação do espaço e da possibilidade de os estudantes dos cursos superiores usufruírem da quadra, incentivando a organização de competições esportivas.	Ação Contínua	CAE Equipe Comunicação	de

Gestão de Pessoas	Necessidade de formação geral dos técnicos administrativos sobre assuntos na área de inclusão e educação especial.	Tratar também com os profissionais técnico administrativos as demandas dos estudantes com necessidades educacionais específicas, pois os estudantes também procuram atendimento em outros setores da instituição.	Ação 1 - Propor temas e convidados para abordar os assuntos que verificamos como mais urgentes a serem tratados e ações contínuas de aprendizado e sensibilização da comunidade escolar acerca do assunto.	Ação contínua	NAPNE CGP Coordenadores dos Setores administrativos
Formação contínua sobre o atendimento educacional especializado.	O atendimento às diversas necessidades educacionais específicas dos estudantes, deve ser constantemente objeto de estudo e atualização dos servidores que atuam no atendimento direto a esse público.	Ação 1 - Realizar a formação através de cursos para aprendizagem da inclusão num contexto geral ou em cursos específicos que abordem as diferentes áreas e necessidades do público alvo da educação especial.	Ação contínua	CGP NAPNE	
		Ação 2 - Propor cursos de extensão ou capacitação.	Ação contínua	NAPNE CEX	

	<p>Necessidade de um servidor no NAPNE para atendimento.</p>	<p>Apesar de contar com o apoio de uma comissão local, o núcleo hoje tem apenas uma servidora em atuação. Eventualmente com os contratos terceirizados há equipe de apoio, porém esses contratos dependem de disponibilidade orçamentária.</p>	<p>Ação 1 - Realizar a contratação de um estagiário</p>	<p>2024</p>	<p>NAPNE CGP</p>
	<p>Quadro de equipe insuficiente: a CBI possui apenas dois servidores, o que compromete a execução de todas as atividades/serviços do setor.</p>	<p>Ampliar o quadro de servidores atuantes na CBI.</p>	<p>Ação 1 - Realizar a contratação de um estagiário</p>	<p>2º semestre 2023</p>	<p>CBI CGP</p>
			<p>Ação 2 - Elaborar estudos sobre os recursos humanos do campus, visando atender as demandas dos setores.</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA DAE CGP</p>
			<p>Ação 2 - Elaborar estudos sobre os recursos humanos do campus, visando atender as demandas dos setores.</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA DAE CGP</p>

	<p>A equipe da CSP está incompleta.</p>	<p>Completar a equipe da CSP com um Assistente em Administração, conforme previsto na Resolução IFSP Nº 41/2015 de 02 de junho de 2015.</p>	<p>Ação 1 - Elaborar estudos sobre os recursos humanos do campus, visando atender as demandas dos setores.</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA DAE CGP</p>
<p>Falta de pessoal, a CEX possui dificuldade de encontrar coordenador com perfil de gestor e conta com apenas 2 servidores (incluindo o coordenador) que atuam nas diversas ações.</p>	<p>Ampliar o quadro de servidores no setor</p>	<p>Ação 1 - Realizar a contratação de um estagiário</p>	<p>2024</p>	<p>CEX CGP</p>	
		<p>Ampliar o quadro de servidores no setor</p>	<p>Ação 2 - Elaborar estudos sobre os recursos humanos do campus, visando atender as demandas dos setores.</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA DAE CGP</p>
<p>Falta de pessoal na CAE, especialmente Assistentes de Alunos</p>	<p>Ampliar o quadro de servidores no setor</p>	<p>Ação 1 - Elaborar estudos sobre os recursos humanos do campus, visando atender as demandas dos setores.</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA DAE</p>	

	<p>Falta de motivação dos servidores</p>	<p>Promover a satisfação das pessoas, no exercício de suas funções , para que possa refletir em um excelente atendimento para a sociedade e desenvolvimento das atividades do setor , atingindo seus objetivos.</p>	<p>Ação 1- Esclarecer, divulgar e efetivar o cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, pois tais procedimentos são regras e princípios que devem estar claros para todos os servidores públicos, destacando as penalidades caso tais ações não sejam observadas;</p> <p>Ação 2 - Promover ética, cortesia, respeito e ambiente colaborativo.</p> <p>Ação 3 - Trabalhar muito em equipe, potencializando habilidades, competências, conhecimentos e práticas.</p>	<p>Ação Contínua</p> <p>Ação Contínua</p> <p>Ação Contínua</p>	<p>CGP</p> <p>IFSP-BRA</p> <p>IFSP-BRA</p> <p>IFSP-BRA</p>
--	--	---	--	--	--

			<p>Ação 4 - Realizar reuniões setoriais e dinâmicas para aprimorar o desenvolvimento das atividades e atingir o interesse público</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>IFSP-BRA</p>
<p>Estrutura e organização do campus</p>	<p>A CSP está com elevada demanda de atividades, sobrecarregando os servidores do setor.</p>	<p>Aprimorar a distribuição das tarefas entre setores.</p>	<p>Ação 1 - Distribuição de atribuições em parceria com a CAE</p>	<p>Ação Contínua</p>	<p>DAE CSP CAE</p>
<p>Segurança</p>	<p>Segurança dos bens materiais e comunidade escolar</p>	<p>Adequação da Segurança do campus</p>	<p>Ação 1 - Instalar todas as Câmeras de Segurança já adquiridas</p>	<p>2º Semestre 2023</p>	<p>CTI</p>
			<p>Ação 2 - Adequar o Sistema de Alarme às necessidades da escola, adquirindo mais câmeras de segurança e alarmes.</p>	<p>2024</p>	<p>DRG DAA DAE CTI CLT</p>

Orçamento financeiro	Visibilidade das ações e dados financeiros	Promover uma maior transparência nos dados da Contabilidade e Finanças	Ação 1 - Intensificar a divulgação do trabalho do setor relacionado	Ação Contínua	DAA CLT
Aquisição e uso de materiais	Servidores e alunos alegam que a máquina de secagem a ar não é rápida e eficaz, os usuários acabam enxugando as mãos na própria roupa e por vezes precisam lavar o rosto e não tem como secar	Considerar retomar a disponibilização de papel para a secagem das mãos nos banheiros.	Ação 1 - Realizar uma pesquisa sobre a opinião dos servidores e alunos para que a partir do resultado da pesquisa se avalie a necessidade de retornar ou não o papel.	2024	CAP
	Problemas de deserto nas licitações.	Considerar avaliar estratégias para aquisição e sistematização de compra de materiais de baixo consumo	Ação 1 - Avaliar estratégias para aquisição e sistematização de compra de	2024	DRG DAE DAA Técnicos de Laboratórios
	Melhorar o convívio nos momentos livres	Possibilitar bom uso do tempo livre dos alunos, na instituição, possibilitar convívio saudável e estimular	Ação 1 - Elaborar projeto de aquisição de equipamentos	2025	DAA CLT

			habilidades musicais através de empréstimo de instrumentos musicais para que toquem com os colegas (violão, baixo, ukulele, pandeiro, cajon...)				Docentes
--	--	--	---	--	--	--	----------

Capítulo 7- Construção, acompanhamento e avaliação do PPP

A escola como uma instituição social voltada para a educação do cidadão, tem como objetivo principal a sua instrução e a sua formação. Entretanto, esses objetivos podem ser alcançados com uma melhor qualidade quando integrados e articulados aos objetivos administrativos.

Por perceber isto, é que optamos por reestruturar o Projeto Político Pedagógico da escola, entendendo que todos os envolvidos no processo deveriam ser protagonistas desta ação e assim participarem de forma efetiva na reconstrução do mesmo, de suas mudanças e enfrentamento de obstáculos, fortalecendo seu papel de norteador das atividades educativas.

Todavia, com a participação da comunidade escolar na reestruturação do PPP, houve um repartir de responsabilidades da equipe diretiva com todos que passavam a ser agentes públicos e democráticos, frente às demandas sociais, pedagógicas e administrativas do dia-a-dia da Unidade Escolar.

Este trabalho não representa uma nova revelação, mas confirma a inegável importância do PPP como elemento crucial no estabelecimento de gestão democrática e de uma educação pública de qualidade, onde todos devem trabalhar em conjunto para obter um resultado afinado e um sucesso comum.

Esperamos que nos próximos anos após a concretização deste trabalho, alcancemos o objetivo de obter a participação efetiva da comunidade escolar e local.

Considerando que é do interesse da sociedade que seus cidadãos sejam educados, instruídos e formados, é importante entender como as políticas educacionais podem fazer a diferença no âmbito escolar para a efetivação da melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.

Para que a escola, realmente, alcance os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidades de reflexão para mudanças de direção e caminho.

Concluimos então que reestruturar o PPP do campus Bragança Paulista foi uma tarefa extremamente importante e necessária, dada a necessidade do feito para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, em que se entende a importância da coletividade nesse processo dinâmico de construção de identidade da escola em tempos de mudanças significativas na educação brasileira.

Consideramos realizado o processo de reestruturação do PPP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Bragança Paulista. Temos, porém, a certeza de que foi dado um importante passo, pois a equipe se conscientizou da grande relevância de se rever ações educativas cotidianas no processo escolar.

7.1- Processo de construção do PPP

O processo de construção do projeto político-pedagógico de uma escola é dinâmico, exige esforço coletivo e comprometimento. Não é apenas a elaboração de um documento

escrito; deve ser legitimado na ação. É um desafio para a transformação da realidade que se apresenta.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9394/1996, institui-se a gestão democrática como um princípio fundamental das instituições públicas de ensino. Observa-se no artigo 14 da referida lei que a gestão democrática é assegurada pela participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da instituição escolar. Neste sentido, para a elaboração do presente projeto pedagógico formou-se uma comissão, instituída pela Portaria Nº BRA.0075/2021, de 05 de julho de 2021, com servidores, discentes e representantes da comunidade externa que exercem diferentes funções para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus. O trabalho da presente comissão foi direcionado por dois balizadores:

- 1) Os documentos norteadores da Pró-reitoria quanto a estrutura e elaboração do Projeto Político Pedagógico: Ofício Nº 23/2021 - PRO-ENS/RET/IFSP e o Ofício N.º 46/2021 - PRO-ENS/RET/IFSP
- 2) A participação efetiva da comunidade acadêmica, não somente os profissionais da educação como previsto na LDB.

Os trabalhos sucederam estudos acadêmicos sobre projeto político pedagógico, leitura dos documentos e normatizações do próprio IFSP e dos marcos regulatórios da legislação educacional, diagnóstico da realidade atual a partir do olhar e da percepção da comunidade e por fim redação e revisão do documento. Observa-se que a comissão percebeu que o diagnóstico só seria significativo se efetivamente envolvesse a participação e a contribuição de todos os servidores, estudantes e também pais/responsáveis.

Assim, os trabalhos da comissão, a partir dos estudos acadêmicos e da contribuição da comunidade, concluiu que o presente projeto é um documento vivo, não apenas um instrumento burocrático, porque traz o olhar da coletividade para a visão de presente e futuro do campus, entretanto, é provisório porque entende também que a complexidade da realidade social provoca mudanças constantes dentro da instituição educacional.

7.2- Acompanhamento e avaliação do PPP

O planejamento, o acompanhamento e a avaliação de resultados do PPP propiciam a racionalização dos processos, a tomada de decisão coletiva e com base em dados e fatos do cotidiano escolar, facilitando, dessa forma, o aumento da capacidade de resolução de problemas, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a priorização dos objetivos estratégicos da escola

É imperativo o uso adequado das possibilidades advindas da elaboração, execução e avaliação das ações escolares, em particular da utilização dos dados obtidos nas avaliações de resultados parciais e final, num movimento contínuo de ação-reflexão-ação, norteador de práticas com foco na mobilização de equipes para o alcance de objetivos comuns. Portanto, a busca por resultados efetivos demanda, de forma contínua, um conjunto de ações, conforme demonstra a figura 2.

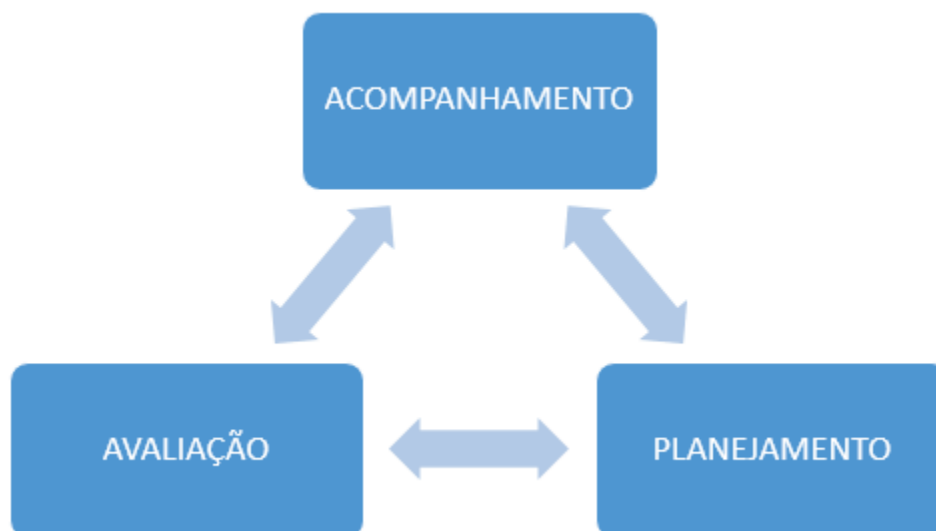


Figura 4 - Ações contínuas para (re)elaboração e implementação do PPP

A mobilização da comunidade escolar para a construção do PPP, os ricos debates, as definições dos pontos de chegada, dos caminhos a serem trilhados, dos resultados esperados, assim como as estratégias a serem implantadas e implementadas, foram ao longo desse processo, sinalizando formas de acompanhamento, de avaliação, métricas e outros fatores que, de forma paralela, foram desenhando o referencial para a verificação do alcance dos resultados pretendidos, em uma dinâmica que demanda ações sistemáticas e contínuas para retroalimentar todo o processo de revisão do PPP.

A avaliação não está dissociada da construção do PPP, pois emerge das decisões coletivas e dos pactos para o alcance dos resultados. Acredita-se que o contínuo monitoramento e avaliação do PPP possibilitam avanços expressivos, aprimoram as ações educativas, fortalecem os vínculos e o compartilhamento de aprendizagens entre as equipes, possibilitam ideias criativas e novas abordagens na solução de problemas, inspirando a cultura do planejamento efetivo e participativo, com ênfase na cooperação e na ajuda mútua.

O aprendizado decorrente dessa ação intencional e sistemática de planejar, executar e avaliar, em um movimento que retroalimenta toda a ação e aperfeiçoa o processo, materializando o movimento de ação-reflexão-ação, com o envolvimento de vários atores. No tocante à aprendizagem institucional decorrente do processo de monitoramento e avaliação, ressalta-se promissores avanços e conquistas, conforme demonstra a tabela abaixo:

Possibilidades de conquistas decorrentes do processo de monitoramento e avaliação do PPP			
1	Aumento da capacidade institucional	8	Descentralização do poder
2	Aprimoramento na definição de	9	Fortalecimento das ações

	indicadores.		colegiadas.
3	Integração das equipes	10	Integração e simplificação dos processos
4	Tomada de decisões de forma coletiva, a partir de evidências	11	Aprimoramento dos atos e processos institucionais.
5	Fortalecimento da autonomia da escola.	12	Fortalecimento de mecanismo de diálogo com a comunidade escolar.
6	Soma de esforços para a obtenção dos resultados pretendidos	13	Transparência na prestação de contas.
7	Compartilhamento das decisões	14	Desenvolvimento da capacidade da equipe.

O monitoramento e a avaliação do PPP precisam integrar as ações sistemáticas e contínuas da escola, uma vez que a obtenção dos melhores resultados pode demandar medidas corretivas, estruturadas a partir das soluções dos problemas identificados ao longo do processo.

Nessa direção, as avaliações do PPP possibilitam o compartilhamento das conquistas, dos desafios e dos aportes necessários, sendo, portanto, um espaço privilegiado, no qual todos os atores devem ser ouvidos, às questões basilares precisam ser respondidas e as lições, aprendidas, registradas e incorporadas às novas práticas.

Na busca de maior efetividade nesse monitoramento contínuo, nas avaliações parciais e final deve-se assegurar estrutura básica para o melhor aproveitamento das contribuições, além da valorização dos relatos e das trocas de experiências.

Para tanto, cabe assegurar espaços físicos adequados, calendário definido, estratégia de avaliação e monitoramento consolidada, questionários claros e objetivos, equipes mobilizadas e outros recursos.

Nesse monitoramento, avalia-se o que está dando certo, o que necessita adequação ou embasamento teórico, o que pode ser reformulado, ampliado ou finalizado. Avalia-se, também, se houve equívocos, se a meta foi adequadamente definida, se a equipe foi devidamente capacitada e mobilizada, se o tempo foi suficiente, além de outros fatores.

A definição de indicadores é um mecanismo importante para a avaliação do processo de implementação do PPP na escola. Para avaliação do processo de implementação do PPP serão utilizados os seguintes indicadores passíveis de identificar o alcance das ações realizadas pela escola.

Dimensão	Indicadores
Mudanças relacionadas às condições físicas e financeiras da escola.	Número de projetos viabilizados; recursos novos disponibilizados; melhorias da infraestrutura; melhores condições de trabalho

Mudanças quanto à dinâmica do trabalho pedagógico.	Participação de professores e alunos em projetos escolares; desempenho dos alunos; casos de violência na escola; participação da família na vida escolar dos filhos etc.
Mudanças na participação dos profissionais que fazem a escola	Participação dos professores, gestores, funcionários em reuniões, eventos etc.; organização de grupos de estudos etc.
Mudanças nas relações entre a escola e a comunidade.	Realização de projetos envolvendo a comunidade; presença da família nas reuniões realizadas na escola; aumento da credibilidade do trabalho realizado pela escola junto aos pais etc

Considerações Finais

Considerando o Projeto Político Pedagógico é um documento que deve estar em constante reformulação, de maneira a contemplar as mudanças da escola, sugere-se que hajam mais espaços de discussão para que toda comunidade escolar possa expressar suas idéias para melhoria da dinâmica escolar e do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978. 283p.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm . Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.

DELLORS, J. **Educação um Tesouro a Descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERRAROTTO, L.; NOGUERIA, C. F.; TOMAZ, Sandra C. **Avaliação Institucional Participativa: fragilidades, potencialidades e possibilidades**. Campinas: Unicamp, 2014.

COUTINHO, Roberto Quental; MARINO, Jacira Guiro. FORGRAD-1997 a 2003-Resgatando espaços e construindo idéias. **Recife: Editora Universitária UFPE**, 2003.

FORPROEX, BRASIL. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R; Vanuchi, P. (orgs). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

IBIPORÃ. **Projeto Político-Pedagógico: Escola Municipal Maria Inês Rodrigues de Mello: ensino fundamental** (Mimeo). Ibiporã: Pr, 2009

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Resolução n.º 62/2018, de 07 de agosto de 2018. **Aprova a Organização Didática da Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**. Disponível em: https://jnd.ifsp.edu.br/images/documentos/OrgDidatica_Educacao-Basica_Resolucao_62-2018.pdf . Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Resolução n.º 147/2016, de 06 de dezembro de 2016. **Aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Cursos Superiores**. Disponível em: https://ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2016/Resolucao_147_2016_Aprova_Organizacao_Didtica_Cursos_Superiores.pdf . Acesso em: 20 ago 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Resolução n.º 02/2021, de 29 de junho de 2021. **Altera a resolução n.º 62/2018, de 07 de agosto de 2018, que trata da Organização Didática da Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.** Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/mk6CuwplbBdAgsA#pdfviewer> . Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de desenvolvimento institucional 2009-2013.** São Paulo, 20013. Disponível em: <https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/pdi-2009-2013.pdf> . Acesso em: 17 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018.** São Paulo, 20013. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/acoes-e-programas/127-desenvolvimento-institucional/dadi/80-pdi-2014-2018> f . Acesso em: 17 ago. 2023.

LEITE, D. **Reformas Universitárias:** avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais:** uma revolução da educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil.** Bookman Editora, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VINHA, Telma; ASSIS, Orly Zucatto Mantovani de. A construção de personalidades éticas e o papel da escola. **Anais do XIII Congresso Internacional de Tecnologia na Educação**

Senac, 2015. Disponível em: <https://pe.senac.br/congresso/anais/2015/arquivos/pdf/atlas/Texto%201%20Telma%20Vinha.pdf> . Acesso em: 17 ago. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. **Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho.** Brasília: MEC/SETEC, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.